

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
MESTRADO EM GEOGRAFIA**

**IMPACTOS SÓCIO-AMBIENTAIS DO TURISMO EM ÁREAS LITORÂNEAS:
UM ESTUDO DE PERCEÇÃO AMBIENTAL NOS BALNEÁRIOS DE PRAIA DE
LESTE, SANTA TERESINHA E IPANEMA – PARANÁ.**

**CURITIBA
2007**

NEUMAR BERGUERAND RIBEIRO DA COSTA

**IMPACTOS SÓCIO-AMBIENTAIS DO TURISMO EM ÁREAS LITORÂNEAS:
UM ESTUDO DE PERCEPÇÃO AMBIENTAL NOS BALNEÁRIOS DE PRAIA DE
LESTE, SANTA TERESINHA E IPANEMA – PARANÁ.**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Geografia, Curso de Pós-Graduação em Geografia, Setor de Ciências da Terra e Departamento de Geografia, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Aurélio Tarlombani da Silveira.

**CURITIBA
2007**

“... a crise ambiental resulta de uma crise de percepção, sendo urgente à reorientação nos modos de conhecer e se relacionar com a natureza. Devendo-se, portanto, considerar as inter-relações existentes entre todos os seres e a biosfera”.

Fritjof Capra

À minha mãe Neuza Berguerand Costa – meu grande exemplo de dignidade, por todo o seu incentivo, força e fé.

AGRADECIMENTOS

A DEUS em primeiro lugar – pelo prazer e desafio da existência, além de nos guiar sempre pelo melhor caminho.

Ao orientador Prof. Dr. Marcos Aurélio Tarlombani da Silveira, pela orientação e amizade.

Ao Prof. Dr. Everton Passos e Prof. Dra. Sigrid Andersen, pela participação na banca e contribuição para o melhor direcionamento deste estudo.

Ao secretário de Pós-graduação do Departamento de Geografia, Luiz Carlos Zem, pela grande colaboração e apoio durante todo o período de curso.

Ao Sr. Carlos Roberto Fernandes Pinto e Sra. Gislene Lessa, pelo material fornecido através da Coordenadoria de Gestão Territorial do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências – ITCG.

À secretária de turismo Francisca Moura Kaminski e ao Sr. João Julião de Oliveira Júnior, da Secretaria da Cultura, Esportes e Turismo de Pontal do Paraná.

Ao Sr. Raulino Brusco, comerciante, pela colaboração para com o trabalho de pesquisa de campo no balneário de Praia de Leste.

Aos técnicos Abrão de Oliveira e Paulo dos Santos, pelo fornecimento de dados através do Cadastro Técnico – Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná.

A todos os colegas de curso, pelo incentivo e que de forma direta ou indiretamente colaboraram com este trabalho.

E aos moradores entrevistados nos balneários – de essencial participação – pela grande receptividade, atenção e disposição em colaborar com as pesquisas contidas neste estudo.

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS.....	vii
LISTA DE FIGURAS.....	viii
LISTA DE TABELAS	ix
LISTA DE GRÁFICOS	xi
LISTA DE QUADROS.....	xii
RESUMO	xiii
ABSTRACT	xiv
1 INTRODUÇÃO	1
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	5
2.1 A GEOGRAFIA: PERCEPÇÃO AMBIENTAL, TURISMO, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E IMPACTOS SÓCIO-AMBIENTAIS.....	5
2.1.1 Percepção Ambiental.....	10
2.1.2 Atividade Turística.....	17
2.1.3 Turismo, Paisagem e Ordenamento do Território.	24
2.1.4 Impactos Sócio-ambientais do Turismo em Zonas Costeiras	28
2.2 O LITORAL PARANAENSE E O SEU CONTEXTO REGIONAL	33
2.2.1 Ambiente Costeiro: Características Físicas Gerais do Litoral do Estado do Paraná.	33
2.2.1.1 Geologia	34
2.2.1.2 Solos e Hidrografia.....	36
2.2.1.3 Vegetação.....	37
2.2.2 Vegetação Primária da Planície Litorânea – Seqüência das Características Principais e Perfis.....	43
3 METODOLOGIA.....	49
4 CARACTERIZAÇÃO DO AMBIENTE ESTUDADO	53
4.1 LITORAL PARANAENSE: APRESENTAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ.....	53
4.2 LOCALIZAÇÃO.....	55
4.3 OCUPAÇÃO HISTÓRICA DA REGIÃO E CARACTERÍSTICAS SÓCIO-ESPACIAIS DE PONTAL DO PARANÁ E ÁREA DE ESTUDO.....	58
4.3.1 Legislação de Uso e Ocupação do Solo no Município.	62

4.3.2	Formas de Ocupação	71
4.4	O MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ: O ATUAL CONTEXTO ECONÔMICO, SÓCIO-AMBIENTAL E O TURISMO.	77
5	RESULTADOS (DADOS COLETADOS, ANÁLISES E CONSIDERAÇÕES).	93
5.1	DADOS COLETADOS – TABULAÇÃO E ANÁLISES.	93
5.2	CONSIDERAÇÕES – RESULTADOS PRINCIPAIS.	109
5.2.1	Praia de Leste	115
5.2.2	Santa Teresinha (Cidade Balneária Atlântica)	118
5.2.3	Ipanema	119
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	125
	REFERÊNCIAS	132
	OBRAS CONSULTADAS	136
	ANEXO 1 – QUESTIONÁRIO DE APLICAÇÃO	137
	ANEXO 2 – DECLARAÇÃO	142

LISTA DE SIGLAS

APA – Área de Proteção Ambiental.

COLIT – Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense.

CONFEA – Confederação Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia.

COPEL – Companhia Paranaense de Eletricidade.

DIMUTUR – Diretoria Municipal de Turismo (integra a Secretaria da Cultura, Esportes e Turismo de Pontal do Paraná).

DNOS – Departamento Nacional de Obras e Saneamento.

EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo.

FAMEPAR – Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná.

IAP – Instituto Ambiental do Paraná.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IDH-M – Índice de Desenvolvimento Humano do Município.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social.

ITCG – Instituto de Terras, Cartografia e Geociências.

MCIDADES – Ministério das Cidades.

OMT – Organização Mundial do Turismo.

PARANASAN – Projeto de saneamento Ambiental do Paraná.

PNGC – Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro.

PNT – Plano Nacional de Turismo.

SANEPAR – Companhia de Saneamento do Paraná.

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Médias e Pequenas Empresas.

SEMA – Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

SETU – Secretaria de Estado do Turismo do Paraná.

SUDERHSA – Superintendência de recursos Hídricos e Saneamento Ambiental.

UFPR – Universidade Federal do Paraná.

ZA – Zona Agrícola.

ZEE – Zoneamento Ecológico Econômico.

ZEU – Zona de Expansão Urbana.

ZPA – Zona de Proteção Ambiental.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - PROCESSO PERCEPTIVO – INTERAÇÃO INDIVÍDUO-MEIO.....	14
FIGURA 2 - VEGETAÇÃO DE RESTINGA (PONTAL DO PARANÁ)	43
FIGURA 3 - PERFIL ESQUEMÁTICO – MANGUE BAIXO	44
FIGURA 4 - PERFIL ESQUEMÁTICO – MANGUE ALTO.....	44
FIGURA 5 - PERFIL ESQUEMÁTICO – FORMAÇÃO PIONEIRA DE INFLUÊNCIA FLUVIAL.....	45
FIGURA 6 - PERFIL ESQUEMÁTICO – FLORESTA OMBRÓFILA Densa DAS TERRAS BAIXAS.....	46
FIGURA 7 - ESTRUTURA GERAL DA PESQUISA	50
FIGURA 8 - LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ.....	56
FIGURA 9 - LOCALIZAÇÃO DAS ÁREAS DE ESTUDO NOS BALNEÁRIOS.....	57
FIGURA 10 - MAPA – ZONAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL.....	67
FIGURA 11 - MAPA – OCUPAÇÕES IRREGULARES	76
FIGURA 12 - URBANIZAÇÃO – 1990.....	110
FIGURA 13 - URBANIZAÇÃO – 2002.....	111
FIGURA 14 - CONSERVAÇÃO DE PARTE DA VEGETAÇÃO DA ORLA.....	117
FIGURA 15 - CONSERVAÇÃO DO AMBIENTE NATURAL DA ORLA.....	119
FIGURA 16 - ALAGAMENTOS EM RUAS CENTRAIS	120
FIGURA 17 - RUA CENTRAL DE ACESSO À ORLA SEM PAVIMENTAÇÃO	121
FIGURA 18 - VIA DE ACESSO AO BALNEÁRIO COM ÁREA COMERCIAL.....	122
FIGURA 19 - DEPOSIÇÃO DE DEJETOS E LIXO EM ÁREA CENTRAL PRÓXIMA À ORLA	123
FIGURA 20 - LAGUNA PRÓXIMA À ORLA, FORMADA POR ÁGUAS DE DEPOSIÇÃO.....	124

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - TAXA DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO SEGUNDO ZONA	61
TABELA 2 - NÚMERO DE DOMICÍLIOS SEGUNDO USO E ZONA.	61
TABELA 3 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS E EMPREGOS SEGUNDO AS ATIVIDADES ECONÔMICAS.....	78
TABELA 4 - POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (PEA): GÊNERO E ZONA	79
TABELA 5 - POPULAÇÃO OCUPADA SEGUNDO AS ATIVIDADES ECONÔMICAS.....	80
TABELA 6 - RECEITAS TRIBUTÁRIAS MUNICIPAIS SEGUNDO CATEGORIAS...	80
TABELA 7 - DESPESAS MUNICIPAIS POR FUNÇÃO.....	81
TABELA 8 - CONSUMO E NÚMERO DE CONSUMIDORES DE ENERGIA ELÉTRICA.....	82
TABELA 9 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA PELA SANEPAR, SEGUNDO CATEGORIAS.....	83
TABELA 10 - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH – M)	84
TABELA 11 - PERFIL DO TURISTA QUE VISITA PONTAL DO PARANÁ.....	89
TABELA 12 - TEMPO DE MORADIA	93
TABELA 13 - GÊNERO.....	93
TABELA 14 - FAIXA ETÁRIA	93
TABELA 15 - GRAU DE ESCOLARIDADE	94
TABELA 16 - OCUPAÇÃO PRINCIPAL	94
TABELA 17 - INFLUÊNCIA DO TURISMO NO MEIO AMBIENTE – PRAIA DE LESTE.....	96
TABELA 18 - INFLUÊNCIA DO TURISMO NO MEIO AMBIENTE – SANTA TERESINHA.....	96
TABELA 19 - INFLUÊNCIA DO TURISMO NO MEIO AMBIENTE – IPANEMA.....	96
TABELA 20 - DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO TRAZIDO PELO TURISMO – PRAIA DE LESTE.....	96
TABELA 21 - DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO TRAZIDO PELO TURISMO – SANTA TERESINHA	97
TABELA 22 - DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO TRAZIDO PELO TURISMO – IPANEMA.....	97

TABELA 23 - MUDANÇAS TRAZIDAS PELO TURISMO – PRAIA DE LESTE	97
TABELA 24 - MUDANÇAS TRAZIDAS PELO TURISMO – SANTA TERESINHA	98
TABELA 25 - MUDANÇAS TRAZIDAS PELO TURISMO – IPANEMA	98
TABELA 26 - OS IMPACTOS POSITIVOS DO TURISMO NO LOCAL – PRAIA DE LESTE	99
TABELA 27 - OS IMPACTOS POSITIVOS DO TURISMO NO LOCAL – SANTA TERESINHA	99
TABELA 28 - OS IMPACTOS POSITIVOS DO TURISMO NO LOCAL – IPANEMA	99
TABELA 29 - OS IMPACTOS NEGATIVOS DO TURISMO NO LOCAL – PRAIA DE LESTE	100
TABELA 30 - OS IMPACTOS NEGATIVOS DO TURISMO NO LOCAL – SANTA TERESINHA	100
TABELA 31 - OS IMPACTOS NEGATIVOS DO TURISMO NO LOCAL – IPANEMA	100
TABELA 32 - MUDANÇAS LOCAIS NA PAISAGEM – PRAIA DE LESTE	101
TABELA 33 - MUDANÇAS LOCAIS NA PAISAGEM – SANTA TERESINHA	101
TABELA 34 - MUDANÇAS LOCAIS NA PAISAGEM – IPANEMA	102
TABELA 35 - IMPACTOS POSITIVOS NO MODO DE VIDA – PRAIA DE LESTE	102
TABELA 36 - IMPACTOS POSITIVOS NO MODO DE VIDA – SANTA TERESINHA	102
TABELA 37 - IMPACTOS POSITIVOS NO MODO DE VIDA – IPANEMA	102
TABELA 38 - IMPACTOS NEGATIVOS NO MODO DE VIDA – PRAIA DE LESTE	103
TABELA 39 - IMPACTOS NEGATIVOS NO MODO DE VIDA – SANTA TERESINHA	103
TABELA 40 - IMPACTOS NEGATIVOS NO MODO DE VIDA – IPANEMA	103
TABELA 41 - ESCALA	104
TABELA 42 - HARMONIA PARA A CONSERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE – PRAIA DE LESTE	106
TABELA 43 - HARMONIA PARA A CONSERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE – SANTA TERESINHA	107
TABELA 44 - HARMONIA PARA A CONSERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE – IPANEMA	108

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - BALNEÁRIOS – SITUAÇÃO DO MEIO AMBIENTE	95
GRÁFICO 2 - ESCALA.....	105
GRÁFICO 3 - HARMONIA PARA A CONSERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE – PRAIA DE LESTE.....	106
GRÁFICO 4 - HARMONIA PARA A CONSERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE – SANTA TERESINHA.....	107
GRÁFICO 5 - HARMONIA PARA A CONSERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE – IPANEMA	108

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - BALNEABILIDADE	113
---------------------------------	-----

RESUMO

O turismo, considerado um fenômeno sociocultural característico da sociedade capitalista industrial urbanizada, vem ultimamente se propagando nas mais diferentes formas, inclusive despertando maiores interesses no uso de áreas naturais de preservação. O presente trabalho propõe como objetivo, realizar um estudo de percepção na visão dos moradores sobre os impactos sócio-ambientais ocasionados pela atividade turística nos balneários de Praia de Leste, Santa Teresinha e Ipanema, no litoral do Estado do Paraná. Tal estudo visa um levantamento a fim de detectar, através da Percepção ambiental, as possíveis transformações ocorridas, bem como a identificação de meios que possam minimizar os impactos negativos e conhecer as expectativas dos moradores quanto ao melhoramento local. Sabe-se que muitos fatores contribuem de forma significativa para desarmonizar as relações existentes entre a sociedade e a natureza, e entre estes, se coloca o turismo das altas temporadas de veraneio, gerando impactos e provocando transformações. Para tanto, adotou-se a Percepção como orientação epistemológica para o estudo, calcada na subjetividade e na experiência vivida, afim de melhor compreender a conduta e a reação dos indivíduos face à realidade sócio-econômica e ambiental do meio. Acompanhando esta tendência, avaliações sobre percepção de impactos sócio-ambientais do turismo em áreas litorâneas, vêm cada vez mais merecendo a atenção de técnicos e pesquisadores acadêmicos, podendo dessa forma, fornecer subsídios a programas de gestão, no sentido de proporcionar um conjunto de bases reais para análise, interpretação e planejamento de espaços turistificados.

Palavras-chave: Impactos sócio-ambientais, percepção, turismo.

ABSTRACT

The tourism, considered characteristic a social and cultural phenomenon of the urban industrial capitalist society, comes lately if propagating in the most different forms, also stimulating bigger interests in the use of natural areas of preservation. The present work considers, as objective, to carry through a study of perception in the vision of the inhabitants on the social and ambient impacts caused by the tourist activity in the Beach health-resorts of Praia de Leste, Santa Teresinha and Ipanema, in the coast of the State of the Paraná. Such study, it aims at a similar survey to detect through the ambient Perception, the possible occurred transformations as well as the identification of ways that can minimize the negative impacts and know the expectations of the inhabitants how much to the local improvement. It knows that many factors contribute of significant form to disharmonize the existing relations between the society and the nature, and between these, if it places the tourism of the high seasons of summering, generating impacts and provoking transformations. For in such a way, it was adopted Perception as epistemological orientation for the study, based on the subjectivity and the lived, similar experience of better understanding the behavior and the reaction of the individuals front to the social and economic and ambient reality of the way. Following this trend, evaluations on perception of social and ambient impacts of the tourism in areas of the coast, come each time more deserving the academic attention of technician and researchers, being able of this form, to supply to subsidies the management programs, in the direction to provide a set of real bases analysis, interpretation and planning of the tourism spaces.

Key words: Social and ambient impacts, perception, tourism.

1 INTRODUÇÃO.

No panorama mundial da atualidade, as interações entre o homem e o meio ambiente estão passando cada vez mais por crises provocadas pelo uso indiscriminado dos recursos da natureza. Como resultado, há uma sucessão de desequilíbrios e transformações no meio ambiente.

Ressalta-se que esses ambientes, tanto naturais quanto construídos, são considerados as bases físicas das mais variadas atividades humanas. No entanto, dentro destas atividades (sociais, comerciais, culturais e lazer), são adotadas formas inadequadas de uso e tomadas medidas que podem alterar esses ambientes de forma prejudicial e irreversível.

Nesse sentido, o turismo, considerado um fenômeno sociocultural característico da sociedade capitalista industrial e urbanizada, vem ultimamente despertando interesses em meios naturais e dessa forma abrangendo áreas ambientalmente frágeis e de preservação. Portanto, a atividade turística se encontra repleta de práticas que requerem, com urgência, mudanças de percepções, valores, atitudes e representações sociais, pois estas práticas alteram todo um conjunto de condições naturais e que reflete também em suas interações.

O turismo, em grande parte das áreas litorâneas do Brasil, impõe grande influência sobre a realidade sócio-ambiental das mesmas, principalmente por suas incursões de natureza econômica. Essa atividade gera impactos positivos como empregos, renda e melhoria de infra-estruturas urbanas. E também negativos como crescimento desordenado, desigualdades sociais e degradação do meio ambiente.

Assim, realizou-se no presente trabalho, um estudo de percepção ambiental através do ponto de vista dos moradores dos balneários de Praia de Leste, Santa Teresinha e Ipanema, tendo como problemática os impactos sócio-ambientais deixados pela atividade turística.

Para esta abordagem, buscou-se um entendimento maior sobre os conceitos da chamada Geografia da Percepção, a fim de conhecer as suas incidências dentro da atividade turística. E com relação a esta, portanto, o tema se estabeleceu na especificidade das atividades humanas relacionadas ao turismo.

Neste estudo, considerou-se como atividade turística aquela realizada pelo turista visitante nas altas temporadas de veraneio, sendo tipificada por Andrade (2002) como *turismo de férias*, que constitui, como um todo, uma demanda significativa para a economia local.

Os locais escolhidos situam-se no município de Pontal do Paraná, compreendendo os balneários de Praia de Leste e Ipanema – ambos caracterizados por crescente área urbana, e o balneário de Santa Teresinha, também denominado Cidade Balneária Atlântica – conhecido pelo turismo concentrado em época de *carnaval*, com maior frequência de público jovem e agitada vida noturna.

Considerando-se que os balneários sejam conhecidos pelas características citadas, firmou-se o principal motivo de escolha da área de estudo. Isto de uma forma ou de outra, torna pertinente questionar como a alta concentração do turismo de férias influencia a localidade do ponto de vista sócio-ambiental.

Nesse aspecto, Praia de Leste, Santa Teresinha e Ipanema, quanto ao tipo de turismo e situação sócio-ambiental, possibilitaram uma análise bastante representativa, por refletir um quadro semelhante ao dos demais balneários do município. E embora os locais descritos simplesmente sejam denominados de balneários, estes vêm experimentando um acelerado processo de urbanização ao longo das últimas décadas.

Desse modo, outro motivo de escolha da área sustentou-se no fato destes pertencerem a um município emancipado recentemente. Sendo que em época anterior, eram vistos e considerados como balneários isolados e com pouca atenção por parte da administração municipal a que pertenciam, motivo pelo qual foi reivindicada a emancipação.

De acordo com essas considerações, a presente pesquisa teve como objetivo geral: Avaliar, através da percepção dos moradores de Praia de Leste, Santa Terezinha e Ipanema, os impactos gerados pelo turismo em seu ambiente de vivência (social), bem como as transformações trazidas por estes nestas áreas.

Do mesmo modo e para atingir tal objetivo, foram lançados os seguintes objetivos específicos:

- a) Identificar, através dos moradores de Praia de Leste, Santa Terezinha e Ipanema, os impactos sócio-ambientais causados pelos turistas nestas áreas (positivos e negativos);

- b) Identificar, do ponto de vista sócio-econômico, os impactos positivos e negativos trazidos pelo turismo à localidade;
- c) Detectar, considerando a percepção dos moradores, as possíveis transformações na paisagem em decorrência do turismo realizado;
- d) Conhecer, a partir dos levantamentos de campo, as expectativas da população da área estudada, quanto à recuperação, acessibilidade e melhoria das políticas de desenvolvimento regional.

Assim e partir de tal proposta, os trabalhos de percepção ambiental, tendo como alvo principal os moradores locais, tendem a uma maior eficiência em face de levantamentos de natureza puramente técnica. Porque nestes, nem sempre os resultados obtidos correspondem à realidade sócio-ambiental do morador em seu lugar de vivência.

Para este estudo e de acordo com Silveira (2002) o meio ambiente aqui considerado é constituído pelo ambiente natural (biológico e físico), pelo ambiente construído (a produção do espaço pelo homem) e pelo ambiente sócio-econômico, político e cultural (a sociedade). Inclui todas as relações entre a sociedade e os elementos físico-naturais que ocorrem no espaço geográfico, ou seja, considera a sua totalidade, natural e construída, sociocultural e tecnológica, política e econômica.

Portanto, embora se tenha estudado os demais enfoques sócio-ambientais, no presente trabalho dedicou-se maior atenção à temática do meio ambiente, visto que, no panorama da atualidade este vem constituindo uma preocupação cada vez mais crescente e inquietante para as mais variadas escalas – governamentais em todos os níveis, de empresas privadas, ONGs e individuais. Além de que, podendo-se enfatizar ainda, a vida moderna faz tendenciar uma demanda cada vez maior pela busca de lazer em áreas naturais e principalmente em regiões litorâneas.

Neste sentido, e a fim de cumprir os objetivos propostos, o trabalho foi disposto e estruturado segundo seis capítulos:

- a) Capítulo 1 “Introdução”. O estudo foi apresentado fazendo-se a abordagem da problemática, justificativa e objetivos. Ao seu fim, e como encarados no mesmo, foram também apresentados entendimentos sobre o meio ambiente e afins;

- b) Capítulo 2 “Fundamentação Teórica”. Fez-se a sustentação teórica para com a pesquisa de campo com enfoque no cumprimento dos objetivos específicos. Foram apresentados conceitos, definições e pensamentos que contribuíssem para a compreensão, junto à Geografia, dos aspectos sociológicos e comportamentais dos indivíduos, no sentido de entender a ação do homem sobre o meio ambiente. Foram abordados como o ambiente natural, construído, sociocultural, político e econômico podem ser afetados pela atividade turística. Neste capítulo foram também descritas as características físicas gerais da região da área de estudo;
- c) Capítulo 3 “Metodologia”. Apresentou-se a metodologia usada englobando: esquematização geral da pesquisa, materiais utilizados e procedimentos (técnica para coleta e análise dos dados), caracterização numérica da população da área estudada e fontes utilizadas;
- d) Capítulo 4 “Caracterização do ambiente estudado”. Foi apresentado o município de Pontal do Paraná (litoral paranaense), com sua localização, formação, aspectos históricos, econômicos e de ocupação. Ressalta-se, na caracterização do ambiente de estudo, os locais pesquisados e o contexto socioeconômico do referido município, enfocando a atividade turística, seus planos de desenvolvimento e demais propostas. Serve para fornecer ao leitor uma idéia acerca dos fatores e variáveis que poderão ser considerados em estudos futuros;
- e) Capítulo 5 “Resultados – Dados coletados, análises e considerações”. Foi apresentada a tabulação dos dados, assim como as suas análises preliminares. Por fim e no fechamento deste capítulo, foram colocadas as considerações sobre a pesquisa de campo com os resultados principais e as suas conclusões;
- f) Capítulo 6 “Considerações Finais”. Foram apresentadas as conclusões finais do estudo, com o cumprimento de seus objetivos específicos e geral, seguindo-se as sugestões para trabalhos futuros e a finalização destas conclusões.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.

2.1 A GEOGRAFIA: PERCEPÇÃO AMBIENTAL, TURISMO, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E IMPACTOS SÓCIO-AMBIENTAIS.

Em seu vasto campo de ação, a Geografia, para grande parte dos geógrafos, jamais deveria se limitar ao contexto das ciências físicas, submetendo então, seus estudos, à produção de uma “Geografia Humana”, onde a análise do espaço se realizaria em função do homem e suas ações.

De acordo com Moraes (2003) os princípios da Geografia Moderna foram apoiados nas ciências físico-naturais e nas ciências humanas, tornando assim a geografia, uma ciência interpretativa, ou seja, não se contenta apenas em descrever os fatos analisados ou o conjunto da paisagem, procura interpretá-los. Desse modo, buscando aprender o conjunto dos fenômenos em síntese, alguns autores definem a geografia como o estudo das relações entre o homem e o meio, ou, posto de outra forma, entre a sociedade e a natureza. Assim, a especificidade estaria no fato de essa disciplina buscar explicar o relacionamento entre os dois domínios da realidade, onde seria, por excelência, uma disciplina de contato entre as ciências naturais e as humanas, ou sociais.

Portanto, novas reflexões sempre fizeram gerar críticas e controvérsias entre os geógrafos. A crise da Geografia Tradicional com seu caráter descritivo e o surgimento do movimento de renovação a ela associado, começaram a se manifestar em meados da década de 50, onde foram encontradas as incertezas e os questionamentos difundidos por vários pontos. A partir de então, são abertas novas discussões e caminhos metodológicos para a análise geográfica, introduzindo ainda, novas concepções e a dispersão de perspectivas que fizeram variar o foco das observações, trazendo pontos de vistas diferenciados e mais subjetivos para a realização dos estudos em geografia. Assim, o movimento de renovação vai buscar novas técnicas para a análise geográfica (MORAES, 2003).

O mesmo autor (2003) comenta que o desenvolvimento da ciência e do pensamento filosófico ultrapassara em muito os postulados positivistas que embasaram a geografia, fazendo-os parecer por demais simplistas e pueris. A

própria complexização da realidade e dos instrumentos de pesquisa fizeram envelhecer as formulações do positivismo clássico.

De acordo com Amorim Filho e Abreu (2002), desde o final do século XIX, a geografia passa a incluir cada vez mais os fatos humanos em suas pesquisas e reflexões (nascimento da Geografia Humana), conservando uma postura predominantemente naturalista e racionalista. A objetivação e o objetivismo são, assim, as categorias comumente – e muitas vezes automaticamente – empregadas pelos geógrafos para fazer a mediação entre o homem naturalista e racionalista e objetos, paisagens e, até mesmo, os outros homens.

A partir dessa pluralidade de enfoques e segundo Mello (1990), uma nova abordagem para a geografia – a corrente humanística – surge nos anos 70 procurando interpretar a multiplicidade dos acontecimentos do mundo vivido e trabalhando, para tanto, com valores e sentimentos dos seres humanos. Esta tendência exprime o exato oposto das perspectivas positivistas que não pretendiam ou nem mesmo conseguiam explicar o mundo vivido, com suas leis e teorias mecanicistas, acabadas e abstratas. Para esta Geografia Humanística, com bases filosóficas calcadas na Fenomenologia, a importância está na experiência vivida, no objetivo de interpretar o sentimento e o entendimento dos indivíduos relacionados com o espaço e o lugar, ou seja, o vivencial.

No mesmo contexto, Mello (1990, p. 96) comenta que “os fenomenologistas fundamentaram suas teses na crítica ao reducionismo, à racionalidade, e à separação entre o objeto e o sujeito, enfatizando a necessidade de descrições do espaço e do tempo, na condução de suas teorias de conhecimento para explorar o mundo vivido”. Assim, a perspectiva humanística da geografia trata o homem enquanto indivíduo/sujeito, que interage constantemente com o ambiente e modifica tanto a si próprio quanto ao seu meio, ou seja, sujeito ao que está no mundo e que constitui um espaço vivido e um período vivido.

A partir daí, fundamenta-se a denominada Geografia da Percepção, Cognitiva, Comportamental ou Interpretativa, a qual se aproxima da Psicologia. Esta busca entender como os homens percebem o espaço por eles vivenciado, como se dá sua consciência em relação ao meio que os encerra, como percebem e como reagem frente às condições e aos elementos da natureza ambiente, e como este processo se reflete na ação sobre o espaço. Os seguidores desta corrente tentam

explicar a valorização subjetiva do território, a consciência do espaço vivenciado e o comportamento em relação ao meio. Estes estudos fazem uso do instrumental desenvolvido pela Psicologia, em particular as teorias behavioristas, sendo que as pesquisas efetuadas abordam temas como:

- a) O comportamento do homem urbano em relação aos espaços de lazer;
- b) A influência das formas na produtividade do trabalho;
- c) A relação das sociedades com a natureza expressa na organização dos parques;
- d) A atitude frente às novas técnicas de plantio numa determinada comunidade rural;
- e) A concepção e as formas de representação do espaço numa sociedade indígena ou africana.

Além de englobar outros temas, esta é uma perspectiva bastante recente, que ainda não acumulou produção significativa (MORAES, 2003).

De acordo com Amorim Filho (1987), a percepção, como nova abordagem dentro da ciência geográfica, veio a se consolidar na segunda metade do século XX, embora, ao longo dos tempos, já venha sendo estudada direta ou indiretamente por muitos pesquisadores. Tais estudos se utilizam de fontes teóricas desenvolvidas pela psicologia, e em particular, das teorias sobre comportamento, com rápida evolução na década de sessenta e principalmente na década de setenta. Assim, no início dos anos 70, foram lançados por Yi-Fu-Tuan, fundamentos significativos para a Geografia da Percepção, e também os seus novos conceitos como “Topofilia”, “Topofobia”, “Topocídio” e “Topo-reabilitação”.

Segundo o mesmo autor (1987), Yi-Fu-Tuan merece destaque por seu potencial subjetivo de análise e aplicação, trazendo desse modo, um instrumental analítico mais adequado à explicação dos fenômenos atuais, face às diretrizes e aos requisitos da pesquisa moderna. A importância dos estudos perceptivos dentro da ciência geográfica (enfatizando o “espaço” e o “lugar”) pode ser mais bem compreendida pela busca de reflexão sobre situações que envolvem cultura, comportamento e meio ambiente, sendo estes, bastante enfatizados em seus aspectos humanísticos e fortemente relacionados às suas necessidades.

Para Tuan (1980), através de um desses fatores, como exemplo, a cultura, pode passar de geração a geração as representações coletivas e os sistemas

hierarquizados de preferências e valores, os quais influenciam atitudes e direcionam escolhas.

Este contexto torna-se fortemente ligado também à idéia de território, onde, à medida que é vivenciado, vão se atribuindo valores ao “espaço”, fundindo-se então com o de “lugar”, ao que Tuan (1983, p. 3) define como “espaço e lugar são termos familiares que indicam experiências comuns (...) o lugar é segurança e o espaço é liberdade: estamos ligados ao primeiro e desejamos o outro”.

Na mesma obra e nesta seqüência, Tuan (1983, p. 6), expõe também:

Na experiência, o significado de espaço freqüentemente se confunde com o de lugar, “espaço” é mais abstrato do que “lugar”. O que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor. [...] As idéias de “espaço” e “lugar” não podem ser definidas uma sem a outra. A partir da segurança e da estabilidade do lugar estamos cientes da amplitude, da liberdade e da ameaça do espaço como algo que permite movimento, então lugar é pausa, cada pausa no movimento torna possível que localização se transforme em lugar.

O mesmo autor, completa ressaltando que “o espaço em contato com o homem assume muitos significados e transforma-se em lugar à medida que adquire definição e significados” (TUAN, 1983, p. 151).

Em conformidade ao tema e em relação ao indivíduo, Rodrigues (A. B.; 2001, p. 32), comenta:

O lugar, como categoria filosófica, não trata de uma construção objetiva, mas algo que só existe do ponto de vista do sujeito que o experiencia. [...] Assim, o lugar é o referencial da experiência vivida, pleno de significado; enquanto o espaço global é algo distante, de que se tem notícia, correspondendo a uma abstração.

Esta colocação esclarece ainda mais o fato do observador perceber a amplitude do espaço, mas à medida que este se integra sob vários aspectos e se inter-relaciona, passa a considerá-lo como lugar.

Rodrigues (A. B., 2001, p. 32), ainda complementa que “o espaço pode transformar-se em lugar, à medida que adquire personalidade, torna-se vivido. A percepção e o intelecto por meio da experiência vivida e compartilhada constroem o lugar na subjetividade e na intersubjetividade”.

A construção da interação em cada lugar torna-se intrínseca a cada pessoa com seus valores individuais, onde objetos e lugares podem ser percebidos, lembrados ou imaginados por meio dos sentidos (TUAN, 1980).

Assim, pode-se dizer também, que ao passo em que se presencia a sociedade atual em seus moldes de consumo, muitas vezes os lugares são subjugados como algo inerte, considerando-os apenas como portadores de objetos.

Para Oliveira (2002), a percepção geográfica está atrelada ao conceito de atividade perceptiva, como é preconizado por Piaget. Atividade esta que é multifacetada, excluindo uma interação imediata, mas necessitando de outras ações, tais como: exploração, transposição espaço-temporal, ou puramente temporal, transporte, coordenação, esquematização, estruturação e outras. Estas atividades aumentam com a idade em importância e em número de variedades diferenciadas.

Com base no exposto, atualmente, a maioria dos autores são motivados por essa perspectiva, onde lidam com o conceito de percepção no sentido mais amplo possível, considerando um conjunto de fatores. Portanto, a tendência para os estudos em percepção, faz reconhecer a idealização do espaço, valorizando assim, o posicionamento ideográfico dos indivíduos, ou seja, o modo como estes realmente o percebem, dispensando toda forma de reflexão objetiva ou coletiva.

Segundo Amorim Filho (1987), as pesquisas em percepção ambiental vieram consolidar-se efetivamente como uma das linhas mestras dos estudos do ambiente humano a partir do momento que, durante a década de setenta, a União Geográfica Internacional criou o “Grupo de Trabalho sobre a Percepção Ambiental”, e a UNESCO incluiu em seu “Programa Homem e Biosfera”, o Projeto 13: “Percepção de Qualidade Ambiental”. Enquanto o primeiro, a UGI previa uma série de estudos internacionais comparativos sobre os “riscos do ambiente” e os “lugares e paisagens valorizados”, o segundo – da UNESCO – preconizava o estudo da percepção ambiental como uma contribuição fundamental para uma gestão mais harmoniosa dos recursos naturais.

No Brasil, os estudos de Percepção ambiental surgem na década de setenta, iniciando-se a partir do primeiro trabalho de Livia de Oliveira em 1977 para esta abordagem, e posteriormente, entre as décadas de 70 e 90, vindo a ser largamente aplicada nos estudos de Del Rio, Amorim Filho, Kohlsdorf, Monteiro, Bley, Machado e outros (AMORIM FILHO, 1987 e 2006).

Dessa forma, a geografia com ênfase na percepção ambiental e na espacialidade faz traduzir uma necessidade em compreender o novo enfoque para as relações indivíduo-meio ambiente, com seus valores, significados e conflitos, em função de um espaço cada vez mais globalizado pela internacionalização das economias e estandardização dos modelos sócio-econômicos atuais.

2.1.1 Percepção Ambiental.

Dentro da ciência geográfica, no contexto da atualidade, os estudos de percepção ambiental, como elucidado anteriormente, vêm cada vez mais adquirindo uma importância fundamental, no sentido de possibilitar e melhorar a compreensão das inter-relações entre o homem e o meio ambiente.

Nessas pesquisas, são evidenciados como as características ambientais do meio geográfico podem influenciar os indivíduos em conjunto com suas emoções e sentidos, fornecendo assim, elementos para mensurar e avaliar situações, e a partir daí, direcionar suas atividades e seu modo de vida.

Para a geografia, ao realizar-se qualquer interpretação dentro deste estudo, faz-se necessário o entendimento do termo (conceito) “percepção”.

Para entender a percepção, ressalta-se que as interações do indivíduo com o meio ambiente ocorrem por um processo mental, através de mecanismos perceptivos, os quais são dirigidos por estímulos externos e captados pelos sentidos, sendo que os principais são os cognitivos.

A cognição e a percepção constituem termos de diferentes conotações, tanto no curso da história, quanto pelas considerações de psicólogos contemporâneos como Piaget (1975) e Gold (1980). São também variáveis chave para pesquisadores em estudos de percepção ambiental, correspondendo, ambos os termos, a importantes processos mentais através dos quais o indivíduo sente, interpreta e toma decisões acerca de seu ambiente.

Os mecanismos cognitivos compreendem a contribuição da inteligência, agindo em conjunto com os sentidos e desencadeando os processos mentais de percepção desde a motivação até a decisão de conduta. Incluídos nestes mecanismos, se encontram ainda, os conhecimentos prévios, iniciativas, valores,

juízos, senso de humor, expectativas e por fim, os níveis de satisfação (GOLD, 1980).

Portanto, como forma de definição, Gold (1980, p. 63) ainda argumenta:

Cognição é o processo psicológico por meio do qual o ser humano obtém, armazena, usa e opera informações. Incluem sentimento, percepção, memória, julgamento, decisão, ajustamentos e muitos outros processos mentais relativos à experiência e ao comportamento. Percepção, como termo mais específico, é a função psicológica que habilita o indivíduo a transformar o estímulo sensor em experiências coerentes e organizadas.

Estes elementos em conjunto estabelecem a integração do indivíduo com o meio ambiente e também a consciência deste em relação ao espaço, sua construção e a sociedade à qual está inserido.

No entanto, algumas correntes da psicologia que estudam o fenômeno da percepção, afirmam que este processo está ligado ao da significação, sobretudo porque para cada estímulo vindo do meio ambiente, a mente humana vai criando novos significados.

Segundo Piaget (1975), a construção progressiva das relações espaciais se processa em dois planos: no plano perceptivo ou sensório-motor e no plano representativo e intelectual. A mente exerce parte ativa na construção da realidade percebida, e conseqüentemente na definição de conduta, pois o homem processa mentalmente as informações que o meio ambiente e a herança lhe oferecem, e a conduta que constrói mediante o equilíbrio entre fatores internos e externos.

Para complemento, na concepção do mesmo autor, a percepção assume um relacionamento de contato material recíproco entre o homem e o meio. Para ele, a percepção é concebida como o conhecimento adquirido decorrente do contato direto, como sendo imediata a percepção dos objetos que estão mais próximos dos seres, e assim tudo se processando no campo sensorial.

E, portanto, para Piaget (1976), o movimento dos corpos tem uma grande importância para o relacionamento ambiental, pela mudança de posição da imagem e, conseqüentemente, na percepção.

Para Oliveira (1996, p. 3), "a percepção é um processo mental de interação do indivíduo com o meio ambiente que se dá através de mecanismos perceptivos propriamente ditos e, principalmente cognitivos".

Assim, a mesma autora (2002) trabalha o conceito de percepção ambiental a partir do construtivismo piagetiano, propondo que a percepção ambiental é um processo de atribuição de significados subordinado às estruturas cognitivas, detentor de uma função adaptativa.

Segundo Tuan (1980) e Oliveira (2000), os indivíduos, no decorrer de sua vivência, percebem, reagem e respondem diferentemente frente às ações do meio a que estão expostos, considerando assim, os fatores educativos, culturais, emotivos e sensitivos. As respostas ou manifestações são, portanto, resultados das percepções dos processos cognitivos, bem como os julgamentos e expectativas de cada indivíduo. Embora nem todas as manifestações psicológicas sejam evidentes, estas são constantes e vem afetar a forma de conduta, na maioria das vezes, inconsciente.

Desse modo, cada ser humano tem uma forma diferenciada de perceber o que está em seu redor, e essa percepção dependerá da cultura, situação econômica, assimilação, memória, personalidade e valores pessoais próprios.

Para Tuan (1983) percepção humana é basicamente fundamentada na perspectiva experimental, pois a experiência abrange as diferentes maneiras através das qual uma pessoa conhece e constrói uma realidade. Essas maneiras variam desde os sentidos mais diretos e passivos (audição, tato, paladar e olfato), até a percepção visual ativa e o modo indireto na formação de símbolos.

O mesmo autor (1983) comenta que o processo perceptivo ocorre independentemente da vontade ou do desejo, sendo que a mente projeta significados muitas vezes discordantes da realidade, mas relacionados com a experiência e a imaginação do indivíduo.

Assim, a experiência é constituída de ações, emoções, sentimentos e pensamentos, sendo uma sucessão de sensações advindas da recordação de acontecimentos e como estes são processados e condicionados pela mente.

Portanto, segundo Tuan (1983, p. 10), “a experiência implica a capacidade de aprender a partir da própria vivência”.

Como um importante complemento, elucida-se o modo de aquisição das experiências como “experimental é vencer perigos. [...] para experimentar no sentido ativo, é preciso aventurar-se ao desconhecido e experimentar o ilusório e o incerto” (TUAN, 1983, p. 10).

Conforme Tuan (1983) as formas de como as pessoas percebem o meio, interagem e como processam esses sentimentos e experiências, são variadas, podendo efetuar-se através de informações verbais ou não-verbais, dos sistemas simbólicos (convenções e rituais pertencentes à prática social e cultural) e também através de seus próprios sentidos.

O mesmo autor (1980) afirma que a percepção é tanto a resposta dos sentidos aos estímulos externos, como a atividade proposital, na qual certos fenômenos são claramente registrados, enquanto outros retrocedem para a sombra ou são bloqueados. Assim, a mente é capaz de estabelecer filtros, ficando estes subordinados tanto em atender às necessidades biológicas, quanto a submeter-se às conveniências culturais.

Admite-se também, que nos processos de percepção, atuam variáveis como a intuição, a experiência coletiva e a fisiologia pessoal.

A partir desta idéia, ao fazer uma soma destes elementos, Gade (1980, p. 47) afirma que a “percepção se refere aos processos pelos quais o indivíduo recebe estímulos através dos seus vários sentidos e os interpreta”.

Entretanto, ainda com relação à percepção ambiental, afirma-se não existir nenhuma teoria que consiga explicá-la com exatidão e que possa ser adotada integralmente. Porém, muitas dessas teorias acerca do assunto coincidem no posicionamento de que o homem reage ao meio ambiente por meio de todos os seus sentidos que se interrelacionam. Portanto, considera-se a percepção como sendo um dos mecanismos mais importantes na relação do homem com o seu meio ambiente, pois se torna inegável, por exemplo, que há uma profunda diferença em se conceber uma cena descrita e uma cena experimentada/vivida.

Sob esta base, segundo Tuan (1980, p. 14) “a percepção é uma atividade, um entender-se para o mundo”. Assim, utiliza-se em um sentido mais amplo que a percepção abrangida pela inteligência, entende, compreende e adquire conhecimento mediante o funcionamento dos sentidos. Assim, faz-se interligar o meio ambiente à percepção que o indivíduo tem do mesmo, pois a primeira questão que se coloca é de como o homem sente e percebe o mundo que o rodeia.

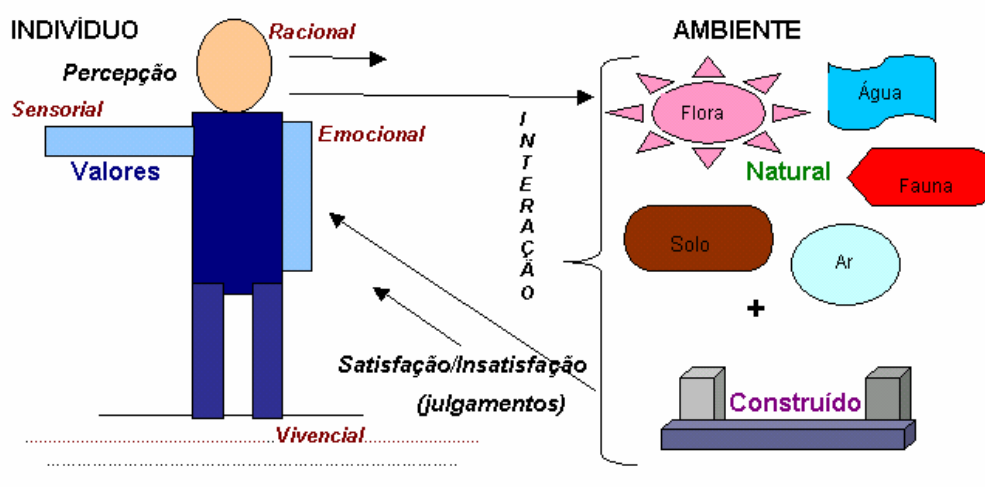
Nesse sentido, a percepção do ambiente geográfico produz efeitos positivos ou negativos sobre a paisagem, o turismo e o lazer, que tem no meio natural o seu maior e principal recurso. Desse modo, a beleza ou a degradação das paisagens, o

ambiente intocado ou poluído, tem influência fundamental para o desenvolvimento dessa atividade, onde também são somados a influência dos valores e da cultura.

Por estas considerações sobre a percepção, e relacionando-as como exemplo, à paisagem dentro da atividade turística, Bley (1996) comenta que a avaliação da qualidade do atrativo está implícita à beleza da paisagem como valor culturalmente compartilhado, ou seja, o homem vê o belo onde e quando a sua imaginação se harmoniza com o entendimento; o emocional e o sensorial se somam ao racional e vivencial.

Portanto, em um somatório destas colocações, o processo perceptivo de interação do indivíduo com o meio pode ser assim representado:

FIGURA 1 - PROCESSO PERCEPTIVO – INTERAÇÃO INDIVÍDUO - MEIO



Fonte: A autora.

Dessa relação entre a percepção e o meio ambiente, e para um melhor entendimento junto a este, coloca-se a partir de então, que é constituído de elementos naturais e pelo homem e suas relações, estabelecendo entre todos estes, um caráter interativo.

Para Oliveira (2000, p. 21) o meio ambiente pode ser expresso como:

[...] meio ambiente é tudo que rodeia o homem, quer como indivíduo, quer como grupo, e dessa forma ele não é apenas composto de cores, formas e extensões, mas também de sons, odores e sensações; daí necessitamos de todos os nossos sentidos para nos

comunicarmos com o mundo que nos rodeia, uns sentidos suprimindo os outros, uns se destacando sobre outros.

Segundo a referida autora “conclui-se que em qualquer situação, os componentes do meio fornecem informações que são processadas de forma sensorial, visual, ou seja, presencial; ou também, sob uma forma racional e simbólica pela mente, utilizando o atributo da inteligência” (OLIVEIRA, 1996, p. 203).

A partir daí, com base nestas considerações, os estudos de percepção ambiental visa investigar e buscar um conhecimento do modo pelo qual as pessoas percebem o espaço e o ambiente em que vivem, de como estes interferem em suas decisões e escolhas e até mesmo condicionam as suas vidas.

O meio ambiente se constitui de elementos naturais assim como é também construído pelo homem e suas relações de reciprocidade, estabelecendo entre estes, um caráter de interação. A partir daí, todo este conjunto está ligado à percepção que o indivíduo tem desse meio, colocando-se em primeira questão como o mundo é percebido, considerando a soma de todos os fatores (OLIVEIRA, 2000).

Essa perspectiva, para a mesma autora (2000) revela a importância em se compreender o processo de percepção do ambiente, do meio social e das representações, onde o homem empreende transformações em seu espaço no intuito de atribuir valores aos objetos, agregando aos mesmos um caráter de consumo para comportar suas atividades e satisfazer suas necessidades.

Assim, como exemplo, os estudos de percepção trazem ao entendimento a importância da atividade turística para os indivíduos em seu campo de escolhas e suas expectativas quanto aos lugares. E ainda, como no caso deste estudo, o conhecimento das conseqüências do turismo para os locais e seus moradores.

Para Rodrigues (A. B., 2001) os movimentos sociais das classes trabalhadoras conquistaram um tempo livre diário, semanal e anual cada vez maior. Esse tempo é expropriado pela sociedade de consumo de massa e cria novas necessidades. A necessidade imperiosa de viajar é fabricada, sendo incorporada artificialmente ao rol de necessidades básicas do homem.

Portanto, se ao longo da história, as viagens possuíam um caráter comercial ou de reconhecimento e conquista, atualmente, estas foram condicionadas aos novos sistemas, e, socialmente, fazem parte das concepções culturais.

Segundo Rodrigues (A. B., 2001) um dos trabalhos mais antigos onde foi usada a expressão “Geografia do Turismo” é datada de 1905, época de viagens ainda bastante elitizadas e de irrelevante percepção de seus impactos no ambiente natural. Assim, com a prosperidade das economias no período de pós-guerra nos países centrais do capitalismo, foi propiciada uma rápida escalada para o desenvolvimento do fenômeno turístico.

Para a geografia moderna com vista também para o desenvolvimento econômico, o turismo, considerado um fenômeno social, tornou-se cada vez mais um elemento de destaque, observando em suas incursões, uma grande capacidade do mesmo em desenvolver regiões e transformar espaços (RODRIGUES, A. B., 2001).

A partir daí, denota-se a importância para a geografia, dos estudos de percepção, enfocando o potencial do meio ambiente e a valorização da paisagem como elementos essenciais para o conjunto da atividade turística.

Assim, os estudos de percepção podem permitir também a esta Geografia do Turismo uma nova concepção, como uma visão mais abrangente acerca do espaço geográfico, necessária para se compreender os mecanismos de funcionamento e produção deste, para então poder ser conhecido, explorado ou consumido adequadamente.

Este contexto se complementa através de Gade (1980), que coloca a necessidade do entendimento acerca do turismo em suas diferentes modalidades e que implica em entender os interesses e motivações do consumidor, surgindo definições que procuram explicar essas relações como atividade econômica e/ou como reflexos sociais, culturais, comportamentais e ambientais.

Pode-se dizer então, que o fenômeno do turismo constitui uma atividade multidisciplinar que possibilita uma interação entre o turista e o local receptor, sendo que para o turista proporciona atividades, conhecimentos e experiências decorrentes dessa interação, desencadeados pelos seus processos perceptivos e cognitivos.

Gade (1980) apresenta uma abordagem da percepção e sua influência no comportamento do consumidor, colocando que a tomada de decisão em consumir se dá em função de vários fatores, entre eles, os psicológicos (vontade e emoção) e os sociológicos (tempo e renda), considerando que os valores pessoais determinarão o grau de importância para cada produto e para cada momento de consumo.

Portanto, vinculados ao instrumental da percepção, turistas procuram vivenciar suas expectativas na realidade, agregando aos lugares, os valores relacionados a seus sonhos e fantasias de consumo, quaisquer que seja o tipo de turismo. Entretanto, por outro lado, os moradores de locais turísticos vivenciam transformações em seu meio e muitas vezes em seu modo de vida, deixado pela atividade turística e suas incursões.

2.1.2 Atividade Turística.

Atualmente a atividade turística tem se apresentado como um fenômeno extremamente crescente e difundido em nível mundial, tendo como resultado, uma grande segmentação mercadológica e com tendências hegemônicas globais.

Desse modo, segundo Rodrigues (A. B., 2001), as atividades de lazer e turismo vêm assumindo uma importância cada vez mais destacada, sendo consideradas, hoje, os setores que mais crescem no mundo e que mais mobilizam recursos – gerando empregos, desempenhando significativo papel na balança de pagamentos e na arrecadação de impostos de muitos países, tanto do capitalismo central quanto do periférico.

Assim, devido às suas inúmeras incursões e segundo Ignarra (2003, p. 10), o conceito de Turismo torna-se bastante controverso, e ante as definições, pode ser visto sob diversos enfoques básicos e com suas formas de pesquisa:

- a) Institucional – Considera as instituições e os diversos intermediários que realizam as atividades turísticas, destacando particularmente, instituições como as agências de viagens. Este enfoque exige pesquisas sobre organização, métodos de operação, problemas, custos e o papel das agências acerca de seus serviços;
- b) Econômico – Os interesses concentram-se no mercado (demanda, oferta, geração de empregos, balança de pagamentos, multiplicadores e desenvolvimento). As pesquisas são feitas do ponto de vista econômico exclusivamente, geralmente desprezam fatores importantes como os ambientais, culturais, sociais, psicológicos e antropológicos;
- c) Administrativo – Focado na microeconomia, centrado nas atividades administrativas necessárias para a gestão de uma empresa turística, como são o planejamento, as pesquisas de mercado, preços, publicidade, controle, etc.;
- d) Geográfico – O interesse está na forma em como o espaço turístico é ocupado, nos tipos e modos de deslocamento e no impacto ao meio ambiente. Entre todas as ciências, a Geografia foi a que mais se interessou pela análise do fenômeno turístico;
- e) Histórico – Analisa as instituições turísticas a partir de um ângulo evolutivo. As pesquisas se direcionam à causa das inovações, seu crescimento e declínio e as mudanças sofridas;

- f) Sociológico – A preocupação dos pesquisadores está nas classes sociais, hábitos, costumes dos visitantes e dos residentes, a sociologia do tempo livre e tudo que envolve essas relações;
- g) Interdisciplinar – É o turismo congregando todos os elementos da sociedade, com tendências às pesquisas interdisciplinares. Por exemplo, o turismo cultural exige pesquisas antropológicas, políticas e sociológicas em todo o seu contexto. O controle e a regulamentação da qualidade dos produtos turísticos e a intervenção do turismo no meio ambiente desenvolveu o direito do turismo;
- h) Do produto – Onde o objeto da pesquisa são os produtos turísticos e a forma como irão ser planejados produzidos, anunciados, comercializados e consumidos;
- i) Sistêmico – É o conjunto, o que realmente se necessita para o estudo do turismo. Trata-se da pesquisa que trabalha com grupos de elementos inter-relacionados para formar um todo unificado e organizado para se atingir um conjunto de objetivos.

Sendo estes, sempre relacionados com viagens, apesar de que nem todas estas possam ser consideradas como turismo.

Quanto à definição de turismo, a OMT¹ apud Ignarra (2003, p. 11), propunha “(...) o deslocamento para fora do local de residência por um período superior a 24 horas e inferior a 60 dias motivados por razões não-econômicas”. Esta definição sofreu aperfeiçoamento em 1994, sendo que a partir desse ano a OMT passou a considerar que “(...) o turismo engloba as atividades das pessoas que viajam e permanecem em lugares fora de seu ambiente usual durante não mais do que um ano consecutivo por prazer, negócios ou outros fins”.

As definições para a atividade turística evoluem sob diversos aspectos, e assim, cada vez mais, agregam-se novos elementos e atribuem-se significados mais abrangentes. Atualmente têm sido mais consideradas aquelas correntes que definem o turismo não pelo tempo de permanência, mas pela sua relação com o local visitado e de forma sustentável, gerando trabalho e renda ao destino.

De acordo com tal colocação, recentemente Mathieson e Wall² apud Ignarra (2003, p. 13), propõem definir o turismo como “(...) o movimento temporário de pessoas para locais de destinos externos a seus lugares de trabalho e moradia, as atividades exercidas durante a permanência desses viajantes nos locais de destino, incluindo os negócios realizados e as facilidades, os equipamentos e os serviços criados, decorrentes das necessidades dos viajantes”.

¹ OMT – Organização Mundial do Turismo. **Desenvolvimento de turismo sustentável:** manual para organizadores locais. Brasília: EMBRATUR, 1995.

² MATHIESON, A.; WALL, G. **Tourism:** economic, physical and social impacts. New York: John Wiley & Sons, 1990.

Como um somatório das considerações mencionadas, o turismo pode também ser assim conceituado:

Um elaborado e complexo processo de decisão sobre o que visitar, onde, como e a que preço. Nesse processo intervêm inúmeros fatores de realização pessoal e social, de natureza, cultural, motivacional, econômica, ecológica e científica que ditam a escolha dos destinos, a permanência, os meios de transporte e o alojamento, bem como o objetivo da viagem em si para a fruição tanto material quanto subjetiva dos conteúdos de sonhos, desejos, de imaginação projetiva, de enriquecimento existencial histórico-humanístico, profissional, e de expansão de negócios. Esse consumo é feito por meio de roteiros interativos espontâneos ou dirigidos, compreendendo a compra de bens e serviços da oferta original e diferencial das atrações e dos equipamentos a ela agregados em mercados globais com produtos de qualidade e competitivos. (BENI, 2001, p. 37).

Porém, Andrade (2002) comenta que aos peritos e pesquisadores de turismo, as terminologias turísticas denominadas específicas ainda se apresentam como passíveis de reformulações ou de calibragem, pois além de apresentarem algumas inexatidões, são expressões de alcance amplo, fato que impede a tradução e o dimensionamento exato das teorias e das técnicas que o fenômeno encerra em seus princípios e em suas operações. Pois o turismo, independentemente das inexatidões e inseguranças teóricas, é o fenômeno que mais progride na medida em que a economia e as finanças, aliadas aos interesses humanos, procuram respostas satisfatórias às várias necessidades naturais de provimento de carências e de correspondência a desejos lícitos e exigências de melhor conhecimento do mundo e das pessoas.

Para a maioria dos pesquisadores, na formação e implementação do produto turístico, três componentes devem ser planejados e interagidos em harmonia na manutenção da integridade do ambiente, conferindo a maior satisfação ao visitante e em paralelo, o uso racional dos lugares: a qualidade do atrativo, as infra-estruturas adequadas ao tipo turístico; recursos humanos social e culturalmente bem aplicados. Em conseqüência, esses elementos assumem um caráter social, onde, além dos componentes paisagísticos naturais e construídos, envolve as manifestações afetivas e cognitivas do indivíduo visitante e ainda as necessidades e expectativas do morador local (RODRIGUES, A. B., 2001).

Portanto, relacionando estes contextos à produção do espaço turístico, Fonteles (2004, p. 42) coloca que:

Produzindo o espaço turístico, o homem socializa a natureza, que se transforma em uma outra natureza, e esta modificação normalmente compromete a qualidade de vida local a médio, a longo e até em curto prazo. [...] Lançando-se um novo olhar sobre a turistificação e seus atores, criam-se territórios eminentemente turísticos com pouca ou nenhuma integração das populações nativas, marginalizadas com relação ao uso dos recursos. A natureza, espaço público de bem comum, é transformada em espaço privado, desrespeitando a legislação ambiental existente e comprometendo os ecossistemas. Lugares e populações são comercializados como atrativos para serem consumidos.

Assim, a considerar o turismo como um produto de consumo procurando atrair pessoas a explorar seus espaços, Rodrigues (A. B., 2001, p. 27) salienta que este “introduz novos códigos culturais e propõe novos sistemas de símbolos baseados em imagens que substituem a realidade e conduzem a julgamentos segundo códigos impostos pela mídia”. Isto faz compreender que a publicidade através dos meios de comunicação e recursos visuais elaborados, difunde imagens de lugares paradisíacos no intuito de venda e propagação desses produtos.

Dessa forma, sem qualquer controle e visando sua promoção, a atividade turística pode causar inúmeras transformações, e mediante atuações desordenadas e mal planejadas podem propiciar impactos e degradações ao meio ambiente.

De acordo com Silveira (2002), no atual contexto da economia globalizada vem se atribuindo ao turismo um papel relevante na busca do desenvolvimento territorial. Governos nacionais, regionais e locais, administradores e gestores públicos, enfim, todos aqueles que formulam as chamadas políticas de desenvolvimento econômico, tanto nos países desenvolvidos, quanto nos países em desenvolvimento, passaram a ver o turismo como uma poderosa ferramenta para alavancar o desenvolvimento regional.

O mesmo autor (2002), atenta para o fato de que o turismo não é portador só de benefícios e vantagens. Isto é verdadeiro apenas em parte, pois diversos estudos demonstram que o turismo também pode provocar uma série de danos às regiões receptoras, ou seja, o seu desenvolvimento pode não ser completamente positivo, visto que implica, muitas vezes, em conseqüências socioculturais e ambientais adversas.

Por considerar tais conseqüências, no panorama atual, com vista para os desequilíbrios naturais vigentes, ressalta-se a necessidade em conciliar os potenciais turísticos aos modelos propostos pelo *desenvolvimento sustentável*, trazendo um equilíbrio benéfico para o conjunto dessas atividades.

Assim, o conceito de desenvolvimento sustentável foi consolidado em 1987 através do Relatório Brundtland “Our common future” (Nosso futuro comum), pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, como “aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades” (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, Agenda 21, 2006).

Atualmente este conceito é reconhecido e adotado como objetivo comum pela comunidade internacional. A *Agenda 21*, por exemplo, foi assumida como documento compromisso pelos países representados na Conferência ECO – 92 no Rio de Janeiro, como um acordo para tomada de decisões em prol dessa forma de desenvolvimento.

Para tanto, o desenvolvimento sustentável tem como bases:

- a) A melhoria da qualidade de vida e combate às desigualdades;
- b) A garantia da satisfação das necessidades básicas para todos os povos;
- c) Estabelecer políticas ambientais para gerenciamento, conservação e consolidação de ecossistemas;
- d) Oferecer uma perspectiva de prosperidade e segurança para a população mundial.

Neste acordo é procurada uma união para o estabelecimento de políticas voltadas para o crescimento econômico das nações, buscando a minimização das desigualdades sociais e aliados também à conservação e uso sustentável dos recursos da natureza. E assim, aplicando essas condições a todos os setores da economia mundial (comércio, extrativismo, agricultura, indústria, infra-estrutura básica, construção, educação, turismo, etc.) (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, Agenda 21, 2006).

Para o turismo, segundo Mendonça (2001), o desenvolvimento sustentável da atividade virá se os elementos ambientais forem considerados em três aspectos; através do conhecimento e respeito pelo meio natural; através da participação ativa das populações nativas, tanto no planejamento como na implantação da atividade; e também através da abertura da possibilidade de maior desenvolvimento da subjetividade dos indivíduos, a partir de suas viagens.

Somente na década de 60, o Brasil teve uma preocupação mais decisiva em criar uma legislação para o turismo, com a criação da Empresa Brasileira de Turismo

– EMBRATUR, que por sua vez, teria sua personalidade turística alterada por meio da Lei n.º 8.181, de 1º de abril de 1991, transformando-a de empresa pública em autarquia e modificando, conseqüentemente, a sua denominação para Instituto Brasileiro de Turismo, que passaria a incorporar todas as discussões relacionadas, sobretudo na sua variável ecológica. A partir da década de 70, uma série de leis e decretos aperfeiçoaria a intervenção do poder público nas atividades turísticas, criando facilidades para investimentos (FONTELES, 2004).

Segundo o Ministério do Turismo (2006), o PNT (Plano Nacional de Turismo) foi lançado em 20 de abril de 2003, como uma iniciativa que se constitui de programas e projetos de desenvolvimento no âmbito de atuação nacional. O plano, direcionado às atividades turísticas e setores envolvidos, tem para 2003 a 2007, as principais metas:

- a) Criar condições para gerar aproximadamente 1.200.000 novos empregos e ocupações;
- b) Aumentar para 9.000.000 o número de turistas estrangeiros no Brasil;
- c) Gerar US\$8.000.000,00 em divisas;
- d) Aumentar para 65.000.000 a chegada de passageiros nos vôos domésticos;
- e) Ampliar a oferta turística brasileira, desenvolvendo no mínimo três produtos de qualidade em cada estado da Federação e Distrito Federal.

Este plano tem por meta também, como um princípio para a realização das demais, efetuar um mapeamento das regiões turísticas do Brasil e assim estabelecer diretrizes políticas e administrativas, a fim de desenvolver produtos turísticos diferenciados em todos os Estados da Federação e Distrito Federal. Nesse programa e de acordo com essas diretrizes, cada município pode estabelecer as suas próprias metas internas de ação, condizendo com as suas realidades socioculturais e econômicas.

Dentro do mesmo cenário e através da Secretaria de Estado do Turismo - PR – SETU (2006), destaca-se também a implementação das ações com foco na organização regionalizada, através do Programa de Regionalização do Turismo que apresenta como base, planos para implementação e adequação da atividade turística aos potenciais regionais.

Assim, de acordo com a SETU (2006), para esse programa no Paraná, a organização do desenvolvimento da atividade turística ocorre através da Política Estadual de Turismo (2003 – 2007), contemplando oito áreas estratégicas: envolvimento da sociedade; municipalização e regionalização do turismo; qualidade do produto turístico; estatísticas para o turismo; patrimônio natural/histórico cultural; financiamento e investimento; gestão pública e articulação do turismo; promoção e divulgação do produto turístico paranaense. Para tais iniciativas, seus objetivos cobrem uma série de questões econômicas, ambientais, sociais e culturais, estabelecendo programas e projetos, visando o crescimento de investimentos e postos de turismo, possibilitando a otimização dos resultados e a inclusão social.

Salienta-se, portanto, que tal documento está em consonância com o constante Plano Nacional de Turismo, prevendo a articulação dos atores sociais do turismo e áreas afins para sua operacionalização, envolvendo instituições representantes da iniciativa privada, das organizações sociais e do poder público nas esferas estadual e federal.

Na implementação do Programa de Regionalização do Turismo no Paraná, por meio da SETU (2006) foram realizadas *Oficinas* onde eram analisadas as potencialidades de cada região e traçados diagnósticos, visando o ordenamento territorial para a atividade turística do estado. A partir daí foram definidas as nove regiões turísticas para o estado do Paraná, sendo: Litoral, Curitiba e Região Metropolitana, Campos Gerais, Oeste e Lindeiros ao Lago de Itaipu, Norte, Noroeste, Sul, Centro Sul e Sudoeste, assim definidas e organizadas.

Dessa forma, essas iniciativas perfazem um melhor direcionamento e maior integração entre os diversos setores do turismo nacional, visando um aumento da atividade turística no âmbito interno, bem como a atração do turismo internacional como captador de recursos econômicos e de outros investimentos.

E com base nas premissas da regionalização do turismo conforme a SETU (2006), além das oficinas de planejamento e capacitação, realizaram-se também, ações mais específicas de conscientização turística como palestras sobre o Programa em eventos de turismo e afins, e, principalmente, para os cursos superiores. Ainda com foco na regionalização, ações de educação para o turismo foram feitas para que se trabalhe o conteúdo do turismo de forma transdisciplinar.

2.1.3 Turismo, Paisagem e Ordenamento do Território.

Para se fazer uma análise do turismo como um fenômeno sociocultural moderno que influencia o espaço e conseqüentemente a paisagem, torna-se necessário o conhecimento de como se organiza o território e de como este se integra à atividade em questão. Portanto, a consideração dos elementos – espaço, território e paisagem que se inserem no contexto como componentes essenciais, é de extrema importância para desempenho da atividade turística.

O turismo como um produto a ser consumido, tem características muito próprias como sendo um bem intangível, isto é, aquele que é experimentado, vivenciado e não é tocado, contribuindo neste âmbito, para dar vazão aos estudos de valorização da paisagem.

Para Rodrigues (A. B., 2001), a observação da paisagem é de grande importância para os estudos de Geografia do Turismo, uma vez que a paisagem em si, é um notável recurso. Tendo em vista que o turista busca na viagem a mudança de ambiente, o rompimento com o cotidiano, a realização pessoal, a concretização de fantasias, a aventura e o inusitado, quanto mais exótica for a paisagem, mais atrativa será para o turista.

Tal consideração, portanto, é centrada no indivíduo que, através de suas percepções, atitudes, valores e expectativas, busca as suas realizações em interagir com um novo cenário, explorando e vivenciando o espaço turístico deste.

A partir de então, pode-se afirmar que a paisagem se comporta como um elemento essencial para a atividade turística tanto para a sua manutenção, quanto para a propagação e promoção de sua imagem (*marketing*), e mais ainda, no sentido da necessidade por preservar a sua função.

Contudo, Mendonça (2001, p. 21 – 22) observa que “a paisagem se deteriora com o exercício da atividade turística das mais diversas formas, evidentes ou não. A transformação dos espaços naturais para implantação de edificações é uma delas. Além de alterar a paisagem de modo negativo, tendem a privatizá-la, tornando-as, muitas vezes, inacessíveis aos transeuntes em geral”.

Assim, evidencia-se a necessidade de uma análise territorial direcionada à elaboração de projetos e implantação de equipamentos para toda estrutura turística,

convergindo no uso adequado dos recursos e com o envolvimento da comunidade local, a fim de beneficiar esta e estabelecer a manutenção do potencial turístico.

Para esse efeito, Soneiro (1991, p. 157) considera que “integrado com o meio receptor e eficazmente planejado, o turismo pode se tornar um agente de dinamização de regiões deprimidas, pois a integração econômico-setorial com racionalização de oferta turística poderá implicar em diminuir a colonização do espaço receptor. Desse modo, pode-se suprimir a proliferação das residências secundárias provenientes da especulação do uso do solo, como também a aquisição de terras por estrangeiros e cadeias turísticas internacionais”.

No entanto, deve-se considerar que o turismo por si, não irá fomentar o desenvolvimento de uma região atrasada, mas o próprio grau de desenvolvimento para ordenamento e gestão de seu território, que irá converter o turismo em atividade favorável inclusive para o seu potencial paisagístico. Portanto, uma atividade favorável do ponto de vista sócio-ambiental, requer um equilíbrio de condições – as aspirações econômicas conciliadas à manutenção e preservação dos recursos naturais do território.

Para Duarte (2002), atualmente os planos voltados ao ordenamento territorial buscam estabelecer-se como um conjunto de princípios, diretrizes e regras que visam garantir a organização do espaço (nacional, regional) através do processo dinâmico, contínuo, flexível e participativo na busca do equilíbrio entre o homem, o meio físico e os recursos naturais, com vista à promoção do desenvolvimento sustentável. O planejamento e ordenamento do território fazem-se através de Instrumentos de Gestão Territorial, que são regulamentos e normas para uso do espaço nos diferentes contextos – nacional/regional e urbano/rural. Os instrumentos são vinculados às entidades públicas e para os cidadãos.

Tais instrumentos devem funcionar mediante as necessidades locais sem perder de vista determinadas limitações da natureza (fragilidades ambientais), para uma adequação produtiva das atividades dentro do território.

Todavia, Duarte (2002) comenta que o Brasil ainda não dispõe de um sistema integrado de ordenamento territorial que possibilite uma ação coordenada nos diferentes níveis de governo. O que existe são planos, projetos, leis e instrumentos de intervenção isolados, adotados de forma muitas vezes conflitante, ora pela União, ora pelos Estados ou pelos Municípios. Essa diversidade de

instrumentos, programas e ações, relacionadas ao ordenamento territorial, traz muitos prejuízos ao país, sobretudo em termos da alocação de recursos para o desenvolvimento econômico e social, os quais, aqui, são sempre escassos. Desse modo, observa-se que cada setor (agricultura, educação, infra-estruturas básicas, construção civil, meio ambiente e turismo) atua direta ou indiretamente sobre o território com base em algum plano, mas cada um voltado só e especificamente ao seu campo de atuação.

Segundo a mesma autora (2002, p. 4), no panorama atual “um dos instrumentos legais brasileiros mais significativos e que tem impacto sobre o ordenamento do território é o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro – PNGC, constituído pela Lei n.º 7.661 de 16 de maio de 1998”.

O PNGC tem por objetivo orientar a utilização racional dos recursos na Zona Costeira, de forma a contribuir para elevar a qualidade de vida de sua população e a proteção do seu patrimônio natural, histórico, étnico e cultural. Visa também prever o zoneamento de usos e atividades na Zona Costeira e dar prioridade à conservação e proteção, entre outros, dos recursos naturais renováveis e não renováveis, dos sítios ecológicos de relevância cultural e demais unidades de preservação permanente, bem como dos monumentos que integram o patrimônio natural, histórico, paleontológico, espeleológico, arqueológico, étnico, cultural e paisagístico (DUARTE, 2002).

Da mesma forma, como convém citar outro exemplo, o Governo do Estado do Paraná, sob a coordenação da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA e Instituto de Terras, Cartografia e Geociências – ITCG, vem desenvolvendo um trabalho em cooperação técnica com o Ministério do Meio Ambiente. Trata-se de um plano elaborado de ordenamento territorial voltado para a preservação da biodiversidade e para o uso sustentável dos recursos naturais – o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE).

E de acordo com a SEMA/ITCG (2006), o ZEE constitui um instrumento da política nacional do meio ambiente que atua na organização territorial (Decreto federal n.º 4297/2002, que regulamenta o Artigo 9º, inciso II, da Lei federal n.º 6938/81). Este procura estabelecer medidas e padrões de proteção ambiental destinados a assegurar a qualidade ambiental dos recursos hídricos, do solo e a

conservação da biodiversidade, a fim de garantir o desenvolvimento sustentável e a melhoria das condições de vida da população.

O ZEE tem por objetivo geral, organizar, de forma vinculada, as decisões dos agentes públicos e privados quanto a planos, programas, projetos e atividades que, direta ou indiretamente, utilizem recursos naturais, assegurando a plena manutenção do capital e dos serviços ambientais dos ecossistemas. Este zoneamento leva em conta a importância ecológica, as limitações e as fragilidades dos ecossistemas, estabelecendo vedações, restrições e alternativas de exploração do território e determinando, quando for o caso, inclusive a realocação de atividades incompatíveis com suas diretrizes gerais. O ZEE dividirá o território em zonas, de acordo com as necessidades de proteção, conservação e recuperação dos recursos naturais e do desenvolvimento sustentável (SEMA/ITCG, 2006).

No entanto, de acordo com Duarte (2002), no Brasil, tradicionalmente, a ocupação do território tem-se caracterizado pela prevalência da racionalidade econômica, em detrimento das questões ambientais e sociais. Desse modo, problemas passam a existir quando setores envolvidos de forma restrita às suas áreas de atuação, desconsideram ou ignoram os demais, gerando conflitos e inclusive inviabilizando o cumprimento de normas essenciais de planos relacionados à preservação ambiental.

Para tanto, instrumentos como o PNGC e o ZEE, se apresentam como planos para definir, orientar e implementar políticas para identificação e viabilização de diferentes formas de uso da terra, dos recursos naturais e das potencialidades econômicas. Estes procuram incorporar diferentes dimensões de ordenamento, disponibilizando indicadores de tendências e de fragilidades dos ecossistemas, procurando viabilizar para cada caso, a criação de áreas protegidas, os potenciais para usos agro-pastoris e os indicativos para liberação de outras atividades (planos habitacionais, industriais, turísticos, etc.) (SEMA/ITCG, 2006).

Alguns estudos recomendam que os planos de ordenamento territorial disponham de certo grau de flexibilidade para que não exclua ou bloqueie diferentes modos e concepções de apropriação, uso do solo e dos recursos naturais que possam trazer benefícios com resultados sustentáveis (DUARTE, 2002).

Dessa forma, retomando à atividade turística, os planos de ordenamento devem cumprir metas semelhantes, fazendo a diferenciação e adequação dos

empreendimentos para cada área, explorando racionalmente o setor e minimizando quaisquer impactos negativos. Por esta razão, considerando a disposição natural das áreas envolvendo limitações e potencialidades, os municípios elaboram leis que regem os planos de ocupação e ordenamento de seu território. Isto se exemplifica através dos planos diretores municipais que contém a *legislação de uso e ocupação do solo*, adequando formas de utilização e estabelecendo as áreas a serem preservadas.

Segundo Silveira (2001) o planejamento territorial é um instrumento que determina a organização do espaço por meio de diretrizes que apreendem o todo, as partes, a função e as relações desse espaço, mas que também deve ser flexível, de forma que possa se adaptar às circunstâncias imprevistas na sua elaboração.

Portanto, o contexto que engloba o turismo, os potenciais paisagísticos e o ordenamento territorial, deve ser visualizado e entendido de forma a promover um padrão de desenvolvimento econômico e social satisfatórios, capaz de aliar os diferentes setores da economia num compromisso conjunto pela preservação do patrimônio ambiental numa relação harmônica e não predatória.

2.1.4 Impactos Sócio-ambientais do Turismo em Zonas Costeiras.

Embora o turismo seja visto como um fenômeno bastante complexo mediante as condições ambientais do planeta, este é considerado um dos mais importantes vetores de desenvolvimento econômico mundial. Sendo que este setor passou a se tornar um dos principais alvos de investimentos no sentido de vislumbrar, em determinadas situações e até em curto prazo, excelentes possibilidades de retorno financeiro.

Pois, segundo Rodrigues (A. B.; 2001), o turismo já representa o terceiro produto mais comercializado internacionalmente, apenas colocando-se atrás do petróleo e da indústria bélica.

A atividade turística, já globalmente identificada como “indústria sem chaminés”, atualmente fomenta grandes empreendimentos, buscando expandir e diversificar suas incursões. Desse modo, esta se apropria dos espaços, transformando-os em objetos de consumo e provocando transformações sociais.

O turismo na sua enorme complexidade reveste-se de tríplice aspecto com incidências territoriais específicas em cada um deles. Trata-se de fenômeno que apresenta áreas de dispersão (emissoras), áreas de deslocamento e áreas de atração (receptoras). É nestas que se produz o espaço turístico ou se reformula o espaço anteriormente ocupado. É aqui também que se dá o consumo do espaço (RODRIGUES, A. B., 2001).

De um modo geral, conforme Silveira (2004), modelos para desenvolver economias nacionais ou regionais, nem sempre vão de encontro ao desenvolvimento e crescimento do turismo de forma harmoniosa com outros elementos. Menciona-se, no entanto, uma série de vantagens que podem ser alcançadas, como a geração de empregos, os lucros para as empresas do setor de serviços e a captação de divisas por parte dos municípios. Mas nem sempre esses fatores agem no sentido de trazer benefícios à população como um todo. A considerar que os benefícios do turismo têm um peso significativo, por outro lado, essa atividade pode ainda provocar impactos negativos ao meio ambiente, aos recursos relacionados a este e também à sociedade local.

Entretanto, são muitos os exemplos de entraves e controvérsias geradas pelo turismo nos dias atuais, a saber, por terem ocorrido sem qualquer forma de planejamento ou estudos preliminares.

Nas comunidades pesqueiras litorâneas, por exemplo, a diminuição da produção de pescados, por degradação ambiental e pesca predatória, fez com que muitos pescadores passassem a utilizar seus barcos em função da atividade turística, transportando visitantes. A família destes, esposas e filhas passaram a confeccionar artesanatos e a integrar sazonalmente as funções domésticas nos meios de hospedagem e alimentação. Alterou-se assim, uma forte e tradicional relação de gerações, entre o ambiente e o homem, prejudicando mais enfaticamente os princípios de sustentabilidade sociocultural e espacial (SILVEIRA, 1997).

Assim, o mesmo autor (1997) complementa que tais transtornos não apenas atingem comunidades pesqueiras, mas também zonas urbanizadas e de construções de alto poder aquisitivo, afetando principalmente as infra-estruturas básicas (manejo do lixo e dejetos, redes de esgoto).

Para Mendonça (2001, p. 19), “o turismo é considerado uma indústria e, assim como os demais setores da economia moderna, depende da apropriação e

exploração da natureza e das sociedades locais. Os exemplos de degradação ambiental e sociocultural decorrentes do turismo são abundantes, assim como o são para a agropecuária ou outros setores da indústria: a utilização não-sustentável até o esgotamento de suas fontes de matérias-primas e transferência para outros lugares de exploração”.

Nas regiões litorâneas, onde é considerável a concentração turística nas temporadas de veraneio, é de fundamental importância realizar avaliações dos impactos sócio-ambientais para o local, elucidando os impactos positivos e principalmente negativos que o turismo pode provocar. Mediante a essa realidade, coloca-se também:

As localidades turísticas têm dificuldades em solucionar os problemas de saneamento básico, pois a demanda sobre estes serviços é multiplicada, às vezes, por cem, em épocas de temporada e fins de semana prolongados. Nesses períodos, os efluentes domésticos chegam a atingir níveis muito superiores à capacidade de saturação: os despejos de fossas e esgotos acabam contaminando as praias, comprometendo a balneabilidade de suas águas. É Também difícil organizar a coleta de lixo, e muitas vezes é impossível estabelecer um local apropriado para o seu despejo que, ou fica disperso por várias áreas sem um tratamento adequado, ou a municipalidade deve negociar a sua deposição em algum município vizinho. São todas as soluções de curto prazo que prejudicam o potencial futuro para o desenvolvimento turístico (MENDONÇA, 2001, p. 22).

Apesar de estudos reconhecerem a possibilidade de crescimento da economia nas áreas receptoras, nota-se também e com freqüência nestes locais, os sinais evidentes de degradação ambiental mencionados acima e imprimidos pela atividade turística principalmente em épocas de temporada.

Nesse aspecto o turismo se coloca mais além, isto é, no âmbito da produção e ordenação dos espaços, considerando os possíveis impactos positivos e negativos advindos do seu crescimento.

A preocupação com os impactos do turismo, que existe há mais de uma década tem aumentado continuamente (embora de forma desigual) em países e regiões no mundo todo. Em geral, o termo “impacto” tem sido empregado como equivalente aos termos efeito e/ou consequência. Nesse sentido, pode-se dizer que os impactos do turismo são todo e qualquer efeito causado sobre os aspectos de natureza física, biológica, sociocultural e econômica. (SILVEIRA, 2002, p. 23).

Atualmente, na maior parte dos países que realizam estudos de impacto, já existe uma grande preocupação em tornar o turismo uma atividade mais ecológica e socialmente responsável. Para tanto, são adotados modelos de *sustentabilidade*

como uma estratégia ideal para a integração entre o turismo, o desenvolvimento econômico e a preservação do meio ambiente.

O conceito de sustentabilidade aqui considerado é fundamentado em determinados princípios segundo Sachs (1993, p. 37):

- a) Sustentabilidade Ecológica – Entendida como a proteção da natureza e da diversidade biológica; portanto, o desenvolvimento turístico de respeitar a “capacidade de suporte” dos ecossistemas, limitar o consumo dos recursos naturais, e provocar o mínimo de danos aos sistemas de sustentação da vida;
- b) Sustentabilidade Social – Fundamentada no estabelecimento de um processo de desenvolvimento que conduza a um padrão estável de crescimento, com uma distribuição mais eqüitativa de renda, redução das atuais diferenças sociais e garantia dos direitos de cidadania;
- c) Sustentabilidade Cultural – Implica a necessidade de se buscar soluções de âmbito local, utilizando-se as potencialidades das culturas específicas, considerando a identidade cultural e o modo de vida local, assim como a participação da população local nos processos decisórios e na formulação e gestão de programas e planos de desenvolvimento turístico;
- d) Sustentabilidade Econômica – Aquela que assegura o crescimento econômico para as gerações atuais e, ao mesmo tempo, o manejo responsável dos recursos naturais, que deverão satisfazer as necessidades das gerações futuras;
- e) Sustentabilidade Espacial – Baseia-se na distribuição geográfica mais equilibrada dos assentamentos turísticos para evitar a superconcentração de pessoas, de equipamentos e de infra-estrutura turística e, conseqüentemente diminuir a destruição de ecossistemas frágeis e a deterioração da qualidade da experiência do turista.

Estes princípios procuram direcionar o turismo sustentável, encontrando-se amplamente difundidos e discutidos no âmbito das economias, e centrados, sobretudo em políticas de planejamento territorial. Estas políticas constituem um plano de ações descentralizadas visando beneficiar o território como um todo, e como já mencionado, considerando a capacidade de uso e suporte para o seu zoneamento, dentro de uma gestão mais democrática e participativa.

Porém, tais condições muitas vezes se contrapõem, como denotam muitos exemplos de pesquisas territoriais – inclusive estudos de percepção, ao descaso da administração pública pela *capacidade de carga* do espaço local, refletindo de forma altamente negativa nos aspectos físico-naturais, biológicos e sociais.

Através da OMT (2001, p. 248), o conceito de capacidade de carga possui quatro pilares essenciais que visam garantir a sustentabilidade da atividade turística:

- a) Capacidade de Carga Ecológica/Ambiental: Define-se como o número máximo de visitantes que um lugar pode receber e, se superado, não poderá assegurar um desenvolvimento compatível com os recursos naturais;

- b) Capacidade de Carga Social: Faz referência ao nível máximo de atividade turística que, se superado, produzirá uma mudança negativa na população local;
- c) Capacidade de Carga do Turista: Esta é entendida como o nível máximo que garante a satisfação do turista;
- d) Capacidade de Carga Econômica: Esta se refere ao nível de atividade econômica compatível com o equilíbrio entre os benefícios econômicos que irá proporcionar o turismo e os impactos negativos que a atividade turística gera sobre as economias locais (manutenção das estruturas, desigualdades, inflação, etc.).

Partindo destes conceitos, pressupõe-se a necessidade em desenvolver um planejamento estratégico que integre todos os setores envolvidos, a fim de tornar o turismo viável em todas as suas incursões.

Para Cazes³ apud Silveira (2004), o planejamento estratégico e integrado do turismo pressupõe a participação de todos os agentes públicos e atores sociais envolvidos (governos, organizações públicas e privadas, planejadores, empresários, ambientalistas, turistas e populações residentes), englobando as diversas estratégias de desenvolvimento, as infra-estruturas de base, os equipamentos e instalações turísticas, os recursos e atrativos naturais e culturais, o meio ambiente e a sociedade, enquanto componentes de um “sistema territorial” complexo e dinâmico, com suas interações funcionais, suas sinergias e suas instabilidades.

Desse modo, o planejamento integrado do turismo deve trabalhar com todas as dimensões – territorial, social, econômica e ambiental, relacionadas entre si da forma mais abrangente em todos os seus espaços.

Para Silveira (1997), cabe discutir e propor formas concretas de se promover um turismo ambientalmente sustentável, economicamente viável e socialmente justo, tendo como suporte, a dinâmica local e o planejamento participativo.

Torna-se evidente, que somente uma gestão participativa embasada na sustentabilidade e apoiada na dinâmica local pode trazer o desenvolvimento do turismo com viabilidade econômica e controle dos impactos sócio-ambientais.

Em um contexto geral, é necessária uma mudança de paradigma, e desse modo Capra (1996, p. 27) propõe muito mais que o envolvimento do homem em todo o sistema produtivo, como também um novo ordenamento social. “A mudança de valores referenciais só será alcançada quando houver mudanças dos valores

³ CAZES, G. *Tourisme et developement du modèle intégré au modèle soutenable*. In: **Tourisme, touristes, sociétés**. Paris: L'Harmattan, 1997.

econômicos: conseqüente inversão do modelo econômico centralizador para outro mais coletivo ou distributivo frente ao quadro mundial de pobreza crescente”.

Dessa forma e sem qualquer dúvida, aqui é abordado um “re-ordenamento”, ou então, uma nova configuração para mudança de paradigmas, os quais possam reestruturar processos que impulsionam os sistemas econômicos, sociais e ambientais, com a completa integração de todos eles.

Assim, no engajamento de todas as possibilidades citadas pelos autores, a solução para o desempenho ideal do turismo em seus vários aspectos reflete numa versatilidade de planejamento – a aplicação de um plano integrado e participativo, sócio-economicamente justo e ambientalmente sustentável em longo prazo.

2.2 O LITORAL PARANAENSE E O SEU CONTEXTO REGIONAL.

2.2.1 Ambiente Costeiro: Características Físicas Gerais do Litoral do Estado do Paraná.

O estado do Paraná possui uma faixa litorânea (orla) pouco extensa – do sopé da serra até o oceano – com aproximadamente 90 km de comprimento e uma largura máxima em torno de 55 metros na região de Paranaguá (ANGULO, 1992).

A planície litorânea está profundamente recortada pelos complexos estuarinos das baías de Paranaguá, Laranjeiras, Pinheiros e Guaratuba, resultando em numerosas ilhas, algumas de grande extensão, como as ilhas das Peças, do Mel, Rasa, da Cotinga e Rasa da Cotinga. A planície tem em geral uma altura inferior a 20 metros acima do nível do mar. Em diversos locais, ocorrem morros e colinas isolados na planície, com altitudes que podem alcançar centenas de metros, tais como os morros Grande (479 m) e Canudal (245 m). Em geral a altura da planície aumenta da costa para o continente, alcançando as maiores altitudes no sopé da serra (BIGARELLA, 1946).

É importante ressaltar que no litoral paranaense, a despeito de sua pouca extensão, encontra-se uma grande variedade de ecossistemas – dos ambientes marinhos até os refúgios vegetacionais de altitude. Segundo a geomorfologia e a

vegetação, podem ser reconhecidas diferentes unidades ambientais naturais, sendo estas, as serras, planaltos dissecados, mangues, restingas, marismas e outros (BIGARELLA, 1978; MAACK, 1981).

O clima, segundo a classificação de Köppen, é Subtropical úmido mesotérmico (Cfa), com verão quente, mês mais frio inferior a 18°C, sem estação seca definida e com temperatura média anual estimada em torno de 22°C. A precipitação média anual é de 2000 mm, sendo o verão a estação mais chuvosa (janeiro – março) e o inverno a mais seca (julho – agosto) (IPARDES, 2006).

Na região litorânea, a umidade relativa do ar é alta, com valores médios oscilando em torno de 85%. Há uma alternância diária entre brisas marítimas e continentais, com predominância dos ventos continentais dos setores SW, W e NW, ocorrendo com uma frequência de 33,2% (MAACK, 1981).

Quanto ao quadro geral de preservação, segundo Angulo e Souza (1998), o ambiente natural do litoral paranaense encontra-se relativamente menos impactado do que no restante do estado, especialmente nos municípios de Guaraqueçaba e Guaratuba e nas áreas de serra em geral, pois esta região foi mantida à margem dos modelos de desenvolvimento adotados pelo Paraná ao longo das últimas décadas, predominantemente agrícolas ou agroindustriais. Por outro lado, nunca houve iniciativas em desenvolver a região por levar em consideração suas especificidades sociais e ambientais.

2.2.1.1 Geologia.

A geologia costeira no litoral do Paraná é dominada por dois grandes compartimentos naturais, que são a planície costeira e a região montanhosa. A denominada Serra do Mar, região montanhosa, é composta pelos terrenos mais antigos, representados por migmatitos indiferenciados, granitos de anatexia, gnaisses, micaxistos indiferenciados e granitos alcalinos, pertencentes ao período Pré-Cambriano Superior (BIGARELLA, 1946).

A planície costeira de maneira geral é constituída por sedimentos continentais e costeiros, dentre os primeiros, destacando-se os sedimentos associados a encostas, tais como leques, tálus, colúvios e sedimentos fluviais. Os

depósitos continentais incluem duas unidades que receberam denominação estratigráfica formal: a Formação Alexandra e a Formação Iquererim.

Na parte oeste e central dominam os migmatitos, que são rochas metamórficas com faixas magmáticas ou ígneas, que se alternam com outras faixas metamórficas. Os granitos de anatexia têm mesma ocorrência e constituem rochas ígneas bem cristalizadas. Estes são compostos principalmente de quartzo, feldspato alcalino, muscovita ou outro mineral magnésiano. Os gnaisses e micaxistos encontram-se na parte central de Guaratuba, estes são de granulação média, geralmente contendo feldspato, biotita, magnetita, zircão e muscovita. Os granitos alcalinos são rochas ígneas caracterizadas pelo alto teor de feldspatos alcalinos (alcalis), baixa sílica e alumina, aparecem no extremo oeste, cortando os migmatitos indiferenciados (BIGARELLA, 1978).

Na orla costeira, predominam os sedimentos arenosos marinhos, compreendendo areias quartzosas, aluviões, coluviões e sedimentos de baía. Portanto, a morfologia da planície litorânea se classifica em:

- a) Sedimentação marinha – praias e restingas;
- b) Sedimentação intermediária – manguezais, areia e bancos de lodo;
- c) Sedimentação terrígena – aluviões terrestres e dunas eólicas (BIGARELLA, 1946).

Assim, a formação das restingas no litoral paranaense se originou por meio de uma intensa sedimentação no período quaternário que provocou a formação de cordões litorâneos. Esses cordões estenderam-se agrupados paralelamente em direção ao mar sobre a plataforma continental, na forma de feixes e restingas. Essa formação de modo geral, também está condicionada à existência de correntes costeiras secundárias que transportam areias, sendo que a sua formação e abastecimento deve-se à quantidade de material transportado. Nos manguezais ocorrem as lamas e os lodos argilosos, junto às margens da baía e ao longo dos pequenos córregos, encontram-se terrenos areno-síltico-argilosos, ricos em matéria orgânica que preenchem áreas dissecadas e depressões na planície arenosa (BIGARELLA, 1978).

De acordo com o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado elaborado pelo Governo do Paraná e Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná (2004), os sedimentos costeiros foram divididos em dois grupos principais, correspondentes a

sistemas deposicionais diferentes. O primeiro deles corresponde à planície costeira com cordões litorâneos (*strand plain*), que inclui principalmente sedimentos de face litoral (*shore face*), praias e duna frontal. Nos ambientes atuais desses sistemas, foram discriminadas praias, dunas frontais e brejos intercordões.

No Paraná, a planície costeira com cordões litorâneos estende-se desde o canal do Varadouro, ao norte, até o rio Saí-guaçu, ao sul. Em alguns setores da planície os cordões são pouco definidos ou ainda não foram observados. Muitas vezes são pouco visíveis em campo, porém são evidentes em fotografias aéreas ou imagens orbitais. O segundo sistema deposicional corresponde aos estuários. Nos sedimentos antigos, podem ser reconhecidos ambientes de planícies de maré e fundos rasos. Nos ambientes atuais a planície de maré foi dividida em seis subunidades, sendo também reconhecidos os deltas de maré. Em relação à idade, os sedimentos foram divididos em pleistocênicos e holocênicos.

2.2.1.2 Solos e Hidrografia.

Os solos da planície litorânea do Estado do Paraná encontram-se dessa forma relacionados: associação Podzol com A hístico + Podzol com A moderado, solos Hidromórficos Gleyzados Indiscriminados e solos Indiscriminados de mangue. Em morros isolados e cadeias de elevações predominam os Latossolos Vermelhos Álicos, os Podzólicos Vermelho-amarelos Álicos e os Cambissolos Álicos e Distróficos de migmatitos ou gnaisses.

De maneira geral, na Serra do Mar são encontrados os Afloramentos de Rocha (granitos e quartzitos) e os Solos Litólicos Álicos e Distróficos, com substratos de migmatitos, granitos, gnaisse e quartzitos. Os sedimentos são ocupados pelos Cambissolos Álicos e pelos Podzólicos Vermelho-amarelos Álicos e Distróficos, podendo, em alguns casos, onde as vertentes são mais suaves, ocorrerem os Latossolos Vermelho-amarelos Álicos.

Portanto, a alta fragilidade dos solos litorâneos está relacionada com a qualidade dos ambientes costeiros. A baixa fertilidade, os condicionantes de relevo e clima tornam difícil a utilização desses solos para agricultura. A preservação da cobertura vegetal existente é a melhor proteção contra a erosão, conservação dos

solos e garantia da estabilidade dos ecossistemas continentais, costeiros e marinhos (GOVERNO DO PARANÁ E PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ, 2004).

Quanto à hidrografia da região litorânea paranaense, esta abrange principalmente duas bacias: a de Paranaguá, com aproximadamente 3.882 Km² de extensão, e a de Guaratuba, com uma área em torno de 1.393 Km².

Essas bacias podem ser divididas em diferentes sub-bacias, sendo: a bacia do rio Saí-guaçu, ao sul, no limite com o Estado de Santa Catarina; a do Mar de Ararapira, ao norte, no limite com o Estado de São Paulo; e bacias de pequenos riachos, que drenam diretamente para o mar.

No município de Pontal do Paraná, o rio principal é o Guaraguaçu, que compõe a bacia de Paranaguá. Esse rio possui suas nascentes na Serra da Prata e sua foz no Canal da Cotinga na Baía de Paranaguá. Como complemento desta hidrografia convém destacar as intervenções antrópicas para fins de drenagem e navegação, com a abertura de canais pelo Departamento Nacional de Obras e Saneamento – DNOS. Esta abertura de canais alterou de forma significativa as configurações de rios como o Perequê, Peri e Pai Antônio (GOVERNO DO PARANÁ E PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ, 2004).

2.2.1.3 Vegetação.

De acordo com o IBGE⁴ apud Governo do Paraná e Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná (2004), o litoral paranaense apresenta como sistema de vegetação primária as seguintes unidades vegetacionais:

- a) Formações Pioneiras com Influência Marinha: constituem os ambientes revestidos por vegetação de primeira ocupação, é formada por espécies influenciadas em diferentes níveis ou intensidades pelas águas do mar, dos rios, ou pela ação combinada de ambos. Estas espécies desempenham importante papel na preparação do meio à instalação subsequente de espécies mais exigentes ou menos adaptadas às

⁴ IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Manual técnico da vegetação brasileira**. Rio de Janeiro: DERNA, 1992.

condições de instabilidade ambiental. Por isso, as formações pioneiras são formações vegetais ainda em fase de sucessão, com ecossistemas dependentes de fatores ecológicos instáveis, tais como os edáficos, e independentes da ação direta do clima. Essas formações são consideradas como pertencentes ao “complexo vegetacional edáfico de primeira ocupação”. São incluídas neste as comunidades das praias, dunas, vegetação arbustiva pós-praia, “*scrub*” lenhoso da planície costeira, florestas secas, florestas paludosas ou brejosas e vegetação rupícola dos costões. Verdadeiramente é uma vegetação bastante heterogênea, formando uma espécie de “mosaico” de diferentes fisionomias, indicando em alguns casos, um forte caráter sucessional. E segundo Roderjan et al. (1997), nas Formações Pioneiras com Influência Marinha – as denominadas *restingas* – há uma grande variedade de ambientes integrados. Os que merecem destaque pela maior importância fisionômica são a faixa de praia, as dunas instáveis e as fixas, áreas aplainadas e plano-deprimidas. No ambiente de praia, pobre em vegetação em função da instabilidade e do elevado teor de salinidade (fatores impeditivos da formação de solo), encontram-se poucas espécies. Possuem os tipos herbáceo, arbustivo e arbóreo de vegetação, procurando contemplar as principais variações fisionômicas observadas desde as praias até os pontos mais interiores da planície costeira. São incluídas as comunidades ocorrentes nas praias, dunas e sobre parte desta planície, e também nos setores com cordões litorâneos bem definidos onde variam desde formações herbáceas, passando por arbustivas e até florestas úmidas. Pela proximidade com o mar e radiação forte, as áreas de restinga possuem uma baixa constituição nutricional, razão pela qual poucas espécies se acham especializadas e adaptadas a estas condições de ambiente.

- b) Formações Pioneiras com Influência Marinha ou Fluviomarinha (manguezal e campo salino): os manguezais são associações halófitas que se situam nas desembocaduras dos rios, baías e reentrâncias do mar, em solos lodosos e onde a salinidade por influência da maré, embora consideravelmente reduzida, permite apenas o estabelecimento

de plantas seletivas. Estas constituem uma vegetação especializada, ora dominada por gramíneas (*Spartina sp.*) e amarilidáceas (*Crinum sp.*) atribuindo-lhe fisionomia herbácea, ora dominada por espécies arbóreas dos gêneros *Rhizophora*, *Laguncularia* e *Avicennia*. Quando as águas se tornam agitadas e a salinidade diminui, as deposições de flóculos formados por partículas (argila, matéria orgânica e outras) vão gradativamente desaparecendo e junto a elas, os mangues, até desaparecerem totalmente no litoral arenoso. O mangue representa uma zona de transição entre o ecossistema terrestre e o ecossistema aquático, possibilitando uma gama de inter-relações ambientais, o que o caracteriza como zona de elevada produtividade biológica, sendo que sua preservação é fundamental para se deslocarem animais marinhos em época de reprodução.

As Áreas de Transição situam-se logo após os manguezais ou em depressões justapostas às dunas de praia (no sentido do continente), podendo ocorrer como várzeas brejosas que em função do grau de desenvolvimento dos solos, apresentam-se fito-fisionomicamente distintas. Nas várzeas mais recentes, ainda povoadas por espécies lenhosas, observam-se formações herbáceas densas, podendo cobrir áreas extensas comumente dominadas pela taboa (*Tyba dominguensis*). Sobre os solos mais desenvolvidos, normalmente em contato com as formações da Floresta Ombrófila Densa das planícies quaternárias ou mesmo Sub-montanas, observa-se a instalação de vegetação lenhosa constituída por um grupo seletivo de árvores de grande e pequeno porte, dentre as quais, caracterizando fisionomicamente esses ambientes, destacam-se o jerivá (*Syagrus romanzoffiana*), as figueiras (*Ficus sp.*), o guanandi (*Calophyllum brasiliensis*) e duas bignoniáceas – ipê-da-várzea (*Tabebuia umbellata*) e a caxeta (*Tabebuia cassinoides*) – essas três últimas muito visadas pela exploração visto o alto valor de suas madeiras. No interior dessas florestas, também denominadas de transição, já se pode observar um acentuado epifitismo, representado por bromeliáceas, aráceas (cipó-imbé), orquídeas e piperáceas. A vegetação de influência fluvial (comunidades aluviais) constitui formações

herbáceas ou arbóreas seletivas em depressões úmidas. Estas ocorrem interiorizadas na Floresta Ombrófila Densa, portanto sem influência direta do oceano, definidas por condições localizadas, geralmente sobre solos hidromórficos gleyzados, cuja superfície é regularmente inundada pelo regime das águas fluviais. Da mesma forma que as várzeas brejosas sob influência fluviomarinha, o menor ou maior grau de desenvolvimento do substrato condiciona a dominância de formações herbáceas, caracterizadas pela associação taboa/lírio-do-brejo, ou de formações arbóreas geralmente puras constituindo os caxetais (*Tabebuia cassinoides*), em sua maioria já explorada consecutivas vezes em função da sua capacidade de rebrota. A taboa comumente ocupa o estrato destas formações.

- c) Formações Pioneiras com Influência Fluvial: inclui as comunidades vegetais ocorrentes em locais que refletem processos de “cheias” de rios em épocas chuvosas, como a maioria dos rios da planície costeira, ou então que vivem em depressões alagáveis durante ao menos um período do ano, com periodicidade e duração variáveis. Esse tipo vegetacional está representado principalmente pelos brejos herbáceos e arbóreos situados nas depressões entre os cordões litorâneos. A deposição de areia por influência do mar tende a formar cordões litorâneos e dunas, onde, posteriormente, se instalam os vegetais. De acordo com o grau de desenvolvimento destes (estágios sucessionais), podem ser encontradas formações herbáceas, arbustivas ou arbóreas, sendo essas últimas mais interiorizadas e extensas, com alturas entre 5 e 10 metros. Ao longo da praia ocorre uma vegetação psamófito, constituída por plantas reptantes que vão colonizando as areias consolidadas e preparando o terreno para a entrada de outras espécies mais exigentes. Os gêneros *Schinus*, *Baccharis*, *Ilex*, *Nanmania* e *Gomidesia*, com árvores baixas e retorcidas emprestam ao ambiente um aspecto subxerofítico, com uma grande incidência de líquens terrestres, além de cactáceas e bromeliáceas. Sobre as áreas rochosas ocorre uma vegetação xerófita muito típica de bromeliáceas, gesneriáceas e orquídeas. Esse tipo de vegetação ocorre

também em áreas de transição entre os manguezais e a Floresta Ombrófila Densa das Terras Baixas (restinga higrófila).

- d) Floresta Ombrófila Densa (Floresta Pluvial Tropical): esse tipo de vegetação é caracterizado por fanerófitas (plantas com flores), justamente pelas sub-formas de vida macro e mesofanerófitas, além de lianas lenhosas e epífitas em abundância que a diferenciam de outras classes ou formações. Porém, sua característica ecológica principal reside nos ambientes ombrófilos (de origem grega significando “amigo das chuvas”), que marcam muito bem a “região florística florestal”. Assim, a característica ombrotérmica da Floresta Ombrófila Densa está presa aos fatores climáticos tropicais de elevadas temperaturas (médias de 25°C) e de alta precipitação bem distribuída durante o ano (de 0 a 60 dias secos), o que determina uma situação bioecológica praticamente sem período biologicamente seco. Nos ambientes dessa floresta dominam os Latossolos com características distróficas e raramente eutróficas, originados de vários tipos de rochas desde as cratônicas (granitos e gnaisses) até os arenitos com derrames vulcânicos de variados períodos geológicos. Tal tipo vegetacional foi subdividido em cinco formações ordenadas segundo hierarquia topográfica, que refletem fisionomias diferentes, de acordo com as variações ecotípicas resultantes de ambientes distintos.

O subtipo Floresta Ombrófila Densa Aluvial segundo Bonatto⁵ apud Governo do Paraná e Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná (2004) ocorre nas planícies de grandes rios entre diques marginais formados por deposição e várzeas formadas por sedimentos. Essa floresta, chamada “mata ciliar”, dependendo de condições locais, pode chamar-se mata de fecho, mata de anteparo, floresta de condensação, beira rio, de borda, justafluvial, ripária e outras. As formações aluviais podem ocorrer em toda Floresta Ombrófila Densa independentemente da altitude, e onde

⁵ BONATTO, F. **Levantamento fitossociológico de um remanescente de floresta de galeria do córrego Tarumã**. Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 1993. p. 8 – 9.

essa floresta acha-se sobre aluviões antigos ou várzeas aluviais, define-se como “Floresta Aluvial”.

A Floresta Ombrófila Densa das Terras Baixas, outro subtipo, ocupa a planície e terraços de sedimentos arenosos (solos podzóis de drenagem moderada) até altitudes de 30 ou 50 metros. É representada em sua maior parte por uma formação arbórea bem desenvolvida (também denominada restinga) com elementos dominantes de até 30 metros de altura – a maçaranduba (*Manilkara subsericea*), o guanandi (*Calophyllum brasiliensis*) e o ipê-do-brejo (*Tabebuia umbellata*), com um sub-bosque caracterizado pela abundância de epífitas, pteridófitas e palmáceas, notadamente o jerivá (*Syagrus romanzoffiana*) e o palmito (*Euterpe edulis*). Em porções menores e disjuntas, sobre Cambissolos associados a solos hidromórficos gleyzados (drenagem deficiente) de topografia plana, ocorrem formações herbáceas caracterizadas pela taboa (*Tybia dominguensis*), comumente associada à caxeta (*Tabebuia cassinoides*), espécie arbórea já intensamente explorada. Em sua quase totalidade essas formações de terras baixas sofreram intervenção do homem, substituídas por cultivos agrícolas e pastagens. O posterior abandono dessas áreas mostra hoje grande parte da planície ocupada por diferentes fases sucessionais da vegetação natural, desde capoeiras recentes até formações secundárias mais desenvolvidas (antigas) com aspecto semelhante à vegetação original, diferenciadas no porte (20 metros) e parcialmente na composição florística. Nas formações secundárias da porção centro-sul da planície, é expressiva a dominância da associação guanandi (*Calophyllum brasiliensis*) e cupiúva (*Tapira guianensis*); na porção norte (Antonina e Guaraqueçaba) domina a associação guanandi/guaricica (*Vochysia bifalcata*), sendo que o palmito já povoa o sub-bosque com idades estimadas de 50 a 100 anos.

2.2.2 Vegetação Primária da Planície Litorânea – Características principais e perfis.

a) Formação Pioneira com Influência Marinha:

Características principais: com influência direta do mar, as restingas apresentam-se nos tipos herbáceo, arbustivo e arbóreo. Presentes nas praias, dunas, planícies costeiras e nos cordões litorâneos bem definidos. Os gêneros mais comuns encontrados nas praias são *Reminea* e *Salicornia*. Os gêneros encontrados nos planos mais altos são *Achyrocline*, *Polygala*, *Spartyna* e *Vignea* (RODERJAN et al., 1997).

FIGURA 2 – VEGETAÇÃO DE RESTINGA (PONTAL DO PARANÁ)



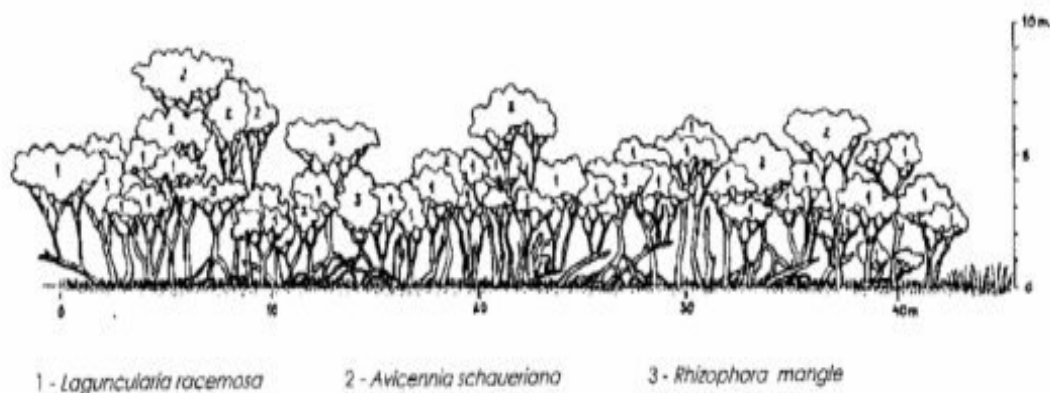
Fonte: Roderjan et al. (1997).

b) Formações Pioneiras com Influência Marinha ou Fluviomarinha (manguezal):

Mangue baixo. Características principais: possui apenas 1 extrato arbóreo, altura média de 3 a 5 metros e mais de 80% das árvores possuem troncos inclinados e quase horizontais. A espécie predominante é a *Laguncularia racemosa* (mangue branco) e a

densidade do dossel é de 2.700 indivíduos por hectare (ha.) (RODERJAN et al., 1997).

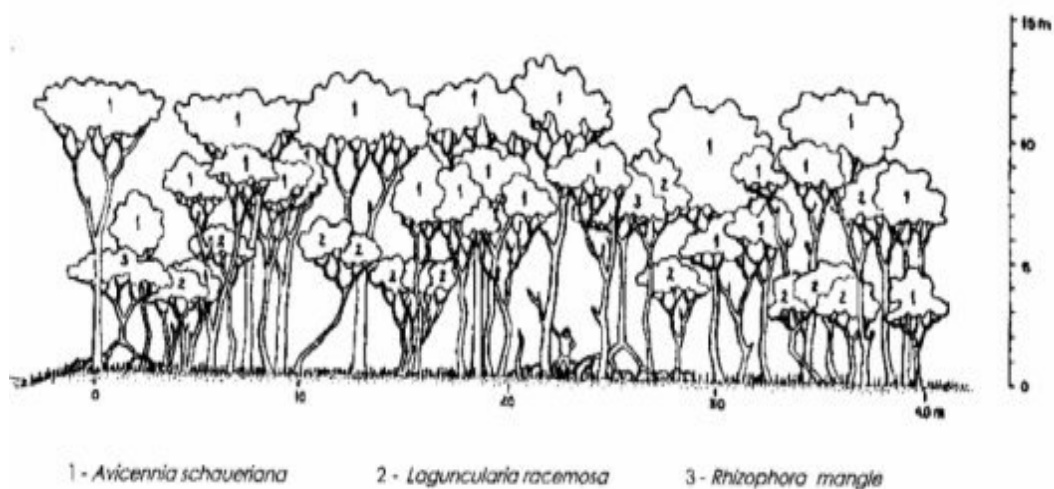
FIGURA 3 - PERFIL ESQUEMÁTICO – MANGUE BAIXO



Fonte: Roderjan et al. (1997).

Mangue alto. Características principais: A altura média do complexo é de 9 a 10 metros, a espécie predominante é a *Avicennia schaueriana* e a densidade do dossel varia de 2.000 a 3.000 indivíduos por hectare (ha.) (RODERJAN et al., 1997).

FIGURA 4 - PERFIL ESQUEMÁTICO – MANGUE ALTO

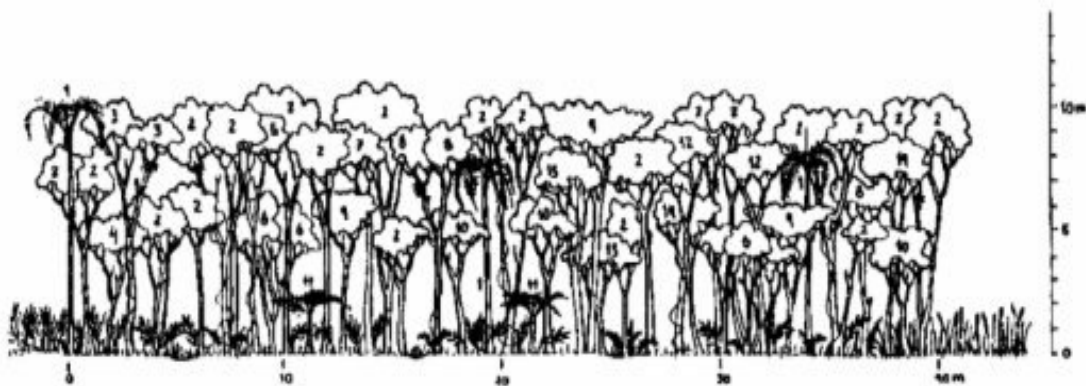


Fonte: Roderjan et al. (1997).

c) Formação Pioneira com Influência Fluvial:

Características principais – Apresenta a maior variedade de espécies, a espécie predominante é a *Tabebuia cassinoides*, o complexo possui altura média entre 8 a 12 metros e a densidade do dossel é alta, comportando uma média de 3.600 indivíduos por hectare (ha.) (RODERJAN et al., 1997).

FIGURA 5 - PERFIL ESQUEMÁTICO – FORMAÇÃO PIONEIRA COM INFLUÊNCIA FLUVIAL.



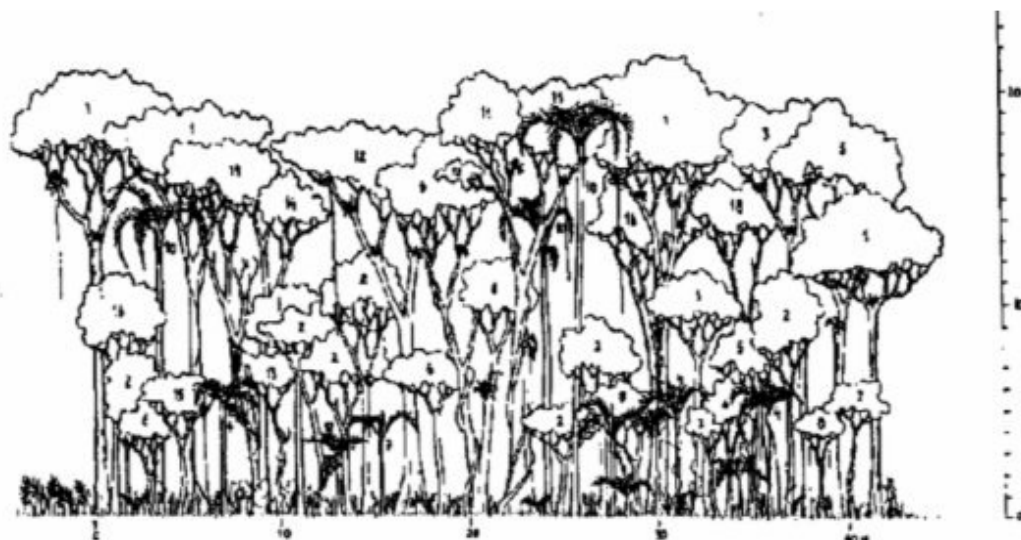
- | | | |
|----------------------------------|---------------------------------|-------------------------------------|
| 1 - <i>Syagrus romanzoffiana</i> | 6 - <i>Psidium cattleianum</i> | 11 - <i>Trichipteris atrovirens</i> |
| 2 - <i>Tabebuia cassinoides</i> | 7 - <i>Eugenia umbelliflora</i> | 12 - <i>Rapanea umbellata</i> |
| 3 - <i>Ilex dumosa</i> | 8 - <i>Myrcia multiflora</i> | 13 - <i>Inga edulis</i> |
| 4 - <i>Eugenia stigmatosa</i> | 9 - <i>Tabebuia umbellata</i> | 14 - <i>Guarea macrophylla</i> |
| 5 - <i>Rapanea sp. 2</i> | 10 - <i>Marikerea tomentosa</i> | 15 - <i>Calophyllum brasiliense</i> |

Fonte: Roderjan et al. (1997).

d) Floresta Ombrófila Densa – Floresta ombrófila densa das terras baixas:

Características principais: Formação com altura do extrato arbóreo inferior situando-se em torno de 15 a 20 metros, mas com predominância das espécies mais altas e estabelecendo-se um complexo com altura variável de 20 a 24 metros. Nesta formação destacam-se as famílias *Anarcadiaceae*, *Lauraceae*, *Myrtaceae*, *Moraceae* e *Sapindaceae*. A densidade média do dossel é de 2.315 indivíduos por hectare (ha.) (RODERJAN et al., 1997).

FIGURA 6 - PERFIL ESQUEMÁTICO – FLORESTA OMBRÓFILA DENSA DAS TERRAS BAIXAS



1 - <i>Calophyllum brasiliense</i>	7 - <i>Geonoma schottiana</i>	13 - <i>Jacaranda puberula</i>
2 - <i>Tabebuia cassinoides</i>	8 - <i>Marierea tomentosa</i>	14 - <i>Tapirira guianensis</i>
3 - <i>Pera glabrata</i>	9 - <i>Bactris lindmaniana</i>	15 - <i>Reedia gardneriana</i>
4 - <i>Euterpe edulis</i>	10 - <i>Syagrus romanzoffiana</i>	16 - <i>Alchornea triplinervia</i>
5 - <i>Myrcia acuminatissima</i>	11 - <i>Pseudobombax grandiflorum</i>	17 - <i>Trichipteris atrovirens</i>
6 - <i>Guarea macrophylla</i>	12 - <i>Ficus</i> sp. 1	18 - <i>Matayba guianensis</i>

Fonte: Roderjan et al. (1997).

No presente estudo, as áreas de interesse as quais comportam atividade turística em maior concentração no litoral paranaense, estão predominantemente inseridas no complexo de vegetação das Formações Pioneiras com Influência Marinha – as restingas.

Estas legalmente pertencem à Zona Costeira, e, portanto, encontram-se protegidas pelo Art. 225, § 4º da Constituição Federal (BRASIL, Constituição, 1991).

E as restingas segundo Santos (2007), como uma das formações e complexos vegetacionais da planície litorânea, constituem patrimônio natural e se encontram sob a proteção dos seguintes dispositivos legais:

- a) Lei 4.771/65: Código Florestal;
- b) Lei 7.661/88: Constitui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC), que prevê o zoneamento de usos e atividades na zona costeira;

- c) Decreto 750/93: Dispõe sobre o corte, a exploração e a supressão de vegetação nos estágios primário, médio e avançado de regeneração da Mata Atlântica e outras providências.

A considerar a função destes dispositivos, Santos (2007) destaca como ameaças ao patrimônio natural:

- a) A explosão demográfica na região;
- b) A exploração predatória da madeira;
- c) A extração ilegal do palmito (*Euterpes edulis*);
- d) A especulação imobiliária;
- e) A ausência de políticas públicas ambientais concretas;
- f) A ausência de fiscalização nas unidades de conservação, principalmente;
- g) A ausência de conscientização ambiental da população.

Portanto, de acordo com Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado – Governo do Paraná e Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná (2004) entende-se por supressão, o corte raso, ou seja, o desmatamento, a “limpeza” de uma área com fins de ocupação para desenvolver determinada atividade. E por exploração, entende-se o uso econômico ou não, da floresta para extrair determinado produto sem, no entanto, necessariamente desmatá-la. A exploração do palmito se encaixa como exemplo.

Segundo a fonte citada, no litoral paranaense também está presente o sistema de vegetação secundária, que engloba as áreas onde houve alguma intervenção humana para utilização da terra, independentemente de sua finalidade.

Esta utilização se deu principalmente para práticas agrícolas, e, quando abandonadas, reagiram de modo diferente em função do tempo de abandono e do uso, refletindo, no entanto, os parâmetros ecológicos do ambiente. Normalmente são reconhecidos os estágios iniciais, intermediários e avançados da sucessão secundária, denominados respectivamente de “capoeirinha”, “capoeira” e “capoeirão”.

A Arborização Urbana, que se inclui nesse sistema de vegetação, tem funções fundamentais – a amenização das altas temperaturas, a diminuição dos níveis de dióxido de carbono e poluição sonora e o embelezamento de vias propiciando a identidade dos bairros, praças e parques. Nas margens dos rios, este sistema protege o solo da erosão. Nas encostas de planaltos, de serras e de

montanhas, impede os deslizamentos de terra. Nas áreas urbanas, com maior concentração de edificações com uso comercial, em especial nos centros dos balneários e na orla marítima, verifica-se que a vegetação de rua, quando existe, é de pequena relevância face às altas temperaturas que ocorrem no verão. As espécies plantadas não obedecem a um planejamento adequado, chegando a existir de 3 a 5 espécies diferentes. As áreas afastadas do centro possuem pouca ou nenhuma arborização de rua. Nesses locais encontra-se geralmente uma vegetação natural em lotes e nos vazios urbanos.

Atualmente os municípios litorâneos paranaenses reconhecem a necessidade do plantio de arborização urbana – como política de valorização da vegetação da rua, como suporte de um sistema de bioclimatação e também por interesse de proteção à biodiversidade.

A autorização para supressão de Floresta Atlântica ou vegetação natural em área urbana para desmate e construção de loteamento, está disposta na Lei n.º 4.771/65 do Código Florestal, que consta sobre a supressão e exploração da vegetação nativa.

O artigo 14, letras “a” e “b” do Código Florestal, permite que sejam prescritas outras normas que atendam às peculiaridades locais proibindo ou limitando o corte de determinadas espécies.

3 METODOLOGIA.

Metodologicamente o estudo deu-se como uma pesquisa exploratória, básica e de campo, com observação direta sobre fontes primárias. O tratamento dos dados requisitou tabulações nas questões fechadas e crítica dissertativa nas questões abertas. Respectivamente as análises dos dados foram quantitativas – como recurso auxiliar e qualitativas – como recurso principal.

Todavia, inicialmente, o desenvolvimento do estudo requisitou a busca bibliográfica nos principais autores no conjunto da Geografia Humana, principalmente na Geografia da Percepção, Cognitiva ou Comportamental, e ainda, incluindo autores em Psicologia, Turismo e Meio Ambiente.

Ao ressaltarem-se os temas principais da dissertação – percepção, turismo, meio ambiente e impactos sócio-ambientais, notou-se uma grande área de abrangência, o que denota o seu caráter interdisciplinar, constituindo então um núcleo onde diferentes disciplinas se interceptam.

Na estruturação do trabalho, quanto aos meios de investigação, o estudo compreendeu além da bibliografia, a pesquisa prática – a entrevista para aplicação do questionário como instrumento mais utilizado nas ciências do comportamento e percepção e as anotações de campo. O questionário (ANEXO I) foi elaborado de forma a adequar-se aos parâmetros e à natureza do estudo, onde a predominância e o formato das perguntas abertas pudessem levar o entrevistado à maior objetividade para com a situação real vivenciada.

A técnica utilizada para coleta dos dados – a Amostragem randômica estratificada consiste em separar os elementos da população útil em grupos mutuamente exclusivos, sendo tiradas amostras de cada estrato. A principal finalidade desse processo de seleção de amostras é garantir que cada estrato seja representado por uma amostra de tamanho adequado, ou seja, na mesma proporção da população. Por esta razão, o erro de amostragem é minimizado (RAUPP; REICHLE, 2003).

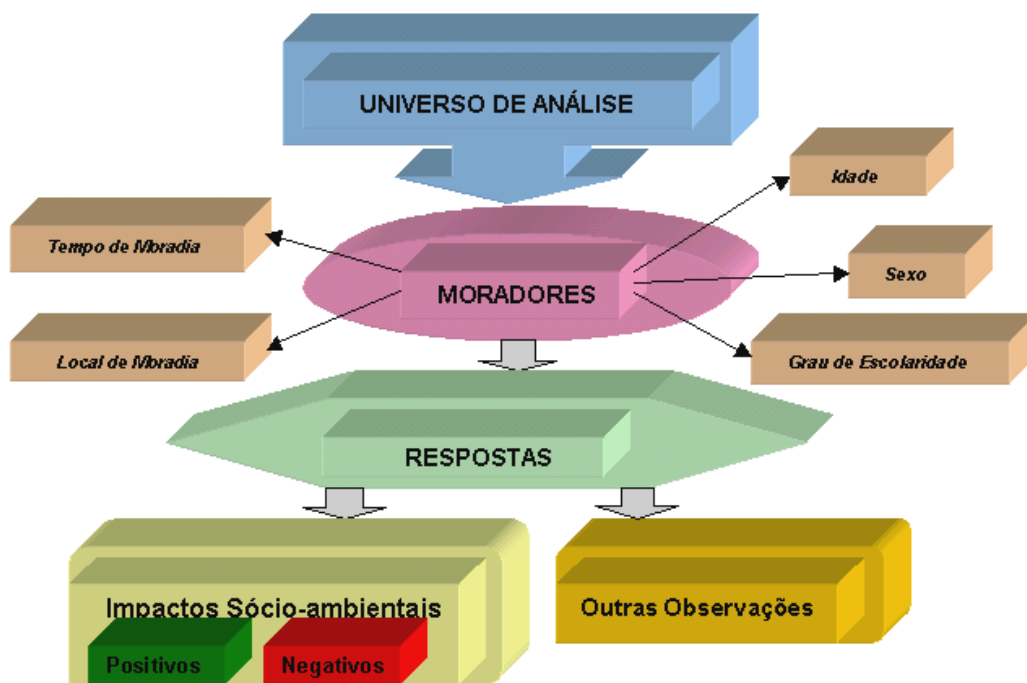
Esse tipo de amostra, portanto, procurou buscar um reflexo das percepções dos moradores nos locais designados para o estudo – a área de maior concentração turística em cada balneário. Sua aplicação na pesquisa justifica-se em função de

uma análise sobretudo qualitativa, onde não são visadas generalizações, mas sim, um potencial em avaliar a realidade vivenciada e percebida nos locais pré-determinados.

Para efeito desta análise foram consideradas variáveis de grande importância para os estudos de percepção como local e tempo de moradia, idade, gênero (sexo) e grau de escolaridade.

Portanto, somadas estas variáveis aos demais elementos, a estrutura geral da pesquisa pode ser representada pelo seguinte esquema:

FIGURA 7 - ESTRUTURA GERAL DA PESQUISA



Fonte: A autora.

Segundo o Cadastro Técnico da Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná, nos locais pesquisados – Praia de Leste, Santa Teresinha e Ipanema encontram-se respectivamente 2.054, 1.317 e 4.485 domicílios, sendo que grande parte destes, pertencem à chamada *população flutuante*, ou seja, os residentes temporários – veranistas e freqüentadores de finais de semana.

Porém, ressalta-se, de acordo com a fonte citada, que Praia de Leste apresenta o maior número de moradores permanentes concentrados em área de

alta frequência turística, isto é, possui a maior população útil ou representativa, conforme a definição do critério de amostragem utilizado na técnica de coleta de dados adotada pela pesquisa.

Desse modo, na proporção das populações residentes de cada balneário foram aplicados 80 questionários com perguntas abertas e fechadas (objetivas) – 35 para Praia de Leste, 15 para Santa Teresinha e 30 para Ipanema.

As entrevistas foram realizadas com larga distância temporal das épocas de maior frequência turística (veraneio), com o intuito de que as percepções dos moradores proporcionassem respostas com dados mais relevantes e significativos, sem a influência direta desta frequência.

Os locais de entrevista constituíram os pontos mais centrais de cada balneário com maior incidência turística (comércio, alojamentos, recreação e lazer) e maior concentração de moradores.

Assim, foram consideradas as áreas constituídas pelas quadras centrais, compreendidas entre a rodovia (PR 412) e a orla marítima, com extensão limitada proporcional à área de maior concentração de moradias em cada balneário, sendo:

- a) Praia de Leste – Rua Baronesa do Cerro Azul; Rodovia PR 412; Rua Rio Grande do Sul e Avenida Atlântica;
- b) Santa Teresinha – Rua Santos Dumont (divisa com o balneário Canoas); Rodovia PR 412; Rua Oswaldo Cruz e Avenida Atlântica;
- c) Ipanema – Rua Morretes (divisa do loteamento irregular Ipanema IV); Rodovia PR 412; Rua Ceará e Avenida Atlântica.

Os questionários de aplicação foram embasados no tema principal do estudo (impactos sócio-ambientais do turismo em áreas litorâneas) em conjunto com os objetivos propostos, para que, posteriormente, pudessem ser realizadas as análises dos resultados obtidos. Para tanto, foram inicialmente aplicados 5 questionários-teste, para que pudessem ser feitos ajustes necessários a fim de proporcionar resultados com conteúdos concisos e significativos.

A presente pesquisa não requer um estudo de paisagem, mas esta foi inserida no contexto como um indicador de impactos sócio-ambientais, haja vista a possibilidade de determinados fatores poderem influenciá-la direta ou indiretamente e até provocar a sua alteração. Nesse sentido, portanto, Bley (1996, p. 137) comenta

que “a atribuição de valor à paisagem vivida está intimamente relacionada com a solução de problemas de atendimento às necessidades básicas”.

Os resultados obtidos (dados pessoais dos entrevistados e respostas) foram analisados em conjunto para que pudessem ser destacadas as observações e formuladas conclusões acerca da problemática em questão, assim como também as sugestões para futuras pesquisas correlacionadas.

Para efeito de melhor organização do conteúdo visando às análises, os dados dos moradores foram registrados por meio de tabelas bem como a maior parte das questões abertas. As respostas fornecidas pelos entrevistados foram especificadas sob a forma de uma ou mais alternativas sucintas. As questões objetivas e a questão de finalização foram demonstradas através de gráficos.

Na seqüência, portanto, foram apresentadas a análise e a interpretação de todos os resultados, e logo após, a discussão e as considerações finais, ficando em capítulo próprio cada conjunto dessas etapas.

Portanto, quanto à metodologia utilizada na pesquisa a considerar os procedimentos e de acordo com Cruz e Ribeiro (2004), a abordagem indutiva pôde proporcionar observações espontâneas para efeito de análise e conclusão, relacionando o embasamento teórico à realidade observada.

As pesquisas documentais foram realizadas por meio de órgão público federal – IBGE; de órgãos públicos estaduais – IAP/SEMA/ITCG e IPARDES; da Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná – DIMUTUR (Diretoria Municipal de Turismo da Secretaria da Cultura, Esportes e Turismo) e setor de Arrecadação/Cadastro Técnico; e do Governo do Paraná junto à Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná – Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Pontal do Paraná.

Os dados atualizados fornecidos por estes órgãos viabilizaram a consecução dos objetivos da pesquisa, o que possibilitou, com a soma das informações obtidas (resultados dos questionários e anotações de campo), um conhecimento maior direcionado à área de estudo no intuito tanto de compreensão de suas interações sócio-ambientais quanto de suas limitações e potencialidades.

4 CARACTERIZAÇÃO DO AMBIENTE ESTUDADO.

A caracterização do ambiente estudado foi realizada no âmbito de se estabelecer as limitações da pesquisa. Entendeu-se por certo que, sendo o método utilizado o indutivo, a pesquisa só poderia ter reprodutividade e verificabilidade em ambientes semelhantes. Assim, foram também apresentados variados aspectos relacionados a este ambiente, onde se verificou a possibilidade de desenvolvimento de mais pesquisas para a mesma área e com diferentes enfoques.

4.1 LITORAL PARANAENSE: APRESENTAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ.

De acordo com a DIMUTUR – Diretoria Municipal de Turismo da Secretaria da Cultura, Esportes e Turismo de Pontal do Paraná (2006), os recentes aglomerados urbanos do litoral paranaense constituem vários balneários de diferentes denominações, formando o Município de Pontal do Paraná, cuja sede administrativa encontra-se em Praia de Leste. Este foi criado através da Lei Estadual n.º 11.252, em 20 de dezembro de 1995 e implantado em 1º de janeiro de 1997, sendo então desmembrado de Paranaguá.

Segundo o Governo do Paraná e Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná (2004), o município caracteriza-se como área especial de interesse turístico, condição definida pela Lei n.º 7.389/80, que vigorou até 1998, sendo substituída pela Lei n.º 12.243/98. É representado pela orla de 33 km de extensão que se inicia ao sul no balneário de Monções e estende-se a norte até a Ponta do Poço.

Dentre suas áreas de relevância destacam-se as ocupações humanas da Colônia do Maciel, Colônia Pereira e Aldeia Indígena, com traços culturais peculiares; a Estrada do Guaraguaçu e a Estrada Velha de Shangri-lá, ambos os percursos passíveis de unificação e que formam uma trilha turística pela Floresta Atlântica; e as áreas da União, que permitem ao município a criação de locais de contemplação e lazer sem que seja necessária uma desapropriação.

E também de extrema relevância, são os sambaquis A e B do Guaraguaçu, que constituem os bens tombados municipais.

O município de Pontal do Paraná está situado a 119,50 km de distância da capital do estado, possui área total de 202.159 km², população estimada em 18.848 habitantes, densidade demográfica de aproximadamente 93,23 habitantes/km², população rural de 174 habitantes e grau de urbanização de 98,79%. Limita-se ao Sul, com o município de Matinhos; a Oeste, com o município de Paranaguá; ao Norte, com a baía de Paranaguá e a Leste com o Oceano Atlântico. Os acessos para as áreas do município são as estradas BR 277, BR 376, PR 407 e PR 412 (IPARDES, 2006).

Baseado em trabalhos anteriores, o estudo do CETEPLAN⁶ apud Governo do Paraná e Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná (2004) sobre a costa do município, identificou três tipos principais de costa: oceânica, desde o limite sul do município até o balneário Barrancos; de desembocadura, entre o balneário Barrancos e a Ponta do Poço; e estuarina, de Ponta do Poço até a desembocadura do rio Guaraguaçu. Estas costas oceânicas não apresentaram grandes variações nas últimas décadas, mas salienta-se a possibilidade de ocorrer variações cíclicas de erosão e sedimentação com tendência a provocar vários metros de avanços e recuos da linha da costa.

Pontal do Paraná possui 48 balneários, dentre os quais se destacam: Monções, Praia de Leste, Canoas, Santa Teresinha (Cidade Balneária Atlântica), Porto Fino, Guarapari, Primavera, Ipanema, Praia Bela, Leblon, Batel, Jardim Canadá, Mirassol, Grajaú, Santa Mônica, Jardim Jacarandá, São José, Miramar, Shangilá, Barrancos, Itapuã, Santa Rita Mar, Andaraí, Guarujá, Miami, Iracema, Vila Nova, Atami, Las Vegas e Pontal do Sul (GOVERNO DO PARANÁ E PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ, 2004).

De acordo com Negrelle e Lima (1998) a região litorânea paranaense contempla a maior área contínua de Floresta Pluvial Atlântica ainda preservada, integrando a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica formalizada pela UNESCO.

Os balneários de Pontal do Paraná que contém as áreas do presente estudo, assim como aqueles pertencentes aos demais municípios do litoral

⁶ CETEPLAN. **Plano de Desenvolvimento Urbano**. Primeiro Caderno. Município de Pontal do Paraná, 2002.

paranaense, devido à sua localização e de acordo com as leis são considerados áreas especiais de interesse turístico.

Esses municípios, no verão, são “invasidos” por mais de 500.000 turistas, entretanto, esse grande fluxo turístico não resulta em benefícios significativos para a comunidade local. As atividades econômicas mais expressivas são do setor terciário, sendo que em praticamente todos os municípios, o comércio é a atividade que mais contribui com o ICMS (LIMA; NEGRELLE, 1998).

Assim, o estudo denotou, através da percepção ambiental dos moradores, os reflexos gerais e os impactos imprimidos pelo turismo a cada um dos locais pesquisados, sendo que alguns destes impactos são diretamente mais e melhores sentidos pela população nas altas temporadas de veraneio.

4.2 LOCALIZAÇÃO.

O município encontra-se a extremo leste, na faixa litorânea do Estado do Paraná, cujas coordenadas geográficas gerais são: 25°41'00” de Latitude Sul e 48°28'00” de Longitude Oeste (Meridiano de Greenwich), limitando-se com o Oceano Atlântico (IPARDES, 2006) (FIGURA 8).

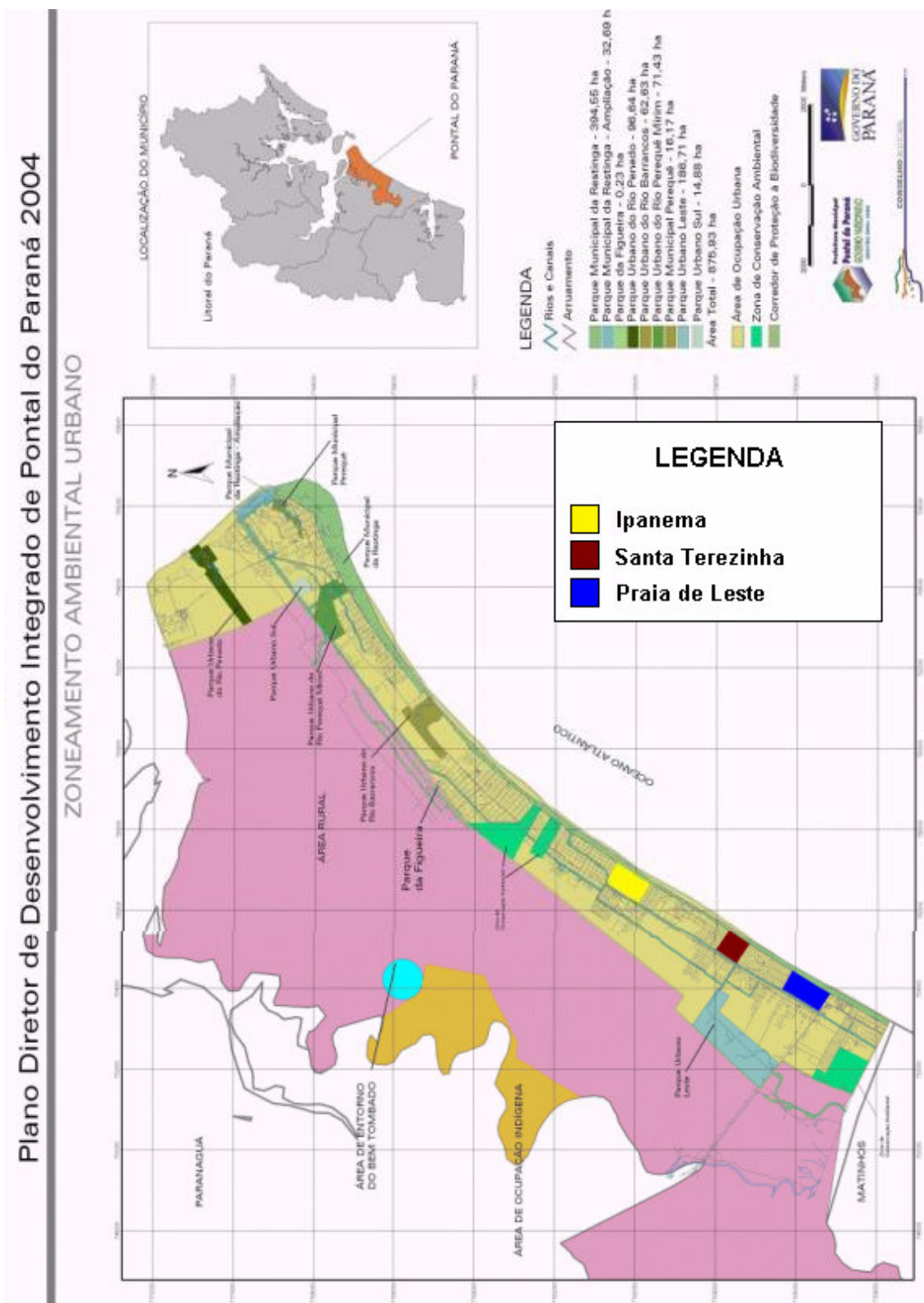
As áreas de estudo estão inseridas em três balneários do município, sendo Praia de Leste, Santa Teresinha (Cidade Balneária Atlântica) e Ipanema. E estes constituem áreas de significativa concentração populacional juntamente a uma grande frequência de atividade turística.

De acordo com o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado – Governo do Paraná e Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná (2004), os balneários os quais comportam as áreas de estudo localizam-se em *Área de Ocupação Urbana*, definida segundo as leis municipais como consta no mapa de Zoneamento Ambiental Urbano do município (FIGURA 9).

FIGURA 8 - LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ

Fontes: Adaptado do IBGE e IPARDES (2007).

FIGURA 9 - LOCALIZAÇÃO DAS ÁREAS DE ESTUDO NOS BALNEÁRIOS



Fonte: Adaptado do Governo do Paraná e Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná (2004).

4.3 OCUPAÇÃO HISTÓRICA DA REGIÃO E CARACTERÍSTICAS SÓCIO-ESPACIAIS DE PONTAL DO PARANÁ E ÁREA DE ESTUDO.

De acordo com o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado elaborado pelo Governo do Paraná e Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná (2004), a ocupação inicial do litoral paranaense ocorreu no século XVI na baía de Paranaguá, com a chegada de índios na região do Superagüi. Escravizados pelos portugueses, os índios foram trabalhar primeiramente em lavouras. Após a descoberta do ouro em Paranaguá, teve início a exploração de suas minas, que se tornou mais efetiva por volta de 1578, nas chamadas “Minas de Paranaguá”.

A exploração do ouro foi efetuada nos rios dos Almeidas, Correias e Guaraguaçu, principalmente em suas nascentes, por mão-de-obra escrava indígena. Já havia comércio marítimo com Santos, onde eram permutadas ferramentas por algodão que os índios plantavam e colhiam em Paranaguá.

Assim, o final do século XVI e início do século XVII foram marcados pela vinda de povos europeus de outras capitânicas em busca do ouro das famosas “Minas de Paranaguá”, juntando-se aos portugueses que já estavam radicados há anos na Ilha da Cotinga.

A procura pelo ouro propiciou aos povoamentos da região uma configuração peculiar, o estabelecimento dos mesmos nas margens dos rios e assim dando origem à cidade de Paranaguá.

Essa forma de ocupação se manteve até o final do século XVIII. A porção sul do litoral paranaense só começou a ser ocupada por portugueses por volta de 1765, por ordenação da coroa portuguesa, preocupada com as possíveis invasões espanholas.

As ligações entre Paranaguá e as demais localidades ao sul, provavelmente eram efetuadas por barcos até Pontal do Sul, seguindo-se de carro de boi pela praia até Matinhos, como descritas pelo naturalista francês August de Saint Hilaire em 1820. A partir daí, praticamente não mais se encontraram registros históricos relativos ao município de Pontal do Paraná.

Volta-se a ter documentação sobre a história do município a partir da construção da Estrada da Praia – Rodovia PR 407, facilitando o processo de ocupação do território.

Loureiro Fernandes (1946/1947), como mencionado no Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado – Governo do Paraná e Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná (2004), deixou um importante relato quando acompanhou o desenvolver da construção da Estrada da Praia, descrevendo a geografia da planície de Praia de Leste. Descreveu também os traços geológicos fundamentais, os sambaquis e os povos que contribuíram para a formação do homem caboclo litorâneo, no caso, os brancos, os índios e os negros, sendo que estes últimos tiveram menor participação.

Em seu trabalho, Loureiro Fernandes fotografou a praia, onde podia ser constatada a presença do gado, introduzido pelos europeus, e habitações na praia visando à pesca, cujo aspecto revela que a contribuição indígena perdurou por muitos séculos. Assim, foram caracterizados também os costumes, plantio e modos de vida, como principais contribuintes da formação dos atuais moradores.

O processo de ocupação dos balneários de Paranaguá, hoje município de Pontal do Paraná, foi iniciado na década de 20, intensificando-se a partir da década de 50 com a construção da PR 407. Um planejamento primário da área foi realizado na época contendo quadras e arruamento, porém, sem diretrizes, a ocupação do espaço urbano foi ocorrendo desordenadamente.

Realizou-se, em 07/04/1951, a abertura do primeiro loteamento em Pontal do Sul, envolvendo uma área de 55.895.100 m², onde ocorreram os primeiros problemas com relação à ocupação ilegal de lotes. O aumento do interesse turístico na região e o crescimento do poder aquisitivo da classe média do estado, aliado à especulação imobiliária acabou modificando a forma de ocupação e a feição desta parte do litoral paranaense. À medida que os lotes foram valorizados, pequenos núcleos de moradores foram migrando para áreas mais distantes da praia.

De 1980 aos anos seguintes implantou-se um canteiro industrial na porção norte do Balneário Pontal do Sul, na área conhecida como Ponta do Poço, formado por três empresas construtoras de plataformas continentais para a exploração do petróleo (FEM, TECHINTE e TENENGE). Durante alguns anos o canteiro industrial atraiu trabalhadores inclusive de outros estados, mas a partir da década de 90, estas empresas deixaram de construir plataformas na região.

Em 1980 também foi implementado no Balneário Pontal do Sul, o Centro de Biologia Marinha (CBM), atual Centro de Estudos do Mar (CEM) da UFPR, com o objetivo de desenvolver pesquisas na área de oceanografia.

A história política de Pontal do Paraná iniciou-se por volta de 1983, quando surgiram as primeiras manifestações para a criação de um novo município compreendido entre os balneários de Pontal do Sul e Monções.

A partir de então, este obteve emancipação política em 20 de dezembro de 1995 e após aprovação na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná em 01 de janeiro de 1997 pela Lei n.º 11.252, ocorreu a sua implantação e conseqüente eleição para prefeito e vereadores, com sede administrativa em Praia de Leste.

O município, como parte da região litorânea paranaense, é marcado inclusive por uma grande complexidade espacial, pois de acordo com Andriguetto Filho e Marchioro (2002), esta região apresenta diferentes situações de acesso aos recursos, condicionadas, dentre outros fatores, pelas possibilidades de posse da terra e capital, pela legislação ambiental bastante complexa e pelo grau de participação no mercado.

Com relação à atividade turística em Pontal do Paraná, ressalta-se Angulo e Souza (1998) por comentar que na orla sul o desenvolvimento do turismo padece da problemática típica da urbanização costeira desordenada.

Esta realidade pode ser confirmada através do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado – Governo do Paraná e Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná (2004), a começar, o próprio município apresenta duas categorias principais de população, definidas por seu caráter turístico: *população residente*, também denominada como moradores locais; e *população flutuante*, formada por aqueles que exploram seus potenciais turísticos.

Pela vocação turística do município, em época de veraneio Pontal do Paraná recebe atualmente mais de 450.000 veranistas, segundo estimativas feitas pela Polícia Rodoviária Federal nas rodovias de acesso aos balneários do município.

Essa configuração provoca mudanças significativas tanto no que se relaciona à infra-estrutura urbana quanto aos fatores que influenciam no desenvolvimento econômico municipal.

Desse modo, uma das características mais marcantes é a urbanização ocorrida no estado, principalmente na década de 1990, quando ocorre uma continuidade do esvaziamento rural e da concentração urbana. Assim, torna-se notória a quantidade de municípios que apresentam uma população urbana muito maior que a população rural.

Segundo o IPARDES (2003), em Pontal do Paraná essa aglomeração passa a ocorrer a partir de 1991 a 2000 e atualmente a população urbana encontra-se ultrapassando 99% da população total.

A partir das proporções para as zonas urbana e rural, o município apresenta como taxas de crescimento:

TABELA 1 - TAXA DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO SEGUNDO ZONA – 2000

Zona	Taxa de Crescimento
Urbana	11,35 %
Rural	2,07 %
Total	13,42 %

Fonte: IPARDES/IBGE – Censo Demográfico (2003).

Pontal do Paraná, como cidade balneária, além da população residente, apresenta uma população flutuante que pode ser dividida em: residentes temporários, geralmente aposentados que residem no município durante alguns períodos do ano; população de final de semana; e veranistas, que freqüentam os balneários na época das férias de verão.

Portanto, a maior ocorrência desta população se dá especialmente em períodos de final de ano, formada pelo expressivo contingente turístico que freqüenta o litoral paranaense.

Por essa divisão, a considerar as populações residente e flutuante, os domicílios do município são classificados:

TABELA 2 - NÚMERO DE DOMICÍLIOS SEGUNDO USO E ZONA – 2000

Domicílios	Urbana	Rural	Total
TOTAL	21.757	69	21.826
Coletivos	58	-	58
Particulares	21.699	69	21.768
Ocupados	4.227	46	4.273
Não ocupados	17.472	23	17.495
Uso ocasional	16.254	21	16.275
Fechados	12	-	12
Vagos	1.206	2	1.208

Fonte: IPARDES/IBGE – Censo Demográfico (2003).

Além das situações demonstradas, as heterogeneidades sócio-espaciais do município encontram-se bastante marcadas, devendo-se o seu condicionamento à supervalorização de determinadas áreas pela especulação imobiliária. Desse modo, evidenciam-se contrastes através da presença de edificações de alto padrão e indícios de ocupações irregulares distribuídos por determinados pontos do município (GOVERNO DO PARANÁ E PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ, 2004).

4.3.1 Legislação de Uso e Ocupação do Solo no Município.

Como consta documentado no Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado elaborado pelo Governo do Paraná e Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná (2004), para ordenamento de seu território, a legislação referente ao uso e ocupação do solo no município se divide mediante os seguintes critérios:

a) Áreas Especiais de Interesse Turístico:

A legislação de uso e ocupação do solo do litoral paranaense tem seu amparo jurídico na Lei Federal n.º 6.513, de 20 de dezembro de 1977, que dispõe sobre a criação de Áreas Especiais e de Locais de Interesse Turístico e sobre o inventário com finalidades turísticas dos bens de valor cultural e natural. Esta lei cria, na verdade, os fundamentos e o conceito de área protegida do ponto de vista legal. Através de seu artigo primeiro, define como interesse turístico os bens de valor histórico, artístico, arqueológico ou pré-histórico; as reservas e estações ecológicas; as áreas destinadas à proteção dos recursos naturais renováveis; as manifestações culturais ou etnológicas e os locais onde ocorram; as paisagens notáveis; as localidades e os acidentes naturais adequados ao repouso e à prática de atividades recreativas, desportivas ou de lazer; as fontes hidrominerais aproveitáveis; as localidades que apresentam condições climáticas especiais.

A Lei 7.389/80, que vigorou até 1998, instituiu como Áreas Especiais de Interesse Turístico e Locais de Interesse Turístico as localidades dos Municípios de Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes e Paranaguá, no litoral do Paraná. São definidas como especiais, as localidades que apresentam condições climáticas especiais; as paisagens notáveis; as localidades e os acidentes naturais

adequados ao repouso e à prática de atividades recreativas, desportivas e de lazer, de pesca artesanal e de artesanato regional típico; as áreas lindeiras à orla marítima que compreendem a faixa de terra que se estende até 2.000 metros, medidos horizontalmente, bem como a faixa que se estende até 400 metros em torno das baías, estuários de rio e canais do litoral do Estado, que serão estabelecidas a partir da linha do preamar-médio do ano de 1831; as reservas e estações ecológicas; as áreas destinadas à proteção dos recursos naturais; as fontes hidrominerais; os locais de interesse histórico, artístico, arqueológico ou pré-histórico; os locais onde ocorram manifestações culturais ou etnológicas.

Em face da necessidade de instituir dispositivos relativos às penalidades ao descumprimento da legislação recém instituída, em 05 de janeiro de 1983 é aprovada a Lei n.º 7.694 que acrescenta aos dispositivos da Lei 7.389, sanções aos infratores. O Decreto Estadual n.º 6.274 de 09 de março de 1983 regulamenta a lei e define como sanções a advertência; a multa de 1 (um) a 100 (cem) vezes o valor de referência aplicável na região, por dia; embargo e/ou demolição da obra. A penalidade de Embargo foi durante muito tempo uma prática significativa adotada pelo Conselho do Litoral⁷ como forma de coibição de irregularidades.

b) Parcelamento do Solo:

A Lei Federal n.º 6.766/79, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano, no artigo décimo terceiro remete aos Estados a competência de examinar e anuir previamente para a aprovação pelos Municípios, os loteamentos e desmembramentos, quando localizados em áreas de interesse especial, histórico, paisagístico e arqueológico, definida por legislação estadual ou federal. Essa lei remeteu à Secretaria de Estado de Planejamento, através da Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná – FAMEPAR a competência de examinar e anuir previamente para aprovação pelos municípios dos projetos de parcelamento de solo urbano nas áreas declaradas como interesse e proteção especial.

⁷ O Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense – COLIT atua como componente da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA e faz parte do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA. Tem como função discutir e elaborar programas para resolução de problemas regionais e específicos para o litoral do Paraná, sendo estes pautados na legislação ambiental brasileira e nos conceitos de desenvolvimento sustentável, seguindo as determinações governamentais (SEMA, 2007).

c) Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo:

Como marco no processo de uso e ocupação do solo no litoral paranaense, em 14 de março de 1.984 foi instituído o Decreto Estadual 2.722 que aprova regulamento que especifica e define as condições para o aproveitamento de áreas e locais considerados de interesse turístico, que trata o artigo 1º da Lei Estadual n.º 7.389 de 12 de novembro de 1.980. Esse regulamento, além de proteger as áreas e localidades definidas na Lei 7.389/80, protege as faixas de terreno ao longo dos rios ou de qualquer outro curso d'água com medidas variáveis de acordo com as larguras das margens dos rios; os terrenos montanhosos e as elevações isoladas da planície costeira, inclusive as faixas de 50 metros de largura contados horizontalmente a partir de seus sopés; as áreas de mangue e os terrenos em cotas originais inferiores ao nível máximo do preamar e as ilhas fluviais costeiras e as do interior das baías de Antonina, Guaratuba, Laranjeiras, Paranaguá e Pinheiros; as pontas e os pontais.

O Decreto Estadual 2.722 cria também o conceito de áreas e locais de maior e menor restrição, constituindo-se áreas e locais de maior restrição à faixa de terreno linceira à orla marítima e a linha de contorno das baías, que se estende até 80 metros, medidos horizontalmente em sentido contrário ao mar, a partir da linha do preamar-médio do ano de 1.831; as faixas de terreno ao longo dos rios ou qualquer outro curso d'água nas larguras especificadas; os terrenos montanhosos e as elevações isoladas da planície costeira; as áreas de mangue e os terrenos em cotas originais inferiores ao nível máximo do preamar; as ilhas fluviais, costeiras e as do interior das baías de Antonina, Guaratuba, Laranjeiras, Paranaguá e Pinheiros; as áreas onde a declividade natural for superior a 20%; as pontas e os pontais; as faixas de 200 metros em torno das áreas lagunares e restingas; os conjuntos de valor histórico, arquitetônico, artístico e etnológico; os sítios de valor arqueológico ou pré-histórico, em especial os sambaquis e os complexos zôo-botânicos representativos inalterados da orla marítima.

Nas áreas de maior restrição foi proibido o desmatamento, a remoção da cobertura vegetal autóctone e a movimentação de terras, a ampliação de serviços, obras e edificações já existentes e o impedimento a qualquer título do acesso de público às faixas de praia. O artigo oitavo do Decreto Estadual 2.722 estabeleceu o Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo para as áreas urbanas dos Municípios de

Matinhos, Guaratuba e balneários de Paranaguá (hoje Município de Pontal do Paraná). Este zoneamento, na verdade, institui parâmetros de ocupação, pois não estabelece usos para as zonas criadas. Ressalta-se, portanto, que este zoneamento, instituído em 1.984 é vigente até a presente data.

Dentro do contexto acerca do ordenamento do território em relação ao litoral, torna-se relevante mencionar as *Unidades de Conservação*, onde a APA de Guaratuba atua como de maior importância para a região litorânea.

A APA de Guaratuba como Unidade de Conservação foi criada através do decreto 1.234 de 27/03/1992, possui área de 199.596,51 ha. e objetiva proteger a Floresta Atlântica e os ecossistemas costeiros. Esta tem por finalidade, a compatibilização do uso racional dos recursos ambientais da região com a ocupação ordenada do solo, a proteção da rede hídrica, dos remanescentes da Floresta Atlântica, dos manguezais, dos sítios arqueológicos e da sua diversidade faunística. A APA possibilita também disciplinar o uso turístico e garantir a qualidade de vida das comunidades caiçaras e da população local, além de abrigar dois parques: o Parque Nacional Saint Hilaire/Lange e o Parque Estadual do Boguaçu (IAP, 2007).

Ressalva-se que o município de Pontal do Paraná não está inserido na APA de Guaratuba, mas através do seu plano diretor possui legislação e zoneamento próprios visando à possibilidade de melhor organizar, adequar e utilizar suas áreas mediante as diferentes formas de ocupação.

E retomando o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado – Governo do Paraná e Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná (2004), para Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo, as áreas de menor restrição nos municípios de Matinhos, Guaratuba e Pontal do Paraná, obedecem às disposições (leis) especificadas em cada zona.

Assim, foram criadas 7 ZRs – Zonas Residenciais, para as quais se estabelece: altura máxima, taxa de ocupação total máxima, coeficiente de aproveitamento máximo, recuo mínimo do alinhamento predial, recuo das divisas mínimo, recuo de fundos mínimo, área delimitada e tratada exclusivamente para recreação e área mínima para garagens.

Foram também criadas as ZEUs – Zonas de Expansão Urbana, ZAs – Zonas Agrícolas e em destaque as ZPAs – *Zonas de Proteção Ambiental*, visando preservar as áreas naturais.

Para as Zonas de Proteção Ambiental (ZPAs) a definição de altura máxima, taxa de ocupação, coeficiente de aproveitamento e recuos, seriam estabelecidos pelo órgão estadual competente de forma a preservar ao máximo as suas condições naturais. As Zonas de Proteção Ambiental – ZPAs não foram regulamentadas pelo Conselho do Litoral, que em 1.990 estabeleceu que nenhuma edificação poderia ser aprovada nessas áreas até a sua regulamentação definitiva.

Zonas de Proteção Ambiental – ZPAs em Pontal do Paraná.

No município de Pontal do Paraná o Decreto Estadual n.º 2.722/84 instituiu quatro áreas classificadas como Zonas de Proteção Ambiental. Embora a legislação não permitisse a aprovação de Projetos – de parcelamento do solo e obras – a ocupação dessas áreas ocorreu de forma singular em cada uma delas.

Para fins de Diagnóstico Físico-Territorial de Pontal do Paraná elaborou-se estudo detalhado de cada uma das ZPAs, que para fins de entendimento foram denominadas de ZPA 01, ZPA 02, ZPA 03 e ZPA 04, de acordo com sua posição geográfica considerando ZPA 01 a área mais Sul do município e assim por diante.

Localização e Delimitações:

Zona de Proteção Ambiental 1 (ZPA 01).

A área delimitada é de 1,43 km², sendo que em sua extensão estão os balneários Porto Fino e Guarapari, onde se encontra também inserida a ocupação irregular denominada Ipanema IV. Essa Zona de Proteção Ambiental tem aproximadamente 40% de sua área ocupada por loteamentos já consolidados. Nesse setor está preservada a maior parte de sua vegetação, formada por alguns trechos de Floresta Ombrófila Densa em estágio inicial de sucessão e Formações Pioneiras de Influência Marinha. Delimitam essa ZPA as seguintes ruas: Avenida “C” – divisa do balneário Porto Fino com o balneário Itapuã; Avenida Mira-mar; rodovia PR 412 e rua Morretes – divisa do loteamento irregular Ipanema IV com o balneário Ipanema II.

Zona de Proteção Ambiental 2 (ZPA 02).

A área delimitada é de 0,73 km², sendo que sua extensão abrange o balneário Camery e os loteamentos clandestinos Marissol, Olho D’água e Camery II. Essa Zona de Proteção Ambiental tem aproximadamente metade de sua área formada por ocupações já consolidadas, entre regulares e irregulares, sendo o restante composto por alguns trechos de vegetação na fase inicial de sucessão e a

maior parte constituída por Formações Pioneiras de Influência Marinha. Delimitam essa ZPA: Rua Campeche – divisa com o balneário Shangri-lá; Avenida Mira-mar; rodovia PR 412 e rua Sergipe – divisa do loteamento clandestino Marissol com o balneário Grajaú.

Zona de Proteção Ambiental 3 (ZPA 03).

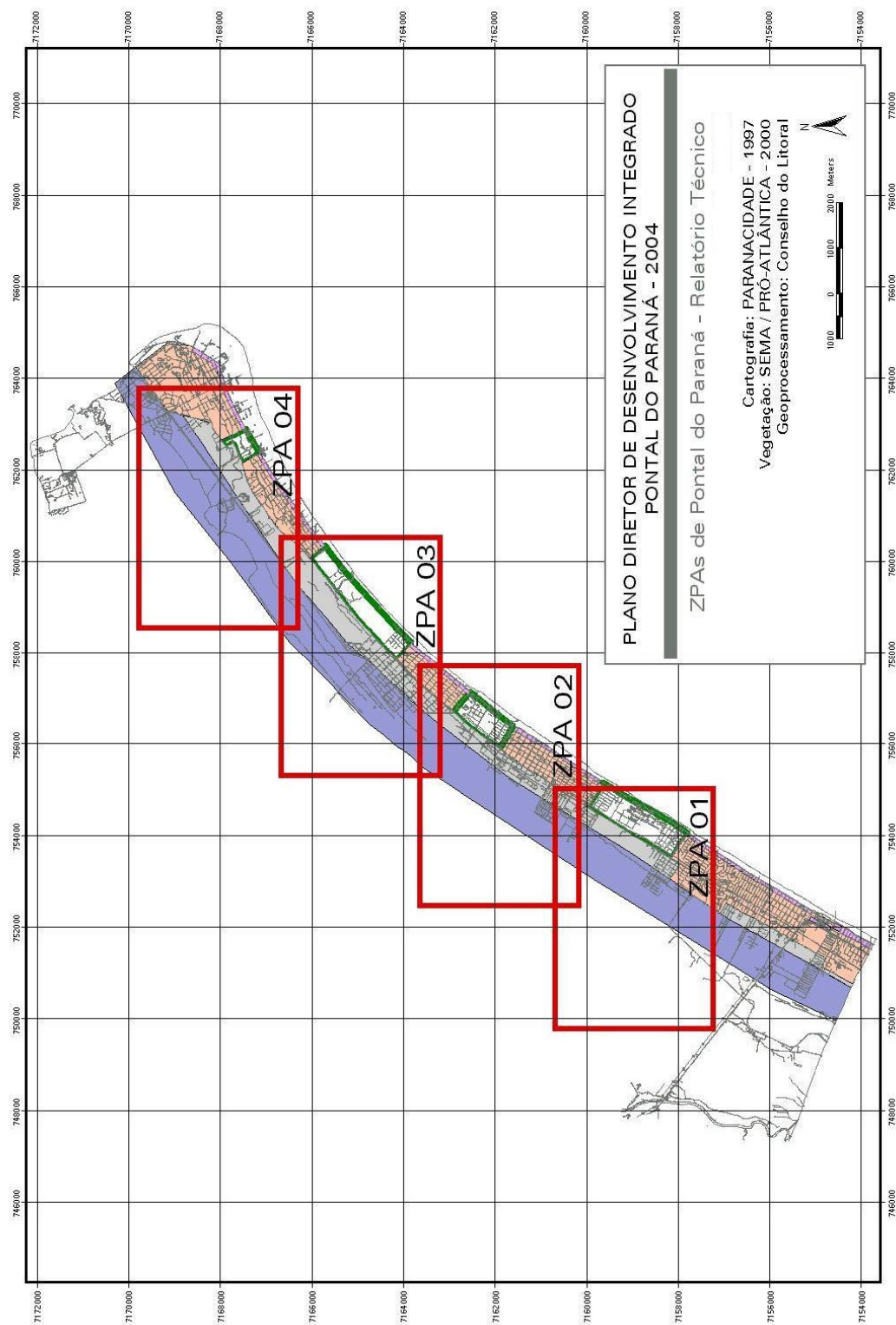
A área delimitada é de 1,36 km², sendo que sua extensão abrange o balneário Marisa e um pequeno setor leste do balneário Shangri-lá. Inserida nesta extensão encontra-se também as ocupações irregulares denominadas Barrancos e Guapê, e também o rio Barrancos, importante pelo seu grau de preservação e beleza natural. Essa Zona de Proteção Ambiental é a que apresenta um menor grau de ocupação e, conseqüentemente, maior grau de preservação da vegetação e do ecossistema local. Apenas nos loteamentos clandestinos existe uma consolidação ocupacional, nos projetos de loteamentos aprovados poucas residências foram implantadas. Dessa forma, essa ZPA, constituída quase completamente por Formações Pioneiras – preserva suas características naturais, possuindo alguns trechos de Floresta Ombrófila Densa, e a área de preservação permanente do rio Barrancos, que cruza esta zona. Essa ZPA tem como delimitações: Rua Argentina – divisa com o balneário Atami; Avenida Mira-mar; rodovia PR 412 e rua Mecejana – divisa leste.

Zona de Proteção Ambiental 4 (ZPA 04).

A área delimitada é de 0,29 km², fazendo divisa ao sul com o balneário Atami e ao norte com o balneário Jardim Marins. Essa ZPA tem poucas ocupações, com edificações cujos usos estão divididos em residenciais, públicos e comerciais, localizados com maior proximidade da Avenida Mira-mar. Nessa ZPA passa o rio Perequê-mirim, tendo suas áreas de entorno, de preservação permanente, localizadas na mesma. Grande parte da vegetação existente é composta por Formações Pioneiras, além de existir um pequeno trecho composto por Floresta Ombrófila Densa. Delimitam essa ZPA as seguintes ruas: Rua Particular – na divisa a oeste; rodovia PR 412; Avenida dos Canários; rua Pardal e rua das Orquídeas.

O mapa a seguir apresenta a seqüência dos quadros indicativos com a localização das ZPAs no município de Pontal do Paraná:

FIGURA 10 - MAPA – ZONAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (ZPAS)



Fonte: Governo do Paraná e Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná (2004).

d) Gestão Democrática do Uso do Solo:

O Decreto Estadual 2.722/84, de forma pioneira no Paraná e no litoral brasileiro, delegou a um colegiado a gestão do uso do solo. Em seu artigo décimo estabeleceu que o Estado e os Municípios deveriam assegurar a implementação das normas de uso e ocupação do solo e proteção ambiental e a necessidade de criação, como principal instrumento, de um órgão de deliberação colegiada, que participassem representantes do Estado, dos Municípios e da Comunidade interessada nas questões econômicas, sociais e ambientais, para coordenar e controlar o processo de uso e ocupação do solo na região. Nesse momento inicia o processo diferenciado de gestão do meio urbano e rural que certamente trará um comportamento diferenciado de ocupação das faixas litorâneas, em relação aos demais estados brasileiros.

Esse regulamento não disciplina o uso e ocupação das áreas urbanas da sede do município de Paranaguá, considerada como de porte médio pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano, do Ministério do Interior, exceto em relação às áreas de mangue e à faixa de 2.000 metros lindeira à orla.

e) Macrozoneamento da Região do Litoral:

O Macrozoneamento da Região do Litoral Paranaense foi um marco no processo de disciplinamento do Uso e Ocupação do Solo do Litoral. Essa ação foi possível mediante os estudos e propostas elaboradas pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES, que submetidos à análise e deliberação pelo Conselho do Litoral aprovou o Decreto Estadual 5040/89 e o Regulamento que definiu o Macrozoneamento da Região do Litoral Paranaense, suas diretrizes e normas de uso.

Ao contrário do Zoneamento de Uso e Ocupação anteriormente aprovado pelo Decreto 2.722/84, que se detém mais detalhadamente às ocupações nas áreas urbanas, o Macrozoneamento incorpora novos conceitos no planejamento territorial. Este define e estabelece as Unidades Ambientais Naturais (UAN), criando “zonas” que na verdade correspondem às unidades naturais classificadas inicialmente em três sub-regiões: Montanhosa Litorânea, Planícies Litorâneas e Planaltos. Na sub-região Montanhosa Litorânea, por sua vez, foram classificadas e mapeadas as seguintes unidades ambientais: Serras, Colinas, Planícies Aluviais Significativas, Planícies Aluviais Não-Significativas, Planícies Aluviais, Planícies de Restingas,

Morros, Áreas Colúviais, Mangues, Planalto Ondulado, Planalto Dissecado e Planícies Aluviais.

Partindo-se de uma classificação prévia das principais atividades humanas (mineração, silvicultura e extração vegetal, agricultura e pecuária, eqüicultura, indústria, infra-estrutura viária, estrutura energética e infra-estrutura geral), o Decreto 5.040/89 estabelece a permissividade ou não dessas atividades nas distintas Unidades ambientais Naturais. Em suas diretrizes e normas de uso, o desenvolvimento das atividades humanas é calculado na observância de princípios gerais e restrições que visam resguardar os ambientes naturais de intervenções prejudiciais ao caráter de proteção destas áreas, emanadas na legislação inicialmente comentadas.

Através do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado – Governo do Paraná e Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná (2004) observa-se também:

Lei Estadual 12.242/89 – Em 1989 foi editada a Lei Estadual 12.243 que novamente referenda a competência do Conselho do Litoral no disciplinamento do uso e ocupação do solo no litoral paranaense. Remete a esse órgão a competência de análise e anuência prévia para o Projeto Urbanístico, aí incluindo os parcelamentos do solo urbano, atribuição da extinta FAMEPAR. Visando avançar de forma positiva na gestão do patrimônio natural e construído do litoral paranaense, a Lei Estadual 12.243/89 estabelece critérios para a preservação da paisagem litorânea e de seus ecossistemas e remetem aos municípios a obrigatoriedade de realizar Planos Diretores que contemplem, em seus aspectos físico-territoriais, as exigências das normas urbanísticas admitidas em comum acordo, entre o Estado e os Municípios da região do litoral.

Conflitos de Uso – O artigo oitavo do Decreto Estadual 2.722 não estabeleceu o Zoneamento de Uso para as áreas urbanas dos municípios de Matinhos, Guaratuba e balneários do então município de Paranaguá, estabelecendo somente os parâmetros de ocupação do solo urbano. O município de Pontal do Paraná, quando de seu desmembramento do município de Paranaguá, herdou uma legislação de uso e ocupação do solo própria daquele município. A legislação municipal, contrariamente à Lei Estadual, estabelece parâmetros de edificação divergentes dos parâmetros estabelecidos por esta última, gerando conflitos de

ocupação do solo, impelindo o poder público estadual, através do Conselho do Litoral, a uma ação intensa de fiscalização e conflitos administrativos.

4.3.2 Formas de Ocupação no Município.

De acordo com o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado – Governo do Paraná e Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná (2004), a legalidade do parcelamento do solo foi analisada considerando a aprovação municipal, a existência de Anuência Prévia do órgão do Estado para loteamentos aprovados a partir de 1979, de acordo com a Lei Federal 6.766/79, e o registro em Cartório Imobiliário. A ilegalidade do Loteamento é constatada quando o processo de aprovação não cumpre a legislação vigente. Ou seja, para loteamentos anteriores ao ano de 1980 são considerados legais se aprovados no município, registrados em cartório e implantados. Para os loteamentos após a edição da Lei Federal 6.766/79 é necessária a Anuência Prévia de órgão estadual para os municípios localizados em Áreas Especiais de Interesse Turístico.

No caso do litoral paranaense os órgãos competentes para a emissão da anuência prévia eram a FAMEPAR – Fundação de Assistência aos Municípios do Paraná concomitante ao Conselho do Litoral. Após a extinção da FAMEPAR, compete exclusivamente ao Conselho do Litoral. Contudo, mesmo nos loteamentos aprovados de forma regular, existem irregularidades quanto à implantação. Na maioria dos casos não foram implantados obedecendo ao que consta nas Plantas aprovadas, além de muitas vezes as Plantas aprovadas não conterem os dados técnicos suficientes para a sua correta implantação.

A implantação incorreta dos loteamentos aprovados gera inúmeros problemas de ordem pública como: implantação de redes de infra-estrutura urbana (energia elétrica, abastecimento público de água e coleta de esgoto) em áreas particulares, ocupação de lotes por vias públicas, ocupação de lotes por terceiros e deificações de particulares por vias públicas. Os conflitos existentes com esse erro de implantação podem gerar ações judiciais que demandam tempo e recursos financeiros para seu equacionamento. Esses problemas relacionados à implantação dos loteamentos exigem uma análise para regularização. Assim, o município deverá

realizar ações específicas de readequação na implantação de loteamentos aprovados, minimizando conflitos e orientando a atuação dos demais órgãos públicos e privados responsáveis pela implantação de rede de saneamento básico e infra-estrutura urbana. Da mesma forma, as ocupações irregulares também exigirão uma análise técnica da Prefeitura de Pontal do Paraná, que permita avaliar em quais casos será possível uma regularização, bem como uma verificação para as ocupações em que não seja possível desenvolver ações para regularizar o uso e a ocupação do solo.

Portanto, segundo o mesmo documento elaborado pelo Governo do Paraná e Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná (2004), atualmente o município apresenta as seguintes formas de ocupação:

a) Loteamentos Aprovados:

A espacialização dos loteamentos é o resultado da construção analógica das Plantas de Loteamentos aprovados pelos municípios e seu georreferenciamento. Esses loteamentos agrupados têm como característica comum o fato de terem sido implantados de acordo com o Projeto de Loteamento aprovado pela administração anterior – a Prefeitura Municipal de Paranaguá, além da maioria não possuir vegetação caracterizada como de Floresta Atlântica em seu perímetro. São exceções a essa última característica os seguintes loteamentos: Marquinha e Lays, Primavera, Recanto do Uirapuru e Vila Jacarandá. O conflito existente constatado, nestes casos, diz respeito à implantação da Rodovia Estadual PR 412, que em alguns loteamentos já foi executada sobre o loteamento previamente aprovado.

Os loteamentos dos balneários aprovados pela Prefeitura Municipal de Paranaguá em situação regular e sem vegetação de Floresta Atlântica são: balneário Irapuan, balneário Jardim Marjoraine, balneário Praia Bela, balneário São José, balneário São Carlos, Parque Balneário Guarujá, balneário Miramar, Ipanema II, Jardim Andaraí, balneário Itapuã e balneário Porto Fino.

Possuem remanescentes de Floresta Atlântica: O loteamento Parque Balneário Ipanema, loteamento Primavera e balneário Shangri-lá.

Os loteamentos implantados em desacordo com o Projeto de Loteamento, mas que possuem situação regular são: balneário Atami, balneário Camery, balneário Beltrami, balneário Ipanema II, balneário Iracema, balneário Las Vegas, balneário Luciane, balneário Marisa, balneário Marissol, balneário Miami, balneário

Miramar II, balneário Mirassol, balneário Patrick II, balneário São Carlos II, balneário Shangri-lá II, Chácara Dois Rios, Cidade Balneária Atlântica (balneário Santa Teresinha), Cidade Balneária Pontal do Sul, Cidade Balneária Santa Mônica, Condomínio e Residências Praia de Leste, Jardim Canadá, Jardim Marinês, Parque Balneário Grajaú, Parque Balneário Guarapari, Parque Balneário Leblon, Praia das Canoas, Praia das Monções, Praia do Ipê e Vila Balneária Praia de Leste.

b) Conflitos na Ocupação da Orla:

Com o objetivo de promoção de um Plano de Ação/Intervenção na Orla visando políticas públicas ambientais que possam orientar o uso e gestão da orla, o Ministério do Meio Ambiente, Equipe Técnica Estadual do Gerenciamento e a Prefeitura de Pontal do Paraná elaboraram o PROJETO ORLA (2004), detectando os impactos ambientais para toda a extensão da orla municipal.

A Ocupação da Orla em Pontal do Paraná não se caracteriza pela construção e edificações próximas ao mar, porém eventualmente encontram-se casos isolados de edificações próximas à restinga.

O canal DNOS foi construído pelo Departamento de Obras e Saneamento para fins de drenagem e navegação. Contudo, como canal artificial com alta densidade de marinas e fluxo de embarcações, a construção e o movimento destas provocaram ao longo do tempo uma alteração na configuração natural existente. Dessa forma, é bastante notável o processo de erosão que ocorre nas margens dos cursos d'água. Outros problemas também são encontrados. Entre os mais graves está a ocupação de áreas de uso comum e margens do canal por marinas particulares. Essa ocupação, além de irregular, acarreta problemas de restrição dos acessos aos cursos d'água, que deveriam ser de uso comum.

De acordo com o PROJETO ORLA (2004), isso se torna mais grave no rio Perequê – Alameda dos Canaviais – onde há uma maior concentração de marinas, tornando-se bastante notável os prejuízos à paisagem natural, como a falta de arborização, erosão das margens, entre outros. O mapeamento realizado pelo Conselho do Litoral permitiu a espacialização de cada uma dessas marinas, além do levantamento das mesmas. São elas: Marina Ilha Bela, Marina A, Marina Patagônia, Condomínio Náutico Ilha do Mel, Marinasul, Condomínio Ilhas do Sul, Marina Las Palmas, Iate Clube Pontal do Sul, Clube dos Seis, Marina Sanna, Marina Atlantis, Hotel Marina Vale do Sol, Central Náutica, Porto Marinas Mares do Sul S.C. Ltda.,

Marina Pontal do Paraná, Condomínio Náutico Pontal do Sul, Marina Bom Abrigo e Ponta do Poço Marina Clube.

Verifica-se também a má disposição de resíduos das atividades náuticas e comerciais, havendo um comprometimento das condições das praias em picos de verão. Além disso, a segurança dos banhistas na área da praia é comprometida pela circulação de veículos e pelo excesso de animais domésticos.

c) Vazios Urbanos:

Segundo o CONFEA/MCIDADES⁸ apud Governo do Paraná e Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná (2004), considera-se vazios urbanos toda área urbana, seja ela uma gleba ou lotes isolados, que se localizam em áreas dotadas de infra-estruturas urbanas, no entanto, que estejam vazias ou subutilizadas.

Em Pontal do Paraná é notável a quantidade de vazios urbanos constatados a partir do mapeamento para diagnóstico. Eles estão localizados em praticamente todos os balneários, somando ao todo uma área de 4,42 km², perfazendo 9,8% da área urbana do município.

Para solucionar os problemas decorrentes dessa subutilização da propriedade urbana, uma vez que sob esta estaticidade as mesmas não cumprem sua função social, têm-se alguns instrumentos, os quais são possíveis de serem utilizados pelo poder público para reverter este cenário urbano.

Os instrumentos que constam no Estatuto da Cidade, tais como: IPTU progressivo, edificação ou utilização compulsória e desapropriação com pagamento em títulos da dívida pública, podem auxiliar o poder público nas tomadas de decisão quanto aos vazios urbanos. Contudo, cada um dos instrumentos citados deve ser entendido como instrumentos de médio e longo prazo. Além disso, os procedimentos estabelecidos por esses instrumentos devem ser pontuais, isto é, atuado e resolvido caso a caso.

Dessa forma, um primeiro passo para resolução desses problemas já foi iniciado nos estudos do plano diretor do município, por meio de levantamentos mapeamentos relativos a essas propriedades urbanas que se encontram vazias ou subutilizadas.

⁸ CONFEA/MCIDADES.CONFEA. **Plano Diretor Participativo**: guia para elaboração pelos municípios e cidadãos. Brasília: Ministério das Cidades, 2004.

d) Ocupações Irregulares:

De acordo com os estudos elaborados, as áreas com ocupações irregulares no município de Pontal do Paraná somam dezessete. Ao todo, existem 3.833 ocupações irregulares, estimando um contingente populacional de aproximadamente 11 mil pessoas. Essas ocupações correspondem a 40% do total de construções do município de Pontal do Paraná. Contudo, segundo o cadastro da Prefeitura Municipal, dessas ocupações, 179 residências são de moradores locais, onde se constata que a maior parte das ocupações clandestinas no município foram realizadas pela população flutuante, ou seja, pelos veranistas.

Essas ocupações ocorreram, em sua maior parte, em áreas pertencentes a particulares, exceto a ocupação Mangue Seco, que se estabeleceu em imóveis públicos localizados no balneário de Pontal do Sul. A área desses loteamentos varia de 0,05 km² a 0,20 km², com exceção de duas grandes ocupações irregulares, a maior Ipanema IV, com área de 6,45 km², seguida de Mangue seco com 2,06 km².

As ocupações irregulares têm como uma de suas principais problemáticas o reforço a riscos sociais e ambientais. Assim, dentre outros impactos negativos, esses loteamentos clandestinos ou não autorizados, desrespeitam por muitas vezes a obrigatoriedade de preservação permanente das matas ciliares, ameaçando os recursos hídricos e os mananciais de abastecimento. Assim, grande parte desses loteamentos clandestinos provocou ou estão provocando desmatamentos de Floresta Ombrófila Densa ou de Formações Pioneiras para sua instalação. Também a maioria já se encontra em estágio consolidado, sendo exceções as seguintes: Borba, Chácara São Pedro, Guapê II, Itatiaia e Jardim Jacarandá.

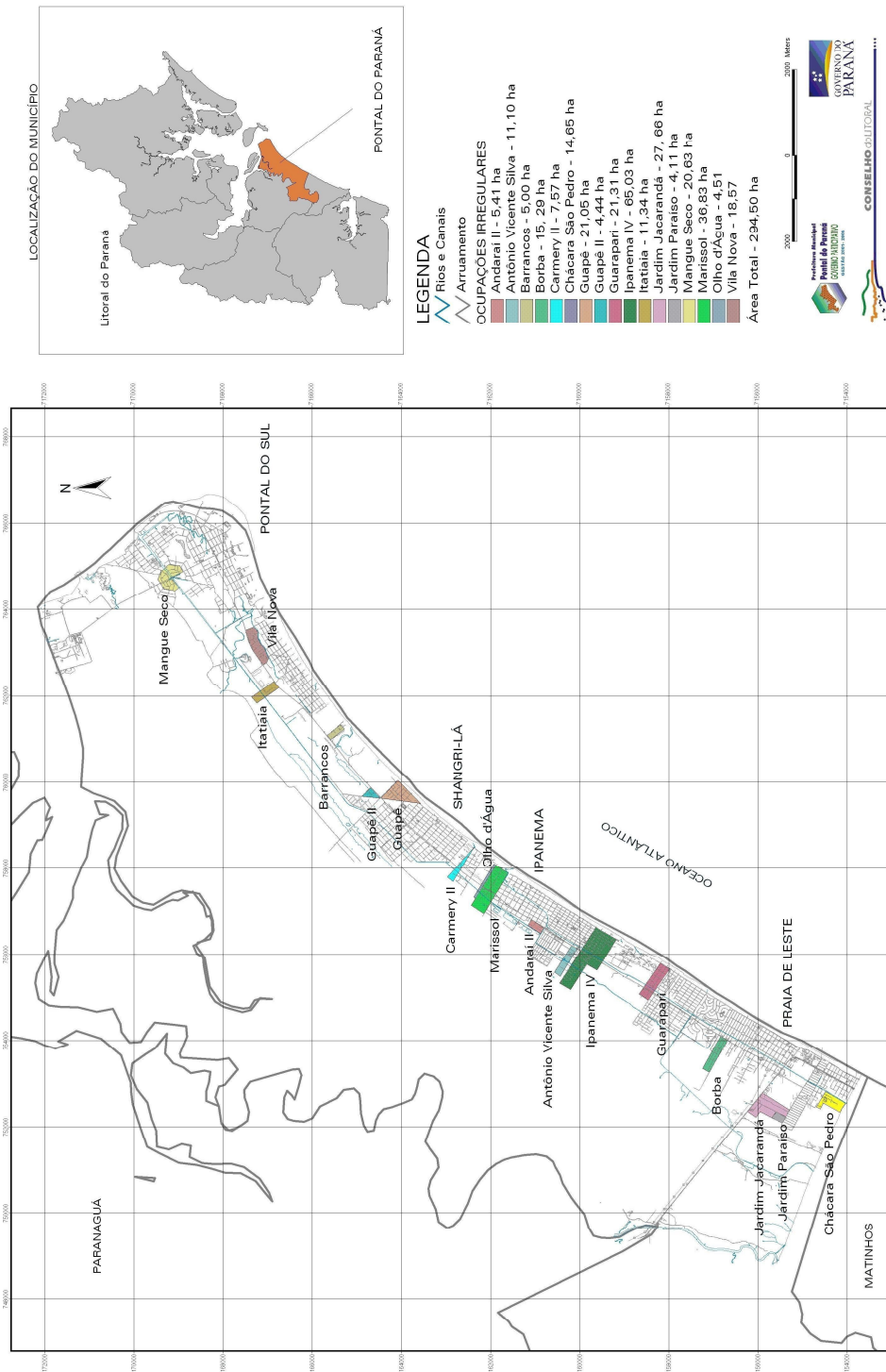
Diferentemente da maioria dos municípios brasileiros, algumas ocupações apresentam-se com habitações de bom padrão construtivo e grandes áreas construídas. Construções com usos diferenciados – comércio, serviços, pequenas indústrias – também são encontradas nesses espaços.

O município ainda enfrenta problemas quanto às formas de uso e ocupação do solo, principalmente relacionadas às ocupações que se distribuem irregularmente sobre o ecossistema natural e sobre as bases legais, mesmo possuindo uma legislação de Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo elaborada também em âmbito estadual.

E finalizando, o mapa seguinte configura a disposição dessas ocupações:

Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Pontal do Paraná 2004

OCUPAÇÕES IRREGULARES NO MUNICÍPIO



Fonte: Governo do Paraná e Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná (2004).

4.4 O MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ: O ATUAL CONTEXTO ECONÔMICO, SÓCIO-AMBIENTAL E O TURISMO.

Segundo a DIMUTUR – Diretoria Municipal de Turismo da Secretaria da Cultura, Esportes e Turismo de Pontal do Paraná (2006), as principais atividades econômicas do município de Pontal do Paraná são o turismo, o comércio, a pesca e o artesanato, sendo que este último encontra-se incluído no segmento turístico, bem como o setor comercial de representações – as imobiliárias.

Pontal do Paraná caracteriza-se também por preservar a pesca artesanal, comportar o Centro de Estudos do Mar da Universidade Federal do Paraná e o porto de embarque para a Ilha do Mel.

Embora não tenha representatividade econômica, o setor industrial de Pontal do Paraná está presente em vários balneários, através das atividades ligadas à construção civil, que representa aproximadamente 70% dos estabelecimentos industriais do município. Este setor está representado na diversificação relacionada ao ramo mobiliário, particularmente na marcenaria e na serralheria, além de outros, que atuam na confecção de materiais de acabamento para construção, como calhas e esquadrias de alumínio.

Há também várias indicações de estabelecimentos que produzem diversidades, como fabricação de sorvetes e material editorial e gráfico.

Quanto às atividades comerciais, há predomínio daquelas voltadas para a comercialização de alimentos, respondendo por 51,32% do total dos estabelecimentos comerciais cadastrados. Na oferta de serviços tem-se maior diversificação, embora a natureza destes se alinhe às características gerais do município, ou seja, voltados aos negócios imobiliários, hospedagem e alimentação.

De acordo com o Governo do Paraná e Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná (2004), a agricultura constitui um setor de pouca representatividade para o município em função da aptidão dos solos, que possuem características distintas e alta fragilidade face ao ecossistema aos quais estão associados.

No entanto, convém destacar duas grandes propriedades produtoras de arroz, uma com cultura de arroz orgânico e outra com cultura de arroz tradicional, localizadas na Colônia Pereira. As demais atividades agrícolas estão relacionadas à agricultura de subsistência.

Assim, na distribuição de estabelecimentos e empregos ficam configurados:

TABELA 3 - NÚMERO DE ESTABELECEMENTOS E EMPREGOS SEGUNDO AS ATIVIDADES ECONÔMICAS

Atividades Econômicas	Estabelecimentos	Empregos
Indústria de produtos minerais não-metálicos	1	2
Indústria metalúrgica	8	26
Indústria mecânica	2	-
Indústria da madeira e do mobiliário	1	3
Indústria têxtil, do vestuário e artefatos de tecido.	2	2
Indústria de produtos alimentícios e de bebidas	7	10
Serviços industriais de utilidade pública	2	43
Construção civil	8	572
Comércio varejista	189	469
Comércio atacadista	3	12
Instituições de crédito, seguro e capitalização.	2	7
Administradoras de imóveis, valores, serviços profissionais, etc.	59	84
Transportes e comunicações	9	77
Serviços de alojamento, alimentação, reparos e manutenção.	75	239
Serviços médico, odontológicos e veterinários.	2	3
Ensino	5	30
Administração pública direta e indireta	1	1
Total	376	1.580

Fonte: IPARDES - Caderno Estatístico (2006).

O setor de construção civil, particularmente os estabelecimentos que comercializam materiais de construção, tem novamente destaque importante, dado os contínuos investimentos na construção e reforma de residências.

Destaca-se na configuração do comércio local, a maciça presença daqueles segmentos básicos, como por exemplo, supermercados, farmácias, lojas de vestuário e postos de combustível.

Ainda no setor terciário, que é a base da economia, encontra-se uma estrutura para atender as atividades de veraneio como, condomínios para locação, bares e restaurantes, autopeças, distribuidoras de bebidas, aviários, açougues, vídeo/CD locadoras, academias de ginástica, pistas de *kart*, lojas de conveniência, *lan houses*, boutiques e fliperamas (DIMUTUR, 2006).

Cabe destacar que a Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná é o maior empregador ao nível de município. Divididos nas diversas funções municipais, a

prefeitura possui um total de 504 funcionários aprovados por concurso público e cerca de 100 cargos comissionados.

Esses cargos comissionados existentes dentro da estrutura municipal correspondem a aproximadamente 17% do total dos funcionários da prefeitura.

Quanto ao desenvolvimento econômico municipal, conforme a classificação do IPARDES (2003) em seu relatório sobre a tipologia dos municípios paranaenses segundo indicadores sócio-econômicos e demográficos, Pontal do Paraná foi classificado como município que apresenta um alto grau de desenvolvimento. Os municípios desse grupo, em número de trinta e um, são basicamente os municípios com características mais urbanas que rurais.

Entretanto, como essa análise foi baseada em dados de 1991 e 2000, deve ser considerado o fato do município de Pontal do Paraná ter incorporado várias características da classificação do Município de Paranaguá, ao qual pertencia até 1995, data de sua emancipação. (GOVERNO DO PARANÁ E PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ, 2004).

Sob este contexto, o conjunto das atividades que atuam na economia do município de Pontal do Paraná com relação à população ativa em gênero e zona, fica assim distribuído:

TABELA 4 - POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (PEA): GÊNERO E ZONA

Masculino	Feminino	Urbana	Rural	PEA Total
4.263	2.618	6.799	82	6.881

Fonte: IPARDES/IBGE – Censo Demográfico, 2000.

Nota: PEA de 10 anos e mais.

O município, como mencionado no Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado – Governo do Paraná e Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná (2004), por situar-se em Área Especial de Interesse Turístico, como define a Legislação de Uso e Ocupação do Solo, apresenta a maior parte de suas atividades voltadas ao comércio, serviços domésticos, reparos/manutenção e hospedagem.

Este quadro, juntamente aos setores pouco representativos – atividades agrícolas e industriais, configura a distribuição da população ocupada segundo as atividades econômicas no município de acordo com a tabela seguinte:

TABELA 5 - POPULAÇÃO OCUPADA SEGUNDO AS ATIVIDADES ECONÔMICAS

Atividades Econômicas	N.º de Pessoas
Agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e pesca.	447
Indústria extrativa, distribuição de eletricidade, gás e água.	40
Indústria de transformação	439
Construção	1.078
Comércio, reparação de veículos automotivos, objetos pessoais e domésticos.	1.313
Alojamento e alimentação	452
Transporte, armazenagem e comunicação.	213
Intermediações financeiras, atividades imobiliárias, aluguéis, serviços prestados a empresas.	393
Administração pública, defesa e seguridade social.	225
Educação	189
Saúde e serviços sociais	55
Outros serviços coletivos sociais e pessoais.	226
Serviços domésticos	444
Atividades não definidas	54
Total	5.568

Fonte: IPARDES/IBGE – Censo Demográfico (2000).

Segundo categorias, as receitas municipais de Pontal do Paraná são assim discriminadas e representadas:

TABELA 6 - RECEITAS TRIBUTÁRIAS MUNICIPAIS SEGUNDO CATEGORIAS

Categorias	Valor (R\$1,00)
Imposto – Total	6.178.798,37
Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU)	4.259.527,77
Imposto Renda Retido na Fonte (IRRF)	204.661,58
Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI)	483.061,69
Imposto sobre serviços	1.231.547,33
Taxas – Total	2.160.180,49
P/ exercício do poder de polícia	269.143,40
P/ prestação de serviços	1.891.037,09
Total	8.338.978,86

Fonte: IPARDES/Prefeitura Municipal (2005).

E segundo as funções, na tabela a seguir estão distribuídas as despesas municipais:

TABELA 7 – DESPESAS MUNICIPAIS POR FUNÇÃO

Função	Valor (R\$1,00)
Judiciária	138.804,99
Administrativa	5.050.766,13
Segurança Pública	220.750,74
Assistência Social	579.719,50
Saúde	3.981.939,27
Educação	5.632.928,08
Cultura	23.053,85
Urbanismo	2.971.580,12
Habitação	95.858,46
Gestão Ambiental	78.570,71
Agricultura	10.022,50
Indústria	14.935,53
Comércio e Serviços	59.466,12
Esporte e Lazer	39.481,06
Encargos Especiais	1.105.633,97
Total	20.003.510,95

Fonte: IPARDES/Prefeitura Municipal (2005).

Nota: Despesas Municipais por Função – correspondem ao nível máximo de agregação das ações desenvolvidas na esfera municipal, para a consecução dos objetivos de governo.

Atualmente, segundo o Governo do Paraná e Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná (2004), considera-se que a infra-estrutura das cidades litorâneas paranaenses comporta o recebimento de mais de 1.000.000 (um milhão) de habitantes nas altas temporadas de veraneio. De acordo com as empresas de serviços públicos de abastecimento (água e energia elétrica), essa demanda pode ser suficientemente atendida nessas temporadas, embora se estabeleça um grande contraste em relação às demais épocas do ano.

A Companhia Paranaense de Energia Elétrica – COPEL é a empresa concessionária de fornecimento de energia elétrica a Pontal do Paraná. O município conta com três subestações localizadas nos balneários de Praia de Leste, Grajaú e Pontal do Sul. A capacidade de geração de cada uma dessas subestações é de respectivamente 138 KVA (Kilo Volts Ampère), 34,5 KVA e 34,5 KVA. A taxa de transferência de cada uma dessas subestações é de respectivamente 41,67 MVA (Mega Volt Ampère), 14 MVA e 8,4 MVA. De acordo com dados da COPEL (2004), praticamente 100% das construções são atendidas pelos serviços de energia elétrica.

Nota-se no município uma falta de planejamento para a instalação e ampliação da rede de energia elétrica. Essa falta de ordenamento do espaço fez com que o traçado das redes ocorresse de forma irregular, adequando-se às construções.

Distribuição do serviço de abastecimento de energia elétrica:

TABELA 8 - CONSUMO E NÚMERO DE CONSUMIDORES DE ENERGIA ELÉTRICA

Categorias	Consumo (Kwh)	Consumidores
Residencial	26.358	20.699
Setor industrial	2.174	344
Setor comercial	7.653	891
Rural	27	11
Outras classes	7.146	107
Total	43.358	22.052

Fonte: IPARDES/COPEL (2005).

O abastecimento de água da cidade de Pontal do Paraná é feito pela Companhia de saneamento do Paraná – SANEPAR. Conforme dados da Unidade de Gerenciamento do Projeto PARANASAN o atendimento do sistema de abastecimento, de acordo com dados da Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná (2004) ampliou nas últimas temporadas (2003, 2004) sua capacidade, passando de 200 l/s para 400 l/s.

No entanto, a necessidade de abastecimento do município de Pontal de Paraná é de 200 l/s, ou seja, a metade da capacidade atual de abastecimento. Assim, o excedente atende também o município de Matinhos.

Além disso, já existe possibilidade de se implantar uma estação de tratamento de água de 800 l/s. Contudo, esta só será implantada a partir do momento que existir a necessidade pela demanda.

Quanto à captação, Pontal do Paraná possui um único ponto, localizado no Rio das Pombas, na área rural do município.

E como já comentado, esse ponto de captação é suficiente para o município, bem como para o atendimento de municípios vizinhos, não havendo, portanto, problemas relacionados à falta de água (GOVERNO DO PARANÁ E PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ, 2004).

Portanto, o abastecimento de água segundo as categorias de consumo:

TABELA 9 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA PELA SANEPAR, SEGUNDO CATEGORIAS.

Categorias	Unidades Atendidas	Ligações
Residenciais	18.086	15.903
Comerciais	788	588
Industriais	9	9
Utilidade Pública	70	70
Poder Público	57	57
Total	19.010	16.627

Fonte: IPARDES/SANEPAR, 2006.

Nota: Unidades (Economias) Atendidas é todo imóvel (casa, apartamento, loja, prédio, etc.), ou subdivisão independente do imóvel, dotado de pelo menos (1) um ponto de água, perfeitamente identificável, como unidade autônoma, para efeito de cadastramento e cobrança de tarifa.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH – M) tem como função a determinação do grau de desenvolvimento sócio-econômico de um determinado município, podendo estabelecer uma comparação com outras localidades e avaliar em quais fatores existe a necessidade de melhorias.

O IDH – M elaborado pelo IPARDES (2006) tem base nos indicadores de educação, longevidade e renda da população.

O indicador de educação se baseia na capacidade de leitura e escrita simples – alfabetização – além da taxa de freqüência escolar. A longevidade está relacionada às condições de vida e salubridade local, e a renda per capita é o somatório da renda de todos os residentes, dividida pela população.

Em Pontal do Paraná o Índice de longevidade encontrado foi na faixa de 70 a menos de 75 anos de vida, sendo que em apenas algumas regiões do estado este índice é maior que 75 anos de vida. Com relação à alfabetização de adultos (população de 15 anos ou mais), esta foi classificada como mais de 90% da população alfabetizada, índice muito acima da média nacional. Quanto à freqüência escolar está entre 70% a menos de 80%, considerado não muito satisfatório.

O município além de seu IDH – M ser 0,788, ou seja, médio superior, tem como fator positivo a não vulnerabilidade quanto ao crescimento populacional, fator relacionado diretamente às cidades que tem como característica a função de “cidade-dormitório”. Além de que, não apresenta qualquer dependência do governo

federal, segundo análise de suas finanças públicas (GOVERNO DO PARANÁ E PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ, 2004).

Esta realidade para o município de Pontal do Paraná, é representada pelo seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH – M):

TABELA 10 - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH – M)

Informação	Índice	Unidade
Esperança de vida	71,42	Anos
Taxa de alfabetização de adultos	92,90	%
Taxa bruta de freqüência escolar	79,16	%
Renda <i>per capita</i>	269,09	R\$ 1,00
Longevidade (IDHM – L)	0,7774	
Educação (IDHM – E)	0,883	
Renda (IDHM – R)	0,707	
IDHM – M	0,788	

Fonte: IPARDES - Caderno Estatístico (2006).

Pontal do Paraná não possui rede pública de esgoto sanitário. No entanto, a preocupação com a qualidade ambiental e, conseqüentemente, com a melhoria das condições das praias nos balneários fez com que a Prefeitura municipal de Pontal do Paraná adotasse algumas medidas de controle com relação ao saneamento.

Desta forma, uma das exigências para a aprovação de novas construções no município é que cada uma dessas edificações possua um sistema de fossa séptica com sumidouro. A execução desse sistema é fiscalizada pelo Departamento de Vigilância Sanitária, por profissional da área de Engenharia Sanitária.

A adoção dessas medidas propiciou uma melhoria da qualidade de água, fator notável na avaliação do IAP sobre os índices de balneabilidade⁹ nos principais balneários do município.

Assim, 100% das construções regulares, cujos projetos foram aprovados a partir de 1998 possuem esse sistema de fossa séptica com sumidouro. Para edificações de grande porte, a exigência municipal é a adoção de filtros anaeróbicos para o tratamento dos efluentes gerados.

⁹ Balneabilidade é a medida das condições sanitárias das águas destinadas à recreação de contato primário. A balneabilidade é feita conforme a resolução do CONAMA 247/2000 (IAP, 2007).

O problema principal com relação ao saneamento é a falta de controle sobre as ocupações irregulares, que representam 40% das ocupações totais de Pontal do Paraná, das quais não existem dados sobre a existência de sistemas para tratamentos do esgoto sanitário. A existência desses sistemas acarreta problemas ambientais e de saúde pública.

Em 2004, a SANEPAR deu início à execução da primeira fase de rede coletora de esgoto que visa abranger aproximadamente 15% de sua malha viária. A implantação do sistema de esgotamento sanitário de Pontal do Paraná está prevista em duas etapas de obras, conforme dados fornecidos pela SANEPAR.

A primeira etapa constitui-se na execução da rede de coleta e estação de tratamento localizada em Ipanema III.

Na segunda etapa, apenas não será atendido o balneário Marisa e as ocupações clandestinas Itatiaia, Barrancos e Guapê. Contudo, a expansão da rede coletora não tem data prevista para início das obras (GOVERNO DO PARANÁ E PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ, 2004).

Com relação à drenagem urbana, esta muitas vezes tem sido afetada pelo desenvolvimento de forma desordenada nas cidades. Sendo que também este desenvolvimento tem produzido um impacto significativo para a infra-estrutura dos recursos hídricos.

Como exemplo, as ocupações irregulares nas margens dos rios, sua retificação e o aumento da impermeabilização do solo urbano alteram a magnitude e frequência das inundações, provocando a deterioração ambiental.

Na tentativa de controle desses impactos, a Superintendência de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental – SUDERHSA vem realizando a chamada “limpeza” dos rios e canais, buscando um maior escoamento das águas pluviais. Essa ação comumente provoca o alargamento dos leitos de curso d’água – rios ou canais, supressão da mata ciliar e, em conseqüência, assoreamento das margens.

Ampliando os impactos negativos sobre a correta drenagem das águas pluviais estão as ocupações humanas irregulares. Compostas por habitações de população de baixa renda na maioria dos casos, tais edificações impedem o crescimento natural da vegetação ciliar natural.

O lançamento indiscriminado de esgotos domésticos nos rios e canais provoca o aumento de matéria orgânica aumentando a quantidade de algas e

vegetação aquática provocando obstrução no escoamento das águas e forte odor (GOVERNO DO PARANÁ E PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ, 2004).

Quanto à coleta e tratamento de resíduos sólidos, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Turismo, Agricultura e Pesca realizou no período de março de 2001 a janeiro de 2004 um levantamento para apurar a quantidade de resíduos sólidos depositados no aterro sanitário, que opera de forma consorciada pelos municípios de Pontal do Paraná e Matinhos.

A quantidade de resíduos depositados no aterro é diferente entre os dois municípios, sendo o percentual depositado por Pontal do Paraná de aproximadamente 40% e, Matinhos 60%.

Através desse levantamento é possível verificar o aumento do volume de resíduos nos meses de veraneio, quando a população litorânea chega a mais de 1 milhão e quatrocentos mil turistas. Assim, o peso médio durante o ano que se mantinha em 700 toneladas/mês, passa a mais de 1.000 toneladas/mês em novembro e março, mais de 2.000 toneladas/mês em dezembro e fevereiro, tendo seu ápice em janeiro, acima de 4.000 toneladas/mês.

Para Pontal do Paraná e Matinhos, a empresa que detém a concessão do poder público municipal para operar na coleta dos resíduos sólidos urbanos é a Trans-resíduos.

A forma de coleta dos resíduos sólidos realizada não é seletiva, nem durante o período de maior pico, no verão. De acordo com dados do IPARDES (2003), em Pontal do Paraná mais de 83,22% dos domicílios são atendidos pelos serviços de coleta dos resíduos sólidos.

Conforme o levantamento da Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná, considerando que o peso de resíduos sólidos referente à Pontal do Paraná é de 40% do total depositado, a média diária da coleta de resíduos sólidos durante o ano que se mantinha em 9,33 t/dia, passa a mais de 13,3 t/dia em novembro e março, mais de 26,6 t/dia em dezembro e fevereiro, tendo seu pico em janeiro, acima de 53,3 t/dia.

A área do aterro sanitário é de 0,45 km² (45,21 ha), e é de propriedade da prefeitura municipal. O aterro sanitário está localizado na porção sul do município, tendo seu acesso por meio da rodovia PR 407 e estrada da Marca. Este acesso é

bastante facilitado, permitindo que ocorra a vigilância e controle de entrada de resíduos, tanto para pesagem quanto para verificação sanitária.

O aterro sanitário se localiza em área ambientalmente frágil, porém está localizado fora do perímetro urbano de Pontal do Paraná. Entretanto, assim como em outros municípios do litoral, observa-se em Pontal do Paraná, principalmente em leitos de rios e canais o depósito indiscriminado de lixo urbano provocando uma deterioração dos ambientes, prejudicando o meio físico e diminuindo a qualidade de vida da população (GOVERNO DO PARANÁ E PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ, 2004).

Retornando às atividades presentes no município de Pontal do Paraná com seus índices socioeconômicos já relacionados, de acordo com a DIMUTUR (2006) o turismo ainda é considerado um dos principais setores econômicos.

Este se concentra essencialmente na visitação às praias, que se estendem desde o canal DNOS na desembocadura da Baía de Paranaguá, até o balneário de Monções, limite sul do município.

Na observação de seus balneários, Pontal do Sul, em especial, conta com uma grande extensão de Mata Atlântica, além de ser rico em manguezais e ter vista privilegiada para a Ilha do Mel e Baía de Paranaguá. Possui areias brancas, finas e ondas fracas, com grande potencial para esportes náuticos, se encontrando também, o Centro de Estudos do Mar, da UFPR.

Dos demais, entre os diversos balneários do município, destacam-se Ipanema e Praia de Leste com maior população, apresentando aumento significativo nas altas temporadas de veraneio, sendo que neste último, está situada a Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná, e em Ipanema, a Secretaria Municipal da Cultura, Esportes e Turismo e DIMUTUR.

Os outros atrativos turísticos de Pontal do Paraná são:

- a) As baías e enseadas: como a Baía de Paranaguá, margeada pela Serra do Mar e com manguezais, dispõe de terminal de embarque (com barcos e similares) e a visitação é livre a qualquer época do ano;
- b) Os mangues: constituem ecossistemas de fundamental importância dentro do estuário, atuam como berçário para várias espécies de animais e plantas que vivem na baía e em toda a zona costeira adjacente;

- c) As restingas: são ecossistemas de transição entre as dunas e a Mata Atlântica, apresentam pequenas lagoas nos baixios entre os cordões arenosos, são compostas de vegetação de pequeno porte, mas com grande diversidade biológica. Compreendem a uma faixa de solo paralela à praia e protegida pelo Parque Natural Municipal do Perequê;
- d) As ilhas: as Ilhas dos Currais e da Galheta são ambas de formação rochosa, sendo que a primeira e mais importante é composta de três pequenas ilhas com águas extremamente limpas e ideais para pesca e mergulho. As Ilhas dos Currais atualmente, se encontram sob os cuidados do Centro de Estudos do Mar (UFPR), e, portanto, sua visitação é controlada.

Embora haja tais atrativos, na atividade turística do município de Pontal do Paraná predomina o chamado “turismo de sol e praia”, refletindo num perfil de turismo em grande parte homogêneo.

De acordo com o Plano de Diretor de Desenvolvimento Integrado – Governo do Paraná e Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná (2004), o perfil dos turistas do município caracteriza-se por uma população flutuante de procedência principalmente de Curitiba, seguido por outras regiões do Paraná, Região Metropolitana de Curitiba, outros estados e um pequeno fluxo vindo de outros países.

Segundo a mesma fonte, baseada em estudos realizados pela Secretaria de Estado do Turismo do Paraná - SETU, o turismo que se realiza na região é basicamente familiar – cerca de 70%, sendo menor a quantidade de turistas que viajam sozinhos ou em grupos, com uma permanência média em torno de nove dias.

Quanto à renda média individual desses turistas, nota-se um significativo decréscimo ao longo dos anos, o que demonstra uma modificação no perfil dos mesmos, inclusive quanto aos meios de transporte utilizados e hospedagem.

A forma mais comum de hospedagem utilizada é a casa própria, como é o caso da segunda residência ou residência de veraneio, seguido pelo empréstimo de casa de parentes ou amigos, aluguel e, com um percentual bem abaixo das demais categorias, o hotel.

Portanto, de acordo com a SETU (2006), atualmente, o perfil do turista no município de Pontal do Paraná enquadra-se na seguinte classificação:

TABELA 11 - PERFIL DO TURISTA QUE VISITA PONTAL DO PARANÁ

Variáveis	2002	2004	2005
PROCEDÊNCIA (%)			
Curitiba	62,7	60,0	60,3
Região Metropolitana	10,1	12,1	11,7
Outras/Paraná	20,2	21,1	19,6
Outros estados	6,2	6,0	7,1
Exterior	0,8	0,8	1,3
SEXO (%)			
Masculino	53,5	55,5	57,9
Feminino	46,5	44,5	42,1
PERMANÊNCIA (dias)			
Média	9,2	8,8	9,0
IDADE (anos)			
Média	34,9	34,3	37,5
RENDA MÉDIA INDIVIDUAL (US\$)			
Renda bruta mensal	675,9	445,5	658,8
GASTO MÉDIO PER CAPITA/DIA (US\$)			
Geral na cidade	9,5	11,0	11,5
MEIO DE TRANSPORTE (%)			
Automóvel	40,2	42,6	56,2
Ônibus	57,3	55,8	41,2
MEIO DE HOSPEDAGEM (%)			
Hotel	5,7	5,2	4,3
Casa/Apto. aluguel	18,9	12,9	18,4
Casa própria	38,6	38,1	38,2
Casa parentes/amigos	27,3	38,7	35,9
Outros	9,5	5,1	3,2
FREQÜÊNCIA DE VISITA (%)			
Primeira vez	8,5	8,8	7,1
Mais de uma vez	91,5	91,2	92,2
MODO DE VIAJAR (%)			
Só	15,3	18,4	16,7
Em grupo	19,9	24,0	15,8
Em família	64,2	57,5	67,2
AVALIAÇÃO DO CONCEITO DE QUALIDADE (% índice bom)			
Artesanato	66,1	51,3	68,9
Comércio urbano	54,7	68,8	68,7
Comércio na rodovia	53,8	64,5	55,7
Entretenimento/Lazer	48,8	49,1	55,7
Informação Turística	39,0	64,8	55,0
Infra-estrutura de acesso	39,5	56,9	50,8
Limpeza pública	45,9	50,4	61,8
Restaurantes	53,8	67,0	61,8
Saneamento básico	24,4	69,8	43,9
Segurança pública	54,3	50,6	71,9
Serviços de hospedagem	65,4	62,0	76,2
Serviço de saúde	47,9	58,1	49,5
Serviço telefônico	82,2	71,7	63,8
Sinalização turística	44,6	58,2	51,1
Transporte coletivo	44,7	59,0	53,5
Vida Noturna	45,2	71,4	50,2

Fonte: SETU, 2006.

Segundo o Governo do Paraná e Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná (2004), o turismo que se realiza na região é basicamente familiar – cerca de 70%, sendo menor a quantidade de turistas que viajam sozinhos ou em grupos.

A permanência média dos turistas no município é de cerca de nove dias, mas este valor vem sofrendo algumas variações. Na renda média individual desses turistas, nota-se um significativo decréscimo ao longo dos anos, demonstrando uma modificação no perfil dos mesmos. A forma de hospedagem mais utilizada é a casa própria – segunda residência ou residência de veraneio – seguido pelo empréstimo de casa de parentes ou amigos, aluguel e, com um percentual bem abaixo das demais categorias, o hotel. Contudo, essa forma de hospedagem vem aumentando ao longo dos anos, enquanto ocorre diminuição do turismo típico, caracterizado pelas casas de veraneio.

Atualmente, de acordo com a DIMUTUR (2006), para o desenvolvimento da atividade turística como um dos principais segmentos econômicos do município, Pontal do Paraná participa do *Programa de Regionalização do Turismo*, instituído pelo Governo Federal e do *Projeto de Turismo do SEBRAE – “Litoral, emoções o ano inteiro”* (ANEXO II).

Esses programas, além de outras ações, têm como meta principal integrar o turismo ao desenvolvimento da economia local. Desse modo, dentro do *Programa de Regionalização do Turismo*, encontra-se, inicialmente, um de seus objetivos primordiais – a criação de seu *Posto de Controle*, com a finalidade de regulamentar este segmento através das seguintes ações:

- a) Regularização dos ônibus: consiste em realizar um cadastramento na chegada dos ônibus de turismo (excursões), buscando controlar, regulamentar e dar suporte aos visitantes, no sentido de fazer uma distribuição adequada e, sobretudo, evitar congestionamentos nas altas temporadas sem consumação local e conseqüentemente sem geração de renda;
- b) Informações para o turismo no município: visa informar adequadamente os visitantes, em relação aos pontos turísticos e para busca de socorros (hospitais, polícia, bombeiros, etc.);
- c) Cadastro de serviços: para indicação dos meios de hospedagem, alimentação e formas de lazer dentro da localidade;

- d) Fornecimento de material informativo: para sugerir e informar sobre atrativos turísticos de outros municípios da região, e dentro de um plano de educação ambiental, fornecer instruções e conhecimentos acerca do uso e da conservação das áreas de turismo e lazer.

Em conformidade aos programas, para funcionamento do *Posto de Controle* e desempenho de seus serviços, será estipulada a cobrança de uma taxa para permanência dos ônibus de turismo (excursões), sendo esta, revertida e direcionada ao melhoramento das infra-estruturas interligadas ao turismo local.

Segundo a DIMUTUR (2006), planeja-se implantar esse sistema para as próximas temporadas, com uma estimativa de retorno possibilitando uma melhor integração entre o desenvolvimento do município e o turismo no litoral, visando trazer reflexos positivos para a economia.

Além destes programas, o litoral paranaense, juntamente aos demais estados litorâneos do país, realiza a *Operação Verão* – através da Polícia Rodoviária Federal, onde um maior número de policiais permanece distribuído nas principais rodovias, fiscalizando o trânsito, orientando os motoristas e flagrando infrações.

Em razão do sucesso de anos anteriores, em determinados finais de semana à noite em bares ou restaurantes, atividades teatrais abordam, por exemplo, os perigos em combinar direção com bebidas alcoólicas. Há também instruções aos veranistas e distribuição de folders educativos com brindes. Para as crianças, são promovidas atividades recreativas nos finais de semana em Guaratuba, Matinhos e Praia de Leste. Esta operação tem o respaldo de vários órgãos públicos, que através de suas funções colaboram e oferecem maior suporte aos municípios com melhor acesso aos seus serviços nas temporadas de veraneio (SECS, 2007).

Por fim, considerando todos os aspectos já mencionados, a administração municipal segundo o Governo do Paraná e Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná (2004), tem como propostas de desenvolvimento os seguintes planos:

- a) Readequação e delimitação do novo perímetro municipal;
- b) Loteamentos aprovados – organização;
- c) Zoneamento ambiental municipal – área de entorno de bem tombado, área de ocupação indígena, áreas rurais e áreas urbanas;
- d) Zoneamento ambiental rural – áreas de ocupação indígena, zonas de conservação ambiental, comunidade pesqueira, área de proteção de

manancial, unidades ambientais naturais, área de tratamento de resíduos sólidos e Parque Nacional Guaraguaçu;

- e) Zoneamento ambiental urbano – sistema de proteção à biodiversidade (parques municipais, corredor de proteção à biodiversidade, zonas de conservação ambiental) e sistema de ocupação do solo urbano;
- f) Sistema viário. Fase 1 – vias arteriais, coletoras, rótulas de ligação, vias locais, de passeio ou animação, calçadões, passeios públicos e diretrizes para o sistema viário. Fase 2 – via conectora, via coletora e diretrizes;
- g) Transporte coletivo – linhas urbanas e linhas de passeio;
- h) Zoneamento, uso e ocupação do solo urbano – zonas e setores;
- i) Parcelamento do solo urbano;
- j) Código de posturas – direcionado à coleta de resíduos sólidos, higiene, vias urbanas, arborização pública, entretenimento, monumentos, numeração de edificações e penalidades;
- k) Código de obras – estudo de impacto de vizinhança, cursos d’água e águas pluviais, coberturas de edificações, publicidade ao ar livre, edificações em terreno público municipal, serviços ligados à rede viária, estacionamentos, parque de exposições, mobiliário urbano, complexos urbanos, edificações comerciais, industriais, educacionais, culturais, religiosas, político-partidárias, esportivas e para saúde;
- l) Regularização fundiária e habitação social – regularização fundiária e áreas com finalidade de habitação social;
- m) Infra-estrutura básica;
- n) Diretrizes para saúde e ação social;
- o) Diretrizes para educação;
- p) Cultura, esportes e turismo – museu oceanográfico, museu municipal, centro esportivo e áreas de interesse histórico e cultural;
- q) Áreas sujeitas ao direito de preempção;
- r) Administração – organização e fundo de desenvolvimento municipal.

5 RESULTADOS (DADOS COLETADOS, ANÁLISES E CONSIDERAÇÕES).

Através dos resultados da pesquisa, foram elaborados tabelas e gráficos com dados referentes à Praia de Leste, Santa Teresinha e Ipanema.

O balneário de Praia de Leste possui a maior área urbanizada com população residente, o que resultou no maior número de respostas – alternativas.

Santa Teresinha apresenta menor área urbanizada, embora comporte uma grande concentração turística nas altas temporadas – época de *carnaval*.

Ipanema, assim como Praia de Leste apresenta uma grande área urbanizada, porém com maior problema de concentração do turismo nas altas temporadas de veraneio, e conseqüentemente, de viabilidade para os seus espaços.

5.1 DADOS COLETADOS – TABULAÇÃO E ANÁLISES.

Dados dos Moradores – n.ºs.

TABELA 12 - TEMPO DE MORADIA

	Até 5 anos	6 a 10 anos	11 a 15 anos	16 a 20 anos	21 anos / +	Total
Praia de Leste	5	9	10	8	3	35
Santa Teresinha	1	5	6	2	1	15
Ipanema	3	12	8	3	4	30

TABELA 13 - GÊNERO

	Masculino	Feminino	Total
Praia de Leste	23	12	35
Santa Teresinha	11	4	15
Ipanema	20	10	30

TABELA 14 - FAIXA ETÁRIA

	Até 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 anos ou mais	Total
Praia de Leste	5	7	12	6	5	35
Santa Teresinha	1	4	5	3	2	15
Ipanema	1	14	10	2	3	30

Praia de Leste proporcionalmente possui o maior número de moradores mais antigos e com maior faixa etária, alguns inclusive, instalaram-se no local desde a formação e o povoamento do balneário.

O gênero masculino apresentou-se com maior disponibilidade para ceder informações nos três balneários pesquisados.

TABELA 15 - GRAU DE ESCOLARIDADE

	1º Grau	2º Grau	Superior	Pós – graduação	Total
Praia de Leste	16	9	9	1	35
Santa Teresinha	6	6	3	0	15
Ipanema	7	18	5	0	30

TABELA 16 - OCUPAÇÃO PRINCIPAL

	Donas-de- casa	Comerciantes	Funcionários Públicos	Profissionais Liberais	Outros	Total
Praia de Leste	6	14	7	6	2	35
Santa Teresinha	2	5	5	1	2	15
Ipanema	2	10	8	4	6	30

Quanto ao grau de escolaridade, em Praia de Leste os entrevistados apresentaram-se numericamente mais homogêneos, apresentando também maior número de moradores com grau de instrução mais elevado, enquanto que as profissões (ocupação principal) variaram em gênero e número.

No balneário de Santa Teresinha os moradores entrevistados apresentaram-se com faixas etárias e graus de escolaridade quase equilibrados, enquanto que as ocupações principais foram bastante heterogêneas.

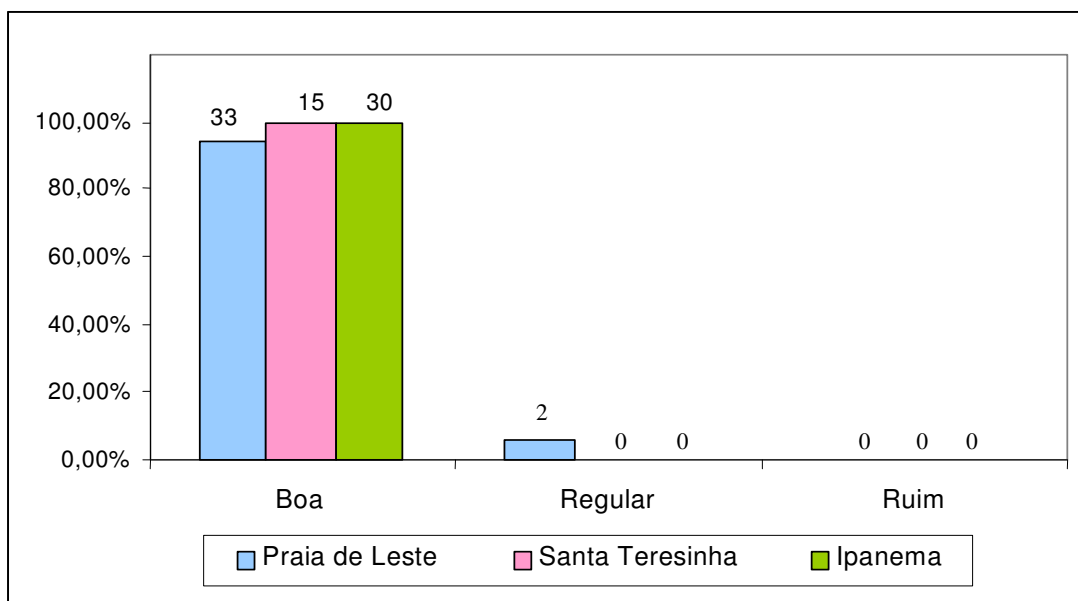
Em Ipanema os moradores entrevistados apresentaram uma grande diversidade nos dados pessoais – gênero, faixa etária, grau de escolaridade. Porém, a distribuição teve maior homogeneidade que os demais balneários quanto à ocupação principal dos moradores entrevistados.

Na tabela referente à ocupação principal, a função “outros” compreende estudantes e demais trabalhadores que não se enquadram às profissões especificadas, como vendedores ambulantes, pescadores e artesãos.

Resultados do Questionário – nºs:

1) Como você avalia a situação do meio ambiente (natureza) nesta região?

GRÁFICO 1 - BALNEÁRIOS – SITUAÇÃO DO MEIO AMBIENTE



Fonte: A autora (Setembro/2006).

Com relação à percepção dos entrevistados, a situação do meio ambiente na região é muito satisfatória, embora Praia de Leste não tenha apresentado unanimidade devido ao problema de deposição do lixo, mesmo sendo um problema de incidência nas temporadas.

Em Santa Teresinha, além da aprovação dos moradores, o meio ambiente ainda apresenta-se aparentemente intocado.

Em Ipanema, apesar do crescimento, da urbanização e das infra-estruturas deficientes, o meio ambiente ainda não se encontra afetado, o que pode ser confirmado e de forma unânime através da questão seguinte.

Nos três balneários, como complemento às respostas positivas e objetivas, expressões como “quanto à conservação do meio ambiente, por enquanto não há problemas” e “só nas temporadas é que pode complicar um pouco” foram ditas com frequência.

2) Você acha que o turismo influencia esta situação? Em quê?

TABELA 17 – INFLUÊNCIA DO TURISMO NO MEIO AMBIENTE - PRAIA DE LESTE

Respostas	Quantidade
Não	32
Sim	3
-Deposição de lixo na orla (temporadas)	3
Total	35

TABELA 18 - INFLUÊNCIA DO TURISMO NO MEIO AMBIENTE - SANTA TERESINHA

Respostas	Quantidade
Não	15
Sim	0
Total	15

TABELA 19 - INFLUÊNCIA DO TURISMO NO MEIO AMBIENTE - IPANEMA

Respostas	Quantidade
Não	30
Sim	0
Total	30

Em Praia de Leste a maioria dos moradores entrevistados percebem o meio ambiente como um todo, considerando a condição da natureza. A deposição de lixo deixada pelo turismo das temporadas constitui apenas um problema sazonal.

3) Em sua opinião, o turismo traz algum tipo de desenvolvimento econômico e social para essa região? Por quê?

TABELA 20 - DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO TRAZIDO PELO TURISMO - PRAIA DE LESTE

Respostas	Quantidade
Não	2
Sim	32
-Fonte de renda para os locais	32
-Gera empregos	24
Não sabe	1
Total	35

TABELA 21 - DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO TRAZIDO PELO TURISMO - SANTA TERESINHA

Respostas	Quantidade
Não	7
Sim	8
-Fonte de renda para os locais	8
Total	15

TABELA 22 - DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO TRAZIDO PELO TURISMO - IPANEMA

Respostas	Quantidade
Não	1
Sim	29
-Fonte de renda para os locais	29
-Empregos	26
-Fonte de renda por meio de eventos	2
Total	30

Praia de Leste – A maioria dos entrevistados (32) aprovou o turismo como impulsionador da economia na região movimentando o comércio e proporcionando benefícios econômicos, como geração de empregos e fonte de renda.

Santa Teresinha – Pelos benefícios, o turismo deveria ser mais explorado.

Ipanema – A exemplo de Praia de Leste, o turismo constitui o principal fator de desenvolvimento econômico e social. Os entrevistados foram quase unânimes – 29, em atribuir a este, a principal fonte de renda, vindo a seguir os empregos. Uma pequena parte citou também como fonte de renda a promoção de eventos na região.

4) Você acha que o turismo trouxe para esta localidade mudança(s) significativa(s) nas últimas décadas? Qual (is)?

TABELA 23 - MUDANÇAS TRAZIDAS PELO TURISMO - PRAIA DE LESTE

Respostas	Quantidade
Não	2
Sim	32
-Crescimento econômico	32
-Expansão da urbanização	17
-Crescimento populacional	13
Não sabe	1
Total	35

TABELA 24 - MUDANÇAS TRAZIDAS PELO TURISMO - SANTA TERESINHA

Respostas	Quantidade
Não	12
Sim	3
-Crescimento populacional	3
-Crescimento econômico	2
Total	15

TABELA 25 - MUDANÇAS TRAZIDAS PELO TURISMO - IPANEMA

Respostas	Quantidade
Não	17
Sim	13
-Expansão da urbanização	12
-Crescimento econômico	10
Total	30

Praia de Leste – A maioria dos moradores entrevistados (32) considerou o turismo como agente modificador das condições locais, citando em geral, mais de uma alternativa de mudança (crescimento econômico/populacional, expansão da urbanização). Assim, independentemente do tempo de moradia, grau de instrução, profissão e demais variáveis, para os entrevistados, o turismo constitui não apenas um angariador de crescimento econômico (emprego e renda), mas também o próprio motivador do crescimento populacional e da urbanização local.

Santa Teresinha – O balneário, na visão geral dos entrevistados, apresenta um perfil extremamente simples em relação ao turismo – não influencia o meio ambiente, não faz diferença e nem provoca mudanças. Apenas alguns entrevistados atribuíram ao turismo os crescimentos econômico e populacional na localidade, sendo que estes consideraram a influência dos mesmos em seu ápice – as altas temporadas de veraneio. E para estes também, os citados crescimentos se processam de forma muito gradativa.

Ipanema – A maioria dos entrevistados (17) não atribuiu mudanças ao turismo, entendem que estas se processaram mediante o crescimento natural da população, das opções pela moradia no balneário e dos investimentos (imobiliários) – fatores de ocorrência nas últimas décadas. Porém, para a outra parte, os crescimentos urbano e econômico gerados pelo turismo constituíram as mudanças.

5) A(s) mudança(s), vista por você, trouxe impacto(s) positivo(s) para o local? Qual (is)?

TABELA 26 - OS IMPACTOS POSITIVOS DO TURISMO NO LOCAL - PRAIA DE LESTE

Respostas	Quantidade
Sem mudanças	2
Não	1
Sim	32
-Crescimento do comércio.	32
-Crescimento das infra-estruturas urbanas – energia elétrica, saneamento (água), escolas, bancos.	29
Total	35

TABELA 27 - OS IMPACTOS POSITIVOS DO TURISMO NO LOCAL - SANTA TERESINHA

Respostas	Quantidade
Sem mudanças	12
Não	1
Sim	2
-Crescimento das infra-estruturas urbanas – saneamento (água), comércio, bancos.	2
Total	15

TABELA 28 - OS IMPACTOS POSITIVOS DO TURISMO NO LOCAL - IPANEMA

Respostas	Quantidade
Sem mudanças	17
Não	2
Sim	11
-Crescimento das infra-estruturas urbanas – saneamento (água), escolas, comércio, bancos.	10
-Melhoria dos acessos – rodovias e estradas.	7
Total	30

Praia de Leste – Além dos motivos centrados na economia (comércio e arrecadação), os moradores entrevistados atribuíram ao turismo muitos impactos positivos no sentido da aquisição de infra-estruturas urbanas, atraindo maior número de habitantes ao balneário. O turismo impulsionou também a abertura de firmas e oferta de empregos, fazendo expandir o processo de urbanização.

Santa Teresinha – Os poucos moradores que apontaram impactos positivos referiram-se à instalação e ao crescimento das infra-estruturas urbanas no local.

Ipanema – Os impactos positivos atribuídos ao turismo foram a implantação das infra-estruturas urbanas locais e a revitalização das vias de acesso para os balneários, o que possibilitou a melhor fluência para a própria atividade turística.

6) A(s) mudança(s) vista por você, trouxe impacto(s) negativo(s) para o local? Qual (is)?

TABELA 29 - OS IMPACTOS NEGATIVOS DO TURISMO NO LOCAL - PRAIA DE LESTE

Respostas	Quantidade
Sem mudanças	2
Não	3
Sim	30
-Falta de Segurança fora da temporada de veraneio	30
-Turismo desordenado (lotação na temporada com infra-estrutura deficiente)	22
-Deposição de lixo	15
-Crescimento urbano desordenado (ocupações irregulares)	9
-Especulação imobiliária	7
-Depredações no meio urbano	4
Total	35

TABELA 30 - OS IMPACTOS NEGATIVOS DO TURISMO NO LOCAL - SANTA TERESINHA

Respostas	Quantidade
Sem mudanças	12
Não	1
Sim	2
-Falta de Segurança (local) fora da temporada	2
Total	15

TABELA 31 - OS IMPACTOS NEGATIVOS DO TURISMO NO LOCAL - IPANEMA

Respostas	Quantidade
Sem mudanças	17
Não	3
Sim	10
-Deficiência em limpeza e conservação na temporada	10
-Turismo desordenado na temporada (alta concentração de pessoas e veículos)	8
-Falta de Segurança fora da temporada	8
Total	30

Praia de Leste – Como visto anteriormente, para a maioria dos entrevistados – 32, o turismo traz benefícios, porém, 30 destes responderam que em paralelo, o turismo também traz impactos negativos significantes. Tais impactos são: a total insegurança para o local fora das temporadas e assim possibilitando saques à residências; excessiva lotação de turistas nas temporadas com deposição de lixo e dejetos; especulação imobiliária; crescimento desordenado provocando aumento das ocupações irregulares e depredações no meio urbano.

Santa Teresinha – Para os entrevistados, o turismo não traz benefícios ou mudanças significativas para o local, exceto para as pessoas diretamente ligadas à atividade (comerciantes e proprietários de pousadas). A maioria dos moradores alegou que o turismo não é explorado. Para os poucos que paralelamente perceberam impactos positivos e negativos, a falta de segurança para o local fora das temporadas de veraneio constitui o maior problema.

Ipanema – Para o balneário de Ipanema o problema de maior relevância consistiu na precariedade da limpeza pública e conservação referentes ao meio urbano e orla (praia) nas altas temporadas. A seguir, foi colocado o turismo desordenado provocando congestionamentos de veículos e pessoas nas vias centrais e possibilitando depredações. E por fim, igualmente aos demais balneários, a falta de segurança para o local fora das temporadas constitui uma ameaça constante ao patrimônio (imóveis) dos não-residentes (população flutuante).

7) Você percebeu mudanças na paisagem local? O quê?

TABELA 32 - MUDANÇAS LOCAIS NA PAISAGEM - PRAIA DE LESTE

Respostas	Quantidade
Não	27
Sim	8
-Urbanização – edificações maiores	8
Total	35

TABELA 33 - MUDANÇAS LOCAIS NA PAISAGEM - SANTA TERESINHA

Respostas	Quantidade
Não	15
Sim	0
Total	15

TABELA 34 - MUDANÇAS LOCAIS NA PAISAGEM - IPANEMA

Respostas	Quantidade
Não	25
Sim	5
-Mudanças no traçado urbano	5
-Retirada das dunas da praia pela prefeitura	2
Total	30

Em Praia de Leste, a maioria dos entrevistados possui uma percepção de paisagem ainda restrita ao ambiente natural, não atentando às transformações no ambiente construído. Assim, mencionou-se o conjunto de transformações sócio-econômicas sem que estas aparentemente tivessem modificado o espaço e questão.

No balneário de Ipanema, a maioria dos entrevistados ateu-se à natureza, no entanto, a percepção de alguns atingiu o ambiente construído – o traçado urbano.

8) Em seu modo de vida, o turismo trouxe algo de positivo? O quê?

TABELA 35 - IMPACTOS POSITIVOS NO MODO DE VIDA - PRAIA DE LESTE

Respostas	Quantidade
Não	7
Sim	28
-Maior renda pessoal através da atividade exercida (emprego)	28
-Qualidade de vida (recursos – saúde, educação, serviços públicos)	16
Total	35

TABELA 36 - IMPACTOS POSITIVOS NO MODO DE VIDA - SANTA TERESINHA

Respostas	Quantidade
Não	10
Sim	5
-Maior renda (comércio)	5
-Oferta de emprego	3
Total	15

TABELA 37 - IMPACTOS POSITIVOS NO MODO DE VIDA - IPANEMA

Respostas	Quantidade
Não	14
Sim	16
-Maior renda (comércio)	16
-Oferta de emprego	4
Total	30

Em Praia de Leste a atividade turística gera impactos positivos tanto locais (crescimento econômico e infra-estruturas), quanto pessoais (emprego, renda e qualidade de vida). Os empregos foram inicialmente gerados através do turismo, e posteriormente em virtude dos processos de urbanização e desenvolvimento, e por conseqüência, do desencadeamento das demandas locais. Para Santa Teresinha (em menor parte) e Ipanema os impactos positivos foram, sobretudo, os empregos e a renda no comércio através da geração de receita. E junto à maioria das respostas obtidas, foi comum o acréscimo de expressões como “o meu emprego se deve à exploração do turismo” e “se não houvesse o turismo, o lugar não cresceria”.

9) Em seu modo de vida, o turismo trouxe algo de negativo? O quê?

TABELA 38 - IMPACTOS NEGATIVOS NO MODO DE VIDA - PRAIA DE LESTE

Respostas	Quantidade
Não	22
Sim	13
-Insegurança (fora de temporada)	13
-Poluição sonora nas temporadas	5
Total	35

TABELA 39 - IMPACTOS NEGATIVOS NO MODO DE VIDA - SANTA TERESINHA

Respostas	Quantidade
Não	12
Sim	3
-Insegurança (fora da temporada)	3
Total	15

TABELA 40 - IMPACTOS NEGATIVOS NO MODO DE VIDA - IPANEMA

Respostas	Quantidade
Não	10
Sim	20
-Insegurança (fora da temporada)	20
-Poluição sonora	5
-Acúmulo de trabalho (<i>stress</i>) na temporada	2
Total	30

Praia de Leste – Para os entrevistados que julgam o turismo angariador de impactos negativos, a sensação de insegurança fora das temporadas foi uma

unanimidade, constituindo o maior problema para os moradores. A ‘poluição sonora’ afeta em geral os moradores aposentados, donas-de-casa e funcionários públicos. Porém, os comerciantes se mostraram mais tolerantes e justificaram:

- a) “É período de férias e temporada de praia é para se divertir”;
- b) “É normal, nesse período a “moçada” se extravasa mesmo!”;
- c) “Não se pode fazer nada para impedir!”.

Santa Teresinha – O turismo não influencia de forma positiva (salvo para o comércio) ou negativa o modo de vida da maior parte dos entrevistados. Porém, a sensação de insegurança para o morador constitui um impacto negativo.

Ipanema – Como nos demais balneários, a insegurança fora das temporadas foi o maior motivo de incômodo. Os moradores também apontaram como problema a forma desordenada pela qual o turismo se estabelece, provocando através dos congestionamentos a poluição sonora e o *stress*, inclusive para as pessoas diretamente ligadas à atividade.

10) Em uma escala de 1 (um) a 10 (dez) – sendo mais alto o valor 10, que valor você atribuiria para:

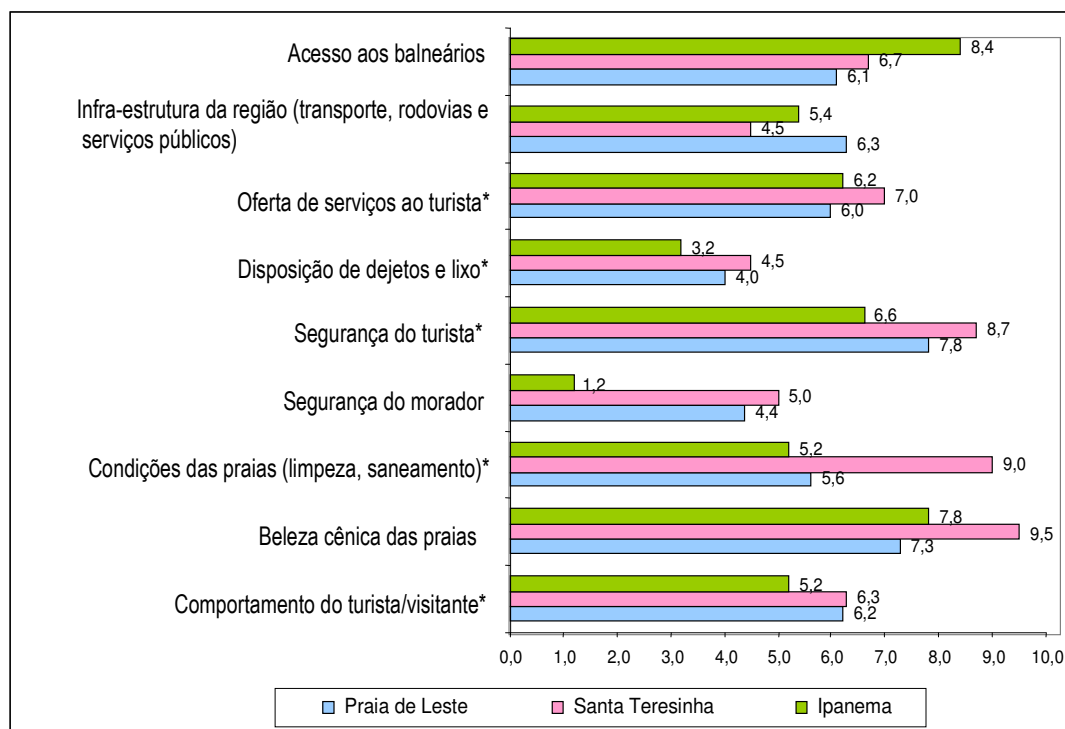
TABELA 41 - ESCALA

	Praia de Leste	Santa Teresinha	Ipanema
Acesso aos balneários	6,1	6,7	8,4
Infra-estrutura da região (transporte, rodovias e serviços públicos)	6,3	4,5	5,4
Oferta de serviços ao turista*	6,0	7,0	6,2
Disposição de dejetos e lixo*	4,0	4,5	3,2
Segurança do turista*	7,8	8,7	6,6
Segurança do morador	4,4	5,0	1,2
Condições das praias (limpeza, saneamento)*	5,6	9,0	5,2
Beleza cênica das praias	7,3	9,5	7,8
Comportamento do turista/visitante*	6,2	6,3	5,2

Nota: * Itens de referência às temporadas de veraneio.

Valor expresso em n.ºs através da Média aritmética $\bar{X} = \frac{\sum X.n}{n}$.

GRÁFICO 2 - ESCALA



Fonte: A autora (Setembro/2006).

Nota: * Itens de referência às temporadas de veraneio.

Praia de Leste – Os valores atribuídos denotam como o turismo influencia as condições locais em caráter permanente e sazonal*, constituindo situação mais crítica a disposição do lixo, e a seguir, a segurança do morador.

Santa Teresinha – Foram atribuídos maiores valores para a oferta de serviços ao turista, segurança do turista, beleza cênica e condições das praias, onde se relacionou a estas últimas, o meio ambiente altamente conservado.

Ipanema – Os valores atribuídos aos itens constantes do quadro, confirmam as descrições anteriores, sendo a segurança o fator mais crítico seguido da deposição de lixo.

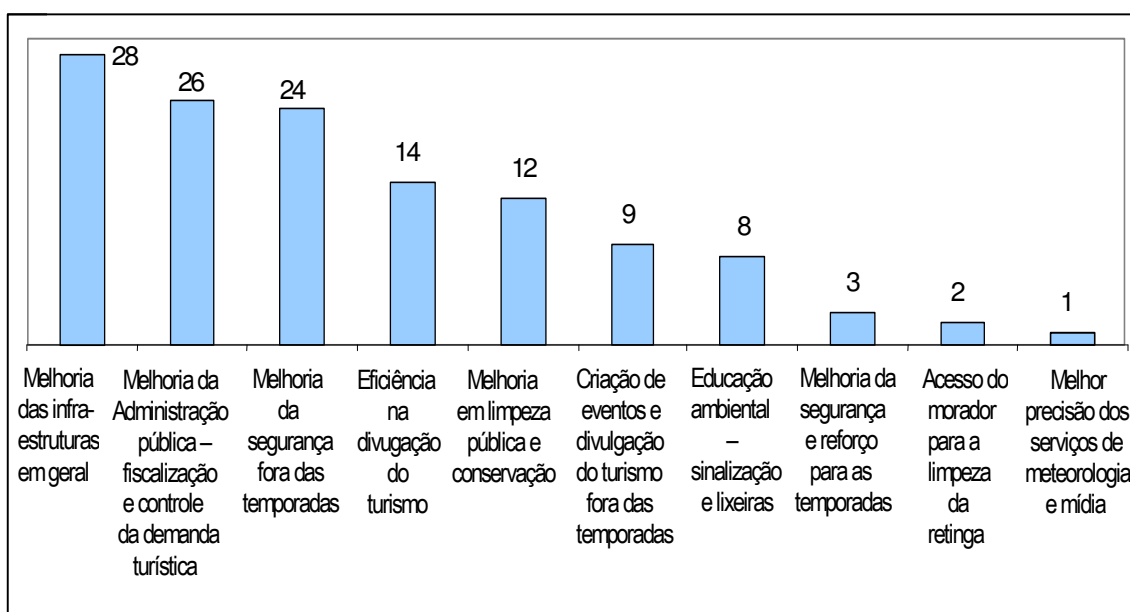
Em geral, embora o problema da disposição dos dejetos e lixo constitua, na opinião da grande maioria dos moradores como de extrema gravidade, este não influenciou no julgamento da beleza cênica das praias. Pode-se constatar, portanto, que tal problema é desencadeado, acima de tudo, pela concentração desordenada do turismo das altas temporadas de veraneio.

11) Em sua opinião, o que deve ser feito para se buscar uma melhor harmonia (conciliação) entre a conservação do meio ambiente e o crescimento do turismo neste local?

TABELA 42 - HARMONIA PARA A CONSERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE - PRAIA DE LESTE

Itens	Quantidade
Melhoria das infra-estruturas em geral (melhor manejo do lixo, áreas de lazer, banheiros nas praias).	28
Melhoria da administração (Prefeitura) quanto à fiscalização e controle para a demanda turística.	26
Melhoria em segurança fora das temporadas.	24
Eficiência na divulgação do turismo.	14
Melhoria em limpeza pública e conservação.	12
Criação de eventos e divulgação do turismo fora das temporadas	9
Educação ambiental (sinalização, lixeiras).	8
Melhoria em segurança (reforço para as temporadas).	3
Acesso aos moradores para cuidados e limpeza da restinga (restrita ao IAP que não faz melhorias).	2
Maior competência dos serviços de meteorologia para uma divulgação mais precisa do tempo através da mídia, a fim de melhorar a demanda de turistas e visitantes nos finais de semana.	1

GRÁFICO 3 – HARMONIA PARA A CONSERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE - PRAIA DE LESTE



Fonte: A autora (Setembro/2006).

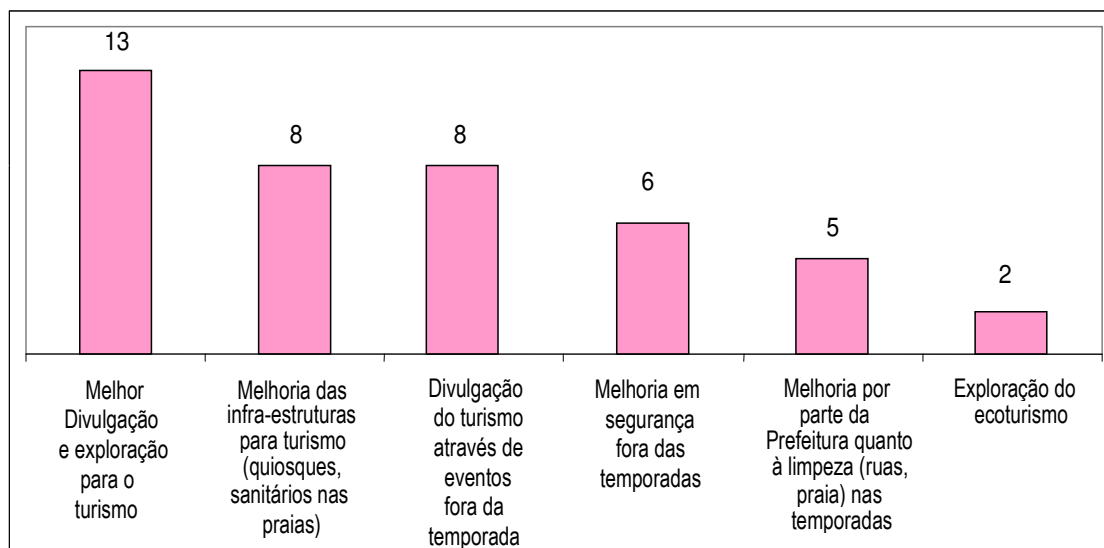
Como questão totalmente aberta e subjetiva, os entrevistados responderam de forma aleatória e opinando como anteriormente por uma ou mais alternativas, onde estas foram registradas por ordem de freqüência.

Para os moradores os maiores entraves na conciliação da atividade turística com os aspectos sócio-econômicos, foram: o turismo de exploração concentrada nas temporadas de veraneio e a ação insuficiente do poder público (prefeitura e órgãos estaduais) quanto à implantação de programas de melhoramentos em infra-estruturas, organização com controle de demanda turística, limpeza/conservação, segurança e educação ambiental.

TABELA 43 - HARMONIA PARA A CONSERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE - SANTA TERESINHA

Itens	Quantidade
Melhor divulgação e exploração para o turismo	13
Melhoria das infra-estruturas para o turismo (quiosques, banheiros nas praias)	8
Divulgação do turismo através de eventos fora de temporada	8
Melhoria em segurança fora das temporadas	6
Melhoria por parte da administração pública (prefeitura) quanto à limpeza (ruas, praia) na temporada	5
Exploração do ecoturismo	2

GRÁFICO 4 – HARMONIA PARA A CONSERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE - SANTA TERESINHA



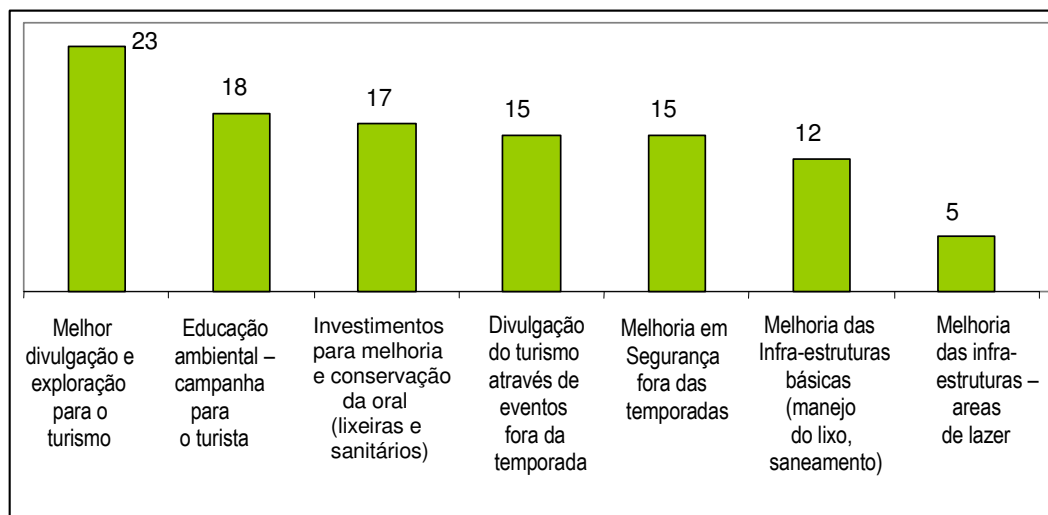
Fonte: A autora (Setembro/2006).

As alternativas formuladas pelos entrevistados foram em menor número, pois estes alegaram a não exploração do turismo. Todavia, foram mencionadas deficiências em infra-estrutura, limpeza/conservação, e divulgação para o turismo.

TABELA 44 - HARMONIA PARA A CONSERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE - IPANEMA

Itens	Quantidade
Melhor divulgação e exploração do turismo	23
Educação ambiental – campanha para o turista	18
Investimentos para melhoria e conservação da orla (lixeiros, sanitários).	17
Divulgação do turismo através de eventos fora de temporada	15
Melhoria em segurança fora das temporadas	15
Melhoria das infra-estruturas básicas (manejo do lixo, saneamento – esgoto).	12
Melhoria das demais infra-estruturas – áreas de lazer	5

GRÁFICO 5 – HARMONIA PARA A CONSERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE - IPANEMA



Fonte: A autora (Setembro/2006).

O balneário de Ipanema apresentou os mesmos problemas comuns aos demais, no entanto foram enfatizados aqueles relacionados à divulgação do turismo, onde foram reivindicados limpeza e conservação, campanhas de incentivo à atividade turística fora das temporadas (eventos) e infra-estruturas com maior suporte (sanitários e lixeiras na orla) para a sua expansão. Foi também destacado a necessidade de investimentos em campanhas para educação ambiental – visando o morador e principalmente o turista.

5.2 CONSIDERAÇÕES – RESULTADOS PRINCIPAIS.

Embora pesquisadores afirmem que a atividade turística no litoral paranaense pouco contribua para o seu desenvolvimento econômico, esta porém, através de estudo de percepção direcionado ao público residente, demonstra um caráter bastante motivador conforme a localidade.

O presente estudo, realizado através de uma análise dos resultados obtidos por meio da percepção dos moradores, acerca dos impactos sócio-ambientais do turismo, pôde constatar, além de alguns benefícios, uma incidência de problemas tanto comuns quanto específicos aos balneários pesquisados, revelando suas principais causas e possíveis formas de solução.

Observou-se, primeiramente, que em dois balneários pesquisados, sendo Praia de Leste e Ipanema, os moradores consideram o turismo como fonte de crescimento populacional, urbano (infra-estruturas) e econômico (empregos e renda). No entanto, em Santa Teresinha, a atividade turística não é considerada, salvo em períodos específicos das altas temporadas, como época de *carnaval*.

Nos balneários em que o turismo é visto como fator gerador de emprego, renda e crescimento local (urbano e populacional), é atribuído a este também um caráter essencial e impulsionador, isto é, um meio de sustentação e crescimento para as demais atividades econômicas do município. E a partir daí, proporcionando, além dos investimentos imobiliários, uma estrutura cada vez maior para o comércio local bem como a diversificação da oferta de bens e serviços.

Em geral, nestes balneários, onde anteriormente empregos e renda eram apenas vinculados ao turismo, nos tempos atuais estes são possibilitados pelo quadro de urbanização crescente junto ao desenvolvimento das infra-estruturas. Contudo, muitos dos entrevistados – comerciantes e ambulantes, ainda ressaltaram diversificar suas atividades em função das temporadas turísticas.

O crescimento urbano e populacional mencionado pelos entrevistados pode ser constatado através das imagens de satélite – Geocover (1990) e Lansat 7 (2002), onde convencionalmente a cor rosa indica uma seqüência de áreas urbanizadas na porção central do litoral do estado do Paraná.

Através das imagens a seguir é demonstrado um aumento significativo da urbanização de 1990 a 2002:

Urbanização - No sentido norte – sul, as áreas dos municípios de Paranaguá, Pontal do Paraná e Matinhos.

FIGURA 12 - URBANIZAÇÃO – 1990



Fonte: GEOCOVER, 1990.

FIGURA 13 - URBANIZAÇÃO – 2002



Fonte: LANDSAT 7, 2002.

Através da análise dos resultados da pesquisa, observou-se que os três balneários além de apresentarem problemas considerados comuns devido às suas características particulares como tamanho (área), grau de urbanização e tipo de frequência turística incidente, apresentam também alguns problemas específicos.

Evidencia-se, portanto, que os problemas comuns aos três balneários se destacam por serem aqueles de caráter mais essencial, constantemente percebidos e vivenciados pelos moradores, sendo facilmente lembrados fora das temporadas.

Assim, como prioridades, para os problemas mais comuns aos três balneários estudados, se destacam:

- a) Infra-estrutura básica deficiente – ausência de saneamento adequado (rede de esgoto);
- b) Infra-estrutura turística deficiente – ausência de sanitários nas praias (orla) e instrução (educação ambiental) que traga efeito, conseguindo atingir o turista;
- c) Insegurança fora das temporadas de veraneio;
- d) Turismo desordenado – demasiada concentração da atividade turística nas altas temporadas de veraneio, trazendo congestionamentos no meio urbano e transtornos ambientais – esgoto, excesso de lixo e praias em condições impróprias.

O problema de saneamento básico (esgoto), como sendo de caráter essencial e incidência constante, há muito tempo se faz conhecido e divulgado por pesquisadores que já realizaram estudos dessa natureza no litoral paranaense.

Portanto, segundo alguns moradores, obras de saneamento estiveram em fase de conclusão, mas devido a entraves de responsabilidade administrativa – terceirização com posterior falência de empresa contratada, estas obras foram bruscamente interrompidas.

Em relação ao turismo das altas temporadas, os moradores lamentaram a precária educação e a indiferença do turista para com a manutenção da limpeza e conservação local. Estes comentaram, inclusive, que campanhas nesse sentido já foram realizadas, porém sem surtir efeitos. Mas acrescentaram que grande parte destes problemas poderiam ser amenizados se houvessem sanitários e lixeiras com suas respectivas sinalizações ao longo da orla.

Entre os problemas citados evidencia-se a insegurança, constituindo um grande transtorno por sua incidência temporal, ou seja, fora de temporadas de veraneio, onde a segurança local torna-se extremamente precária provocando uma sensação de intranqüilidade tanto para moradores, quanto principalmente, para os proprietários não residentes.

Por fim, outro problema comum, reside no turismo concentrado e desordenado que se instala nos balneários por ocasião das temporadas. Segundo os moradores, além de provocar transtornos urbanos, como o congestionamento das ruas por excesso de veículos e pessoas, provoca também aqueles de natureza ambiental – acúmulos de lixo, dejetos e praias impróprias para recreação.

Dentre os problemas mencionados e a partir do quadro demonstrativo de balneabilidade (IAP, 2007), a alta concentração do turismo na temporada considerando os dias de maior frequência, faz refletir situações impróprias, como demonstradas abaixo:

QUADRO 1 - BALNEABILIDADE

Balneários – locais	Dez.		Janeiro					Fev.	
	17	25	01	07	14	21	28	04	11
PRAIA DE LESTE									
Rua Baronesa do Cerro Azul	P	P	P	I	I	I	I	P	P
Esquerda da Avenida Copacabana (150 m)	P	P	P	P	P	P	P	P	P
SANTA TERESINHA									
Rua Paraná	P	P	P	P	P	I	I	I	P
IPANEMA									
Rua São Luiz	P	P	I	I	I	I	I	I	P
Rua Pará	P	P	I	P	P	P	P	P	P

Fonte: IAP, 2007 - Boletim n.º 9 – 14/01 à 11/02/07.

LEGENDA: **P** = Própria **I** = Imprópria

O quadro divulgado pelo IAP – Boletim 2006/07, tecnicamente configura e confirma na realidade, a percepção dos moradores acerca do turismo de temporada e sua relação com as condições das praias.

Alternativas visando o melhoramento das infra-estruturas e educação ambiental como requisitos de expansão para o turismo, foram comumente citadas pelos entrevistados. Pois, constitui, na visão dos mesmos, um direcionamento não apenas para incentivo e aumento dessa demanda, como também para a limpeza e conservação urbanas e preservação do meio ambiente natural local.

Nos três balneários estudados, a atividade turística de modo geral, não afeta o meio ambiente, salvo pela sua alta concentração nas temporadas, principalmente com relação ao esgoto e lixo em excesso.

A considerar como um fator indicativo de impacto sócio-ambiental, não foi constatado transformações significativas em relação às mudanças na paisagem, ficando estas, apenas restritas a determinadas particularidades locais.

Mediante as colocações feitas pelos moradores dos três balneários, o turismo na região se comporta como um fator de demanda contumaz, ou seja, de turistas provenientes em sua maior parte dos mesmos lugares, sendo que, muitos desses turistas regulares detectam diferenças no decorrer das temporadas, indicando uma acentuação de determinados problemas.

Por esse motivo, alguns pesquisadores em turismo ressaltam que a conciliação entre a atividade e a preservação do local pode ser alcançada a partir da familiaridade do turista com o próprio local em questão.

Como exemplo, Mendonça (2001, p. 21), comenta que “para ter uma relação mais intensa com o lugar é preciso vivenciá-lo. É preciso ter outra relação com o tempo. É preciso que o turismo possibilite alguma relação mais direta, em que a vivência represente uma relação de troca, de aprendizado e de respeito. Muitas vezes a melhora da qualidade da percepção requer conhecer melhor as características ambientais locais. O turismo pode possibilitar isso. Só a vivência pode levar o afeto, que finalmente levará ao respeito e à solidariedade com as populações atuais e futuras”.

Neste contexto ainda, embora a pesquisa esteja centrada essencialmente nos aspectos sócio-ambientais, os moradores comentaram em paralelo, que o tipo de turismo de sua preferência é aquele de procedência do interior do estado e principalmente realizado por famílias.

Assim, considerando as percepções dos moradores dos balneários estudados, em relação aos problemas comuns, visando soluções para a harmonia entre o turismo e o melhoramento local, são apontadas as seguintes alternativas:

- a) Investir na melhoria das infra-estruturas básicas – esgoto e manejo do lixo;
- b) Investir em melhorias visando à atividade turística – sanitários, lixeiras e sinalização para a orla;
- c) Ampliar a divulgação do turismo, inclusive fora das temporadas – eventos;

- d) Investir em segurança fora das temporadas, visando maior incentivo aos investimentos dentro do município e impulsionando também o turismo;
- e) Investir em educação ambiental – envolvendo a população e atingindo o turista.

Tais alternativas citadas pelos entrevistados pressupõem exigir do poder público, além do compromisso acerca da empregabilidade adequada dos recursos, medidas necessárias que visem um empenho conjunto dos órgãos federais, estaduais e municipais, visando estabelecer a continuidade da preservação do meio ambiente, a expansão planejada da atividade turística, e, por consequência, o desenvolvimento econômico diversificando as atividades locais.

Do mesmo modo, sob a ótica dos entrevistados, ressaltou-se a necessidade do envolvimento e colaboração da própria população nesta busca por melhoramentos, entendendo-se, portanto, que somente a comunidade envolvida pode oferecer condições para motivar o desenvolvimento local.

Neste contexto, enfatizando a importância do envolvimento da comunidade, retoma-se Silveira (2001, p. 11) que propõe “as políticas de turismo com suporte na dinâmica local, o planejamento territorial e a gestão participativa resultando num desenvolvimento integrado do turismo sustentável”.

Portanto, através destas colocações e da pesquisa em percepção realizada, pode-se concluir que qualquer iniciativa em desenvolver um potencial turístico conciliado à preservação do meio, requer como base, além das ações do poder público – o interesse e a participação popular.

5.2.1 Praia de Leste.

O balneário de Praia de Leste apresenta-se mais urbanizado e com maior infra-estrutura no município, onde os problemas comuns de saneamento básico em relação à rede esgoto e a insegurança foram prontamente mencionados pelos moradores através de suas percepções.

Estes moradores, por exemplo, atribuem o fator “segurança” à falta de um controle por parte da administração pública (Prefeitura Municipal) e da demanda

turística, embora a diretoria responsável – DIMUTUR tenha lançado um programa já mencionado neste estudo (CAPÍTULO 4. 4) também com essa finalidade.

Na visão da referida diretoria, tal controle, inclusive, poderá fazer uma restrição à vinda de contingentes desprovidos de recursos (em maior parte da capital e região metropolitana), que se instalam no balneário, aumentando os problemas de ordem sócio-econômica no município. Para os moradores, entretanto, tal fato acarreta principalmente no aumento das *ocupações irregulares*, que se encontram espalhadas pela área urbana do município e seu entorno, como descrito e configurado no CAPÍTULO 4. 3. E portanto, como percebem os moradores de Praia de Leste, esta situação faz desencadear ainda mais o problema de insegurança para os habitantes dos balneários em geral.

Embora tais problemas persistam, Praia de Leste é o balneário mais beneficiado pelo turismo segundo os moradores, devendo a este, o seu crescimento econômico e populacional, urbanização e infra-estrutura, e ainda, a geração de empregos e renda (receita). Desse modo, provavelmente, por motivo deste balneário apresentar melhor infra-estrutura, os problemas de esgoto ainda não afetam o meio ambiente, salvo pela concentração turística das altas temporadas.

O grande problema, segundo os moradores mais antigos, é o manejo dos dejetos e lixo, sendo que em suas observações foram ressaltadas as condições limitantes do aterro sanitário local, não havendo, dentro do município, cooperativas ou outras estruturas para o manejo adequado dos resíduos e a reciclagem do lixo.

Os moradores atribuem esse problema ao contrato que a administração pública firmou com a empresa que opera na coleta dos resíduos sólidos para o município – a *Trans-resíduos*.

Essa empresa, segundo os moradores, monopoliza esses serviços, não deixando quaisquer incentivos ou alternativas para interesse e empenho de “catadores” locais, ficando assim descartada qualquer opção dentro do próprio município quanto ao incentivo à coleta e separação do lixo, fazendo restringir ainda mais as fontes de trabalho alternativo.

Há um problema pouco relevante, mas polêmico de um ponto de vista peculiarmente sócio-ambiental – a requisição, por alguns moradores, da supressão da vegetação da orla, que constitui inclusive parte da restinga ainda conservada,

comportando arbustos e algumas árvores de médio e pequeno porte pertencentes ao dossel natural.

FIGURA 14 - CONSERVAÇÃO DE PARTE DA VEGETAÇÃO DA ORLA



Fonte: A autora.

Porém, e de forma positiva, esta ação é totalmente rejeitada pelos órgãos ambientais em função de embasamentos técnicos (SEMA) e legislação (Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Pontal do Paraná).

Tal motivo, segundo alguns moradores, se justifica por abrigar usuários de drogas nas altas temporadas de veraneio, alegando-se como outra forma de insegurança para as famílias, tanto de moradores quanto de turistas.

Assim, através da percepção dos moradores do balneário especificado, para contorno dos problemas, foram indicadas as alternativas:

- a) Investimento para melhoria de infra-estrutura básica e de extrema necessidade – manejo do lixo e reciclagem;

- b) Fiscalização por parte da administração pública – controle da demanda turística;
- c) Atenção por parte do município, para com as ocupações irregulares espalhadas ao entorno dos balneários;
- d) Melhoria em segurança, inclusive com reforço para as temporadas.

5.2.2 Santa Teresinha (Cidade Balneária Atlântica).

O balneário de Santa Teresinha apresenta uma situação bastante peculiar, sendo que a principal observação feita pelos moradores, constitui a total ausência de exploração do turismo, refletindo a indiferença desta maioria. Porém, em contrapartida, o turismo existente atua de forma extremamente desequilibrada, não trazendo benefícios para a coletividade e provocando uma grande aglomeração em alta temporada – período de *carnaval*.

Este turismo é predominantemente constituído por uma faixa etária jovem e de procedência da Região Metropolitana de Curitiba, segundo os moradores locais e o levantamento divulgado pela SETU – Secretaria do Turismo do Estado do Paraná para a atividade turística no litoral paranaense (CAPÍTULO 4. 4).

Apesar deste turismo apresentar-se bastante concentrado nas temporadas, o meio ambiente local mantém-se aparentemente intocado ao longo de sua orla. Por tal motivo, observa-se a total conservação do seu ambiente natural com restinga (sem passarelas ou alterações significativas) (FIGURA 15), que atua como berçário para algumas espécies de aves tipicamente locais como o quero-quero (*Vanellus chilensis*) e a coruja buraqueira (*Speotyto cunicularia*).

Segundo os moradores, o crescimento do balneário é constante e de forma lenta, não trazendo desse modo, mudanças notórias em sua paisagem ou traçado urbano. As ruas apresentam-se com boa pavimentação, constituindo, nesse sentido, o balneário pesquisado com melhores condições. Porém, os entrevistados alegam deficiência em transporte – ônibus circulares que façam a ligação entre os balneários do município.

Assim, para os moradores do balneário de Santa Teresinha, além das propostas comuns, são alternativas de melhoramento:

- a) Exploração do turismo – de forma adequada, com melhor distribuição durante o ano e explorando novas possibilidades, como o ecoturismo;
- b) Transporte – ônibus circular para acesso dos moradores a outros balneários.

FIGURA 15 - CONSERVAÇÃO DO AMBIENTE NATURAL DA ORLA



Fonte: A autora.

5.2.3 Ipanema.

O balneário de Ipanema, em situação semelhante ao de Praia de Leste e em comparação aos demais balneários, demonstrou através do estudo um alto grau de urbanização e um grande aumento populacional com maior incidência nas últimas décadas.

O turismo, embora considerado um fator de crescimento econômico, a este foi atribuído também problemas tanto comuns quanto específicos e de grande incidência sobre o local – a falta de saneamento (rede de esgotos), o lixo e a insegurança.

Grande parte desses problemas, segundo a atribuição dos moradores e a exemplo dos demais balneários pesquisados, deve-se principalmente ao turismo concentrado e desordenado.

Esse turismo contribui para o congestionamento de veículos e pessoas nas vias e calçadas provocando depredações nas mesmas, que se distribuem por vários pontos do balneário.

FIGURA 16 - ALAGAMENTOS EM RUAS CENTRAIS



Fonte: A autora.

Entre os balneários pesquisados, Ipanema se destacou pelas ruas em pior estado com precária ou ausente pavimentação, buracos e desníveis com elevações bruscas que provocam alagamentos em épocas de grande precipitação.

FIGURA 17 - RUA CENTRAL DE ACESSO À ORLA SEM PAVIMENTAÇÃO

Fonte: A autora.

Algumas ruas de acesso ao balneário de Ipanema encontram-se em ótimo estado de conservação e com sinalização adequada, o que faz contrastar com as péssimas condições das ruas centrais, onde são bastante visíveis a falta de pavimentação e a crescente degradação desta em muitos trechos.

Outros problemas, segundo os moradores, são desencadeados devido à alta concentração de público jovem procedente em sua maioria da Região Metropolitana de Curitiba, que em épocas de alta temporada se aglomeram nas ruas provocando depredações e poluição sonora.

Portanto, diferentemente do que consta no plano diretor do município em relação ao turismo local, na percepção dos moradores, o turismo em Pontal do Paraná não se faz na sua maior parte por famílias, e sim, pela predominância de público jovem e que viaja em grupo.

FIGURA 18 – VIA DE ACESSO AO BALNEÁRIO COM ÁREA COMERCIAL

Fonte: A autora.

Os impactos positivos trazidos pelo turismo ao balneário de Ipanema, assim como nos demais, consistem, além dos empregos criados a partir da atividade, no crescimento das infra-estruturas urbanas, na oferta de serviços, no comércio e principalmente no melhoramento das vias de acesso.

Dessa forma, confirma-se através dos moradores entrevistados, que os empregos que anteriormente eram gerados apenas pelo turismo, atualmente muitos deles constituem produto do próprio processo de urbanização e conseqüente da demanda de mão-de-obra.

Ao analisar a percepção dos moradores entrevistados, constata-se que os problemas ambientais nos balneários ainda não são considerados graves, visto que o município dispõe de zoneamentos específicos instituídos através de seu plano diretor. No entanto, o balneário de Ipanema apresenta a situação mais grave nesse aspecto, considerando que acúmulos de dejetos e lixo das temporadas de veraneio geralmente persistem em parte dos períodos seguintes.

FIGURA 19 - DEPOSIÇÃO DE DEJETOS E LIXO EM ÁREA CENTRAL PRÓXIMA À ORLA

Fonte: A autora.

Em complemento ao já mencionado, no balneário de Ipanema as praias apresentam alguns pontos críticos – as péssimas condições pela deposição de lixo e dejetos próximos à orla acumulam-se ainda mais em períodos de alta temporada afetando os índices de balneabilidade.

Portanto, dentre os balneários pesquisados, Ipanema se apresenta com as piores condições e com problemas de natureza variada – acúmulo de lixo e dejetos, infra-estruturas deficientes (ausência de rede de esgotos) e precária pavimentação.

Parte das águas que compõem os depósitos de lixo e dejetos na orla, muitas vezes formam *lagunas* trazendo alguns transtornos aos banhistas, que ao procurar evitá-las necessitam de desvio, dificultando e aumentando o trajeto até a praia (FIGURA 20).

Desse modo, além dos problemas básicos, os moradores do balneário de Ipanema reivindicam soluções por parte da administração pública municipal sugerindo as seguintes alternativas:

- a) Melhoria por parte da administração do município, em limpeza e conservação;
- b) Investimento municipal em educação ambiental, inclusive direcionada ao turismo;
- c) Investimentos em reparos na pavimentação das ruas e, sobretudo, em drenagem – para o escoamento das águas que acumulam e causam transtornos em períodos chuvosos.

FIGURA 20 - LAGUNA PRÓXIMA À ORLA, FORMADA POR ÁGUAS DE DEPOSIÇÃO



Fonte: A autora.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Através do estudo realizado, pode-se constatar a existência de uma descontinuidade perceptiva entre a ação do poder público do município de Pontal do Paraná e os moradores dos balneários. Esta descontinuidade foi concluída por meio da avaliação da percepção dos moradores em relação ao local.

A aplicação para a geografia, desta vertente epistemológica – a *percepção* como instrumento de pesquisa, possibilitou reduzir essa descontinuidade e conhecer as condições reais das comunidades em seus ambientes de vivência.

Dessa forma, o recurso da percepção como instrumental – por englobar raciocínio, sentimentos e valores – proporciona detectar, qualitativamente, todo um quadro de condições locais para exposição tanto de problemáticas, quanto de potencialidades.

Tais estudos podem constituir também, uma base para visualização das condições em determinadas áreas onde os impactos se processam de forma lenta e gradativa. Assim, propõe-se a necessidade da percepção a fim de evitar que problemas aparentemente irrelevantes, mas de caráter básico possam acumular-se a exemplo de casos já ocorridos, onde os impactos desencadeados acabaram provocando grande inviabilidade sócio-ambiental.

Embora se possa afirmar que os balneários do litoral do estado do Paraná apresentam-se social e ambientalmente menos impactados do que em outras regiões litorâneas do país, estes se encontram com alta incidência de problemas básicos e essenciais.

Portanto, constatou-se que a atividade turística não é a principal responsável por determinados desequilíbrios sócio-econômicos e ambientais no litoral paranaense. Porém em outras áreas litorâneas, esta já tem atuado de forma prejudicial.

No estado do Paraná observa-se que muitos impactos causados pelo turismo ficam restritos, na maior parte, ao desequilíbrio e concentração do mesmo nas altas temporadas de veraneio (dezembro – fevereiro).

Estas constatações podem embasar diagnósticos de prevenção de impactos que envolvam aspectos temporais.

Para evitar que situações de impacto se iniciem, torna-se extremamente necessário que atividades como o turismo, que se apóiam no tripé sócio-econômico, cultural e ambiental, sejam previamente planejadas obedecendo aos parâmetros legais e com base nas políticas de ordenamento do território.

Assim, para o turismo como atividade provocadora de impactos, mas por outro lado reconhecidamente positiva e angariadora de desenvolvimento econômico, cabe, como medidas estratégicas, colocar-se efetivamente sob diretrizes de planos de ordenamento territorial e de análises de capacidade de carga.

A ausência de percepção diante do crescimento desordenado do turismo e sem planejamento perante as possibilidades territoriais, pode acarretar uma sobrecarga refletindo em situações limítrofes e muitas vezes desastrosas do ponto de vista sócio-ambiental.

Para exemplificar este contexto, algumas regiões litorâneas do país já experimentaram estas condições. Foram os casos ocorridos nos litorais de Santos, Guarujá, Camboriú e outros, onde a sobrecarga do turismo sem planejamento resultou na saturação das condições ambientais (alto índice de poluição e lixo), ou seja, na inviabilização da própria atividade.

Como base, Rodrigues (A. B., 1988, p. 416) comenta que “os problemas de agressão ao meio ambiente são muito graves em todas as zonas do litoral do estado de São Paulo. Eles resultam de uma ocupação predatória, não planejada, subordinada às regras da iniciativa privada, a qual visa obter o máximo lucro. Numerosos loteamentos foram implantados sem nenhum cuidado de preservação, causando danos irreparáveis à paisagem”.

Dessa forma, conclui-se que semelhantemente a outras atividades, o turismo deve ser pensado mediante uma análise territorial. Deve-se considerar o conjunto de condições presentes e focalizando o seu caráter preventivo.

Por estas considerações, a atividade turística não deve ser vista como um princípio de organização, submetendo e reduzindo os espaços a um potencial econômico lucrativo e gerador de empregos, sobretudo em áreas litorâneas, consideradas frágeis do ponto de vista ambiental. Isto requer uma melhor eficiência com capacidade de minimizar os impasses provenientes desta atividade.

Para tanto, mundialmente já são adotadas políticas que visam regulamentar as atividades humanas em prol da manutenção dos recursos naturais.

Atualmente e de forma globalizada, tem-se o reconhecimento de que a grande incidência dos impasses de natureza sócio-ambiental constitui uma enorme barreira para o desenvolvimento sustentável das sociedades e das futuras gerações.

A principal necessidade consiste em integrar os processos de tomada de decisão relativos a questões de meio ambiente e desenvolvimento. Para tanto, os Governos devem realizar um exame nacional e, quando apropriado, aperfeiçoar os processos de tomada de decisão de modo a efetivar uma integração gradual entre as questões econômicas, sociais e ambientais, na busca de um desenvolvimento economicamente eficiente, socialmente equitativo e responsável e ambientalmente saudável. (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, Agenda 21, 2006).

Assim, em concordância a essas ações descritas pela *Agenda 21*, de modo a agir localmente e para uma perspectiva futura, convém retomar e evidenciar como necessárias, medidas que visam buscar condições ideais para a conciliação produtiva das relações turismo-sociedade-meio ambiente.

Em primeiro plano, essa busca deve ser voltada aos problemas de caráter supra-essencial, ou seja, o empenho para a resolução dos entraves sócio-ambientais de base. Deste modo, poderá haver possibilidade de atingir, de forma gradativa, as condições ideais.

No entanto, atualmente, uma infinidade de planos de desenvolvimento dentro de modelos chamados “sustentáveis” apresentam-se fortemente direcionados a interesses econômicos. Estes, muitas vezes sugerem ações conjuntas mas que se contrapõem, tornando-se impraticáveis do ponto de vista sócio-ambiental e tendenciosas em prol de finalidades lucrativas.

Nesta correlação, Left (1995) argumenta que a problemática ambiental emerge como um questionamento social à racionalidade econômica dominante, cujos efeitos sobre a destruição das condições ecológicas da produção, o incremento da pobreza e a degradação da qualidade de vida das maiorias alcança dimensões planetárias.

Por estas considerações, muitas vezes a construção de um modelo ideal de desenvolvimento sustentável significa uma “utopia” para alguns autores.

Porém, Rodrigues (A. M. A., 2002, p. 44) salienta que “a sustentabilidade precisa ser construída socialmente, ou seja, penso que o desafio é construir a *utopia da sociedade sustentável*, desenvolvendo-se em contínua progressão à capacidade de pensar, que é a essência da natureza humana”.

Nesse sentido, tendências em formular planos de desenvolvimento sustentável – tentando conciliar vários setores através de inúmeras ações visando o desempenho econômico e ao mesmo tempo a preservação dos recursos, torna-se uma missão desafiadora.

Assim, deve-se considerar que se por um lado existe uma grande dificuldade em se estabelecer um equilíbrio de condições, por outro, existe um enorme e interessante desafio à capacidade de pensar e solucionar problemas.

Para encarar tal desafio, torna-se necessário um conhecimento de maior especificidade para a solução daquilo que se faz essencial. Pode-se, desse modo, possibilitar gradativamente a minimização dos maiores entraves proporcionando um melhor desempenho para todas as atividades, inclusive em uma perspectiva futura.

O litoral do Paraná, em função de sua legislação apresenta um considerável grau de preservação ambiental, embora existam conflitos decorrentes das formas de uso e ocupação do solo. Sendo assim, estudos de percepção podem também auxiliar na obtenção de maior conhecimento a fim de solucionar esses impasses.

No entanto, Pontal do Paraná, em especial, bem define em seu plano diretor as formas de disciplinamento quanto ao uso e ocupação de seu solo, encontrando-se estabelecidas as ZAs (Zonas Agrícolas), ZEUs (Zonas de Expansão Urbana), ZPAs (Zonas de Preservação Ambiental) e também o Macrozoneamento da Região do Litoral. Portanto, de acordo com o estudo, em função destas e principalmente pela observância das ZEUs e ZPAs, o município ainda conserva um ambiente com impactos reduzidos.

Por todo o exposto e concluindo o trabalho, pode-se dizer que os objetivos do mesmo foram satisfatoriamente atingidos. Desse modo, através da percepção dos moradores com relação aos impactos sócio-ambientais do turismo junto às possíveis sugestões de melhorias para os balneários pesquisados, pode-se afirmar empiricamente com base na análise dos dados coletados que:

- a) Os moradores mostraram-se insatisfeitos com a administração pública quanto aos serviços essenciais – saneamento (esgotos) e destinação para o lixo, requerendo infra-estrutura adequada, destacando-se o péssimo estado de limpeza e conservação deixado pela concentração do turismo nas altas temporadas;

- b) Nos balneários, a falta ou a precária infra-estrutura básica desestimula qualquer iniciativa em investir na oferta de bens e serviços voltados para o turismo. Isto compõe um quadro sem atrativos para potenciais veranistas do interior do estado, que em vista de tal situação preferem o litoral catarinense;
- c) Os entrevistados, em geral, reivindicam por parte da administração pública (estadual e municipal), melhorias para a exploração do turismo, ou seja, o redimensionamento da atividade tendo como alternativas, incentivos e campanhas para a promoção do turismo extra-temporada;
- d) Segundo os moradores pesquisados, os empregos existentes surgiram em função da exploração e do crescimento do turismo na região embora concentrado. Porém, a exploração de atividades extra-temporada como eventos, por exemplo, possibilitaria maior empregabilidade e renda;
- e) As transformações ocorridas nas últimas décadas nos locais pesquisados foram, sobretudo, em função dos crescimentos urbano e populacional associados a um turismo crescente e concentrado. Assim, sob a ótica dos moradores entrevistados, as infra-estruturas urbanas deveriam oferecer melhor suporte à atividade. Sendo que devidamente planejadas e melhor distribuídas minimizariam impactos negativos – principalmente ambientais referentes ao lixo e resíduos;
- f) Alguns dos entrevistados assumiram responsabilidade pelos problemas de limpeza e conservação, denotados por acúmulos de lixo na orla fora das temporadas, constatando-se o descaso dos próprios moradores;
- g) Segundo os entrevistados, os turistas ficam alienados em relação à sua conduta quando em férias nos balneários, comprometendo sua limpeza e conservação. Pois os visitantes vêem os locais apenas como espaço de lazer temporário. A partir daí, os moradores colocaram a necessidade de investimento em educação ambiental e que possa atingir a todos;
- h) Os moradores atestaram que o grau de satisfação dos turistas está totalmente vinculado à integridade do ambiente (natural e urbano);
- i) O público pesquisado, independentemente de gênero, faixa etária, grau de escolaridade e ocupação, não julgou o turismo prejudicial ao meio ambiente como um todo, mas sim, pela ausência de uma administração efetivamente

ligada a este. Pois o turismo, considerado como impulsionador econômico pelos moradores locais encontra-se altamente concentrado e restrito às temporadas, constituindo apenas fonte de renda sazonal e trazendo impactos negativos de ordem ambiental e sócio-econômica;

- j) A insegurança vivida pelos moradores, constitui o problema mais grave fora das temporadas de veraneio. Segundo estes, a exploração do turismo através de atividades extra-temporada possibilitaria maior movimentação local e suporte para a diminuição do problema;
- k) Apesar da incidência e dos transtornos causados pelos problemas vigentes nos balneários pesquisados, os moradores se mostram dispostos a colaborar para a melhoria das condições desde que o poder público – estado e município, atuem no sentido de investir em melhorias, o que incentivaria um maior envolvimento dos moradores;
- l) Na visão dos entrevistados, a busca de resolução ou a minimização dos problemas levantados no estudo tende a produzir considerável efeito positivo para o local, tanto para os moradores, quanto para a atratividade do turismo no município;
- m) As considerações dos moradores acerca da satisfatória preservação do meio ambiente local podem ser fundamentadas pela incidência da legislação de uso e ocupação do solo, contidas no plano diretor do município. Este regulamenta as formas de uso do solo segundo suas aptidões, e como exemplo, as *ZPAs – Zonas de Proteção Ambiental*, instituídas e delimitadas com a finalidade de preservação.

Muitas destas evidências ainda refletem um desconforto da população perante o panorama ainda deficiente do ponto de vista sócio-ambiental.

Como visto através deste estudo de percepção, nos balneários pesquisados, os problemas de maior relevância têm seu foco no turismo concentrado das temporadas de veraneio.

Com base nesta situação, os moradores reivindicam investimentos e incentivos ao turismo fora das temporadas, sobretudo em função de uma melhoria nas condições de limpeza/conservação, empregos e principalmente segurança. Além de que a soma destas condições possibilitaria um lazer de melhor qualidade para moradores e turistas.

Dessa forma, a *percepção* torna-se um aporte a mais, podendo ser considerada como um recurso empírico para diagnósticos sócio-ambientais, possibilitando a formulação de políticas públicas adequadas e de efeito.

Isto posto, e tendo-se em vista que este trabalho não buscou esgotar o assunto sob o aspecto da percepção regional e afins, sugere-se o seguimento da pesquisa com foco nos seguintes aspectos: Impactos econômicos do turismo (ocupações, conflitos territoriais, geração de empregos/renda e outros potenciais), sustentabilidade local, ruralidades, e dinâmicas sócio-econômicas e ambientais.

Dentro deste contexto e com relação à região estudada, Passet (1994), Raynaut (1994) e Zaroni e Raynaut (1994) comentam que a resolução dos problemas de desenvolvimento e meio ambiente no litoral do Paraná tem como obstáculo a compreensão insuficiente das dinâmicas sociais e ambientais da região, e, particularmente, das interações entre estas dinâmicas. Trata-se de um caso particular da problemática universal do desenvolvimento sustentável, cuja resolução exige abordagens originais de pesquisa e metodologia interdisciplinar.

Concluiu-se, através do estudo, que a exploração responsável do turismo pode trazer benefícios a uma região, a considerar este também como gerador de incentivos. Assim, o empenho consciente para a realização de melhorias locais de base pode seguramente possibilitar a tão esperada e produtiva conciliação entre o crescimento econômico, o bem estar social e a preservação do meio ambiente.

Portanto, com reflexo na pesquisa, a atividade turística deve estar fundamentalmente vinculada: às ações públicas – para a observância dos critérios de exploração, ordenamento do território, continuidade da aplicação das leis, educação e fiscalização ambiental; e à comunidade – para a cooperação com todas as instituições relacionadas.

E por fim, refletindo em uma escala global são as condições essenciais para que cada sociedade possa, a partir de então, formular políticas adequadas, viáveis e satisfatórias na busca do desenvolvimento sustentável e seus benefícios, tornando-os realmente possíveis e ao alcance de todos.

REFERÊNCIAS

AMORIM FILHO, O. B. **O contexto teórico do desenvolvimento dos estudos humanísticos e perceptivos na geografia**. Belo Horizonte: Publicação especial, 1987. 42 p.

_____. **Os estudos de percepção como a última fronteira da gestão ambiental**. ICG/Universidade Federal de Minas Gerais. Artigo. Disponível em: <<http://www.ivairr.sites.uol.com.br/percepcaoambi.htm>> Acesso em: 2 mar. 2006.

AMORIM FILHO, O. B.; ABREU, J. F. Imagem, representação e geopolítica. In: MENDONÇA, F.; KOZEL, S. (orgs.). **Elementos de epistemologia da geografia contemporânea**. Curitiba: UFPR, 2002, p. 233 – 251.

ANDRADE, J. V. **Turismo: fundamentos e dimensões**. 8. ed. São Paulo: Editora Ática, 2002.

ANDRIGUETTO FILHO, J. M.; MARCHIORO, N. P. X. Diagnóstico e problemática para a pesquisa. In: RAYNAUT, C. et al. **Desenvolvimento & meio ambiente**. Em busca da interdisciplinaridade. Pesquisas urbanas e rurais. Curitiba: UFPR, 2002, p. 159 – 194.

ANGULO, R. J. **Geologia da planície costeira do Estado do Paraná**. Tese de Doutorado, São Paulo: Instituto de Geociências da Universidade de São Paulo, 1992.

ANGULO, R. J.; SOUZA, M. C. Morfologia Costeira In: LIMA, R. E.; NEGRELLE, R. R. B. (orgs.). **Meio ambiente e desenvolvimento no litoral do Paraná: diagnóstico**. Curitiba: UFPR; Brasília: CNPq, 1998, p. 175 – 184.

BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. 4. ed. rev. São Paulo: Editora do SENAC, 2001.

BIGARELLA, J. J. **Contribuição ao estudo da planície litorânea do estado do Paraná**. Arq. Biol. Tecn., Curitiba, v. 1, 1946.

_____. **A Serra do Mar e a porção oriental do estado do Paraná**. Governo do Paraná. Secretaria do Estado do Planejamento / ADEA, 1978.

BLEY, L. Morretes: um estudo de paisagem valorizada. In: DEL RIO, V.; OLIVEIRA, L. (orgs.). **Percepção ambiental: a experiência brasileira**. São Paulo: Studio Nobel, Universidade Federal de São Carlos, 1996, p. 121 – 138.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. De 5 de outubro de 1988. São Paulo: Editora Atlas S. A., 1991.

CAPRA, F. **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. São Paulo: Cultrix, 1996.

CRUZ, C.; RIBEIRO, U. **Metodologia científica**: teoria e prática. 2. ed. Rio de Janeiro: Axcel Books, 2004.

DIMUTUR – Diretoria Municipal de Turismo. **Plano Diretor Municipal** (documento das secretarias). Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná. 2006.

DUARTE, A. T. S. **O ordenamento territorial como base para uma nova política de desenvolvimento regional para o semi-árido**. Estudo. Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados. Brasília – DF, 2002. 17 p.

FONTELES, J. O. **Turismo e impactos sócio-ambientais**. 1. ed. São Paulo: Editora Aleph, 2004.

GADE, C. **Psicologia do consumidor**. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1980.

GEOCOVER. **Imagem de satélite – Pontal do Paraná**. ITCG – Instituto de Terras, Cartografia e Geociências. Departamento de Geodésia e Reordenamento Territorial, 2007. 1 imagem de satélite, 1990.

GOLD, J. R. **An introduction to behavioral geography**. New York: Oxford University, 1980.

GOVERNO DO PARANÁ E PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ. **Plano diretor de desenvolvimento integrado – Matinhos/Pontal do Paraná**, 2004. 1 CD – ROM.

IAP – Instituto Ambiental do Paraná. **Balneabilidade**. Disponível em: <<http://www.iap.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=97>> Acesso em: 19 fev. 2007.

_____. **Pró-Atlântica**. APA de Guaratuba. 2000. Disponível em: <<http://www.pr.gov.br/meioambiente/proatlantica/proatlantica/030404guaratuba.html>> Acesso em 14 abr. 2007.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Mapas interativos**. Divisões Territoriais. 2007. Adaptação. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/mapas>> Acesso em: 04 abr. 2007.

IGNARRA, L. R. **Fundamentos do turismo**. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Caderno estatístico - município de Pontal do Paraná**. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/Montapdf.php?Municipio=83255&btOk=ok>> Acesso em: 22 out. 2006.

_____. **Perfil dos municípios/Mapa**. Pontal do Paraná. 2007. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal/MontaPerfil.php?Municipio=83255&btOk=ok> Acesso em: 04 abr. 2007.

LANSAT 7. **Imagem de satélite – Pontal do Paraná**. ITCG – Instituto de Terras, Cartografia e Geociências. Departamento de Geodésia e Reordenamento Territorial, 2007. 1 imagem de satélite, 2002.

LEFT, E. As universidades e a formação ambiental na América Latina. **Cadernos de desenvolvimento e meio ambiente**. Curitiba: Ed. UFPR, nº. 2, 1995, p. 11 – 20.

LIMA, R. E.; NEGRELLE, R. R. B. (orgs.). **Meio ambiente e desenvolvimento no litoral do Paraná: diagnóstico**. Curitiba: UFPR; Brasília: CNPq, 1998.

MAACK, R. **Geografia física do estado do Paraná**. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1981.

MELLO, J. B. F. Geografia humanística: a perspectiva da experiência vivida e uma crítica radical ao positivismo. **Revista brasileira geográfica**, Rio de Janeiro, 52 (4), out./dez. 1990, p. 91 – 115.

MENDONÇA, R. Turismo ou meio ambiente: uma falsa oposição? In: LEMOS, A. I. G. (org.). **Turismo: impactos sócio-ambientais**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2001, p. 19 – 25.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Agenda 21**. Brasília, DF. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br>> Acesso em: 14 abr. 2007.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Plano Nacional de Turismo. Diretrizes, metas e programas**. Brasília, DF. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br>> Acesso em: 21 out. 2006.

MORAES, A. C. R. **Geografia: pequena história crítica**. 19. ed. São Paulo: Annablume, 2003.

OLIVEIRA, L. Percepção e representação do espaço geográfico. In: DEL RIO, V.; OLIVEIRA, L. (orgs.). **Percepção ambiental: a experiência brasileira**. São Paulo: Studio Nobel, Universidade Federal de São Carlos, 1996, p. 187 – 212.

_____. Percepção da paisagem geográfica: Piaget, Gibson e Tuan. **Geografia**. Rio Claro, v. 25, n. 2, 2000, p. 05 – 22.

_____. A percepção da qualidade ambiental. **Cadernos de geografia**, Belo Horizonte, PUC Minas, v. 12. n. 8, 2002, p. 29 – 42.

_____. Ainda sobre percepção, cognição e representação em geografia. In: MENDONÇA, F.; KOZEL, S. (orgs.). **Elementos de epistemologia da geografia contemporânea**. Curitiba: UFPR, 2002, p. 189 – 196.

OMT – Organização Mundial do Turismo. Turismo Sustentável. In: _____. **Introdução ao turismo**. São Paulo: Roca, 2001, p. 243 – 260.

PASSET, R. A co-gestão do desenvolvimento econômico e da biosfera. **Cadernos de desenvolvimento e meio ambiente**. Curitiba: UFPR/GRID, nº. 1, 1994, p. 15 – 29.

PIAGET, J. **O nascimento da inteligência na criança**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

_____. **Seis estudos em psicologia**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Labor, 1976.

RAUPP, M.; REICHLE, A. **Avaliação**: ferramenta para melhores projetos. Santa Cruz do Sul: EDINISC, 2003.

RAYNAUT, C. O desenvolvimento e as lógicas da mudança: A necessidade de uma abordagem holística. **Cadernos de desenvolvimento e meio ambiente**. Curitiba: UFPR/GRID, nº. 1, 1994, p. 81 – 103.

RODERJAN, C. V. et al. **Levantamento da vegetação da área de proteção ambiental de Guaratuba**. APA de Guaratuba. UFPR – Departamento de Silvicultura. Relatório Técnico, 1997.

RODRIGUES, A. B. Le tourisme et les problèmes de protection de environnement sur le litoral – SP. **Les cahiers d'outre mer**. v. 41, n. 164, 1988, p. 415 – 418.

_____. **Turismo e espaço**: rumo a um conhecimento transdisciplinar. São Paulo: Hucitec, 2001.

RODRIGUES, A. M. A. Desenvolvimento sustentável e atividade turística. In: RODRIGUES, A. B. (org.). **Turismo e desenvolvimento local**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2002, p. 42 – 54.

SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI**: desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Vértice, 1993.

SANTOS, A. S. R. **Programa ambiental**: a última arca de Noé. 1999. Disponível em: <<http://www.ultimaarcardenoe.com/restinga.htm>> Acesso em: 5 jan. 2007.

SECS – Secretaria de Estado da Comunicação Social. **Operação verão**. Disponível em: <<http://www.agenciadenoticias.pr.gov.br/modules/news/article.php?storyid=1073>> Acesso em: 8 abr. 2007.

SEMA – Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. **COLIT – Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense**. 2007. Disponível em: <<http://www.meioambiente.pr.gov.br/modules>> Acesso em: 11 mai. 2007.

_____. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos/ITCG – Instituto de Terras, Cartografia e Geociências. **ZEE – Zoneamento Ecológico Econômico - PR**. 2006. Disponível em: <<http://www.itcg.pr.gov.br>> Acesso em: 18 set. 2006.

SETU – Secretaria de Estado do Turismo - PR. **Programa de regionalização do turismo - Roteiros do Brasil**. Disponível em: <<http://www.pr.gov.br/turismo/programaregionalizacao.shtml>> Acesso em: 17 set. 2006.

SILVEIRA, M. A. T. da. Planejamento territorial e dinâmica local: bases para o turismo sustentável. In: RODRIGUES, A. B. (org.). **Turismo e desenvolvimento local**. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 87 – 98.

_____. **Para pensar o território a partir do turismo**. Trabalho apresentado no V ANPEGE, USP. São Paulo: USP, 2001. 14 p.

_____. **Turismo, políticas de ordenamento territorial e desenvolvimento**: um foco no estado do Paraná no contexto regional. Tese de Doutorado, São Paulo: FFLCH, Universidade de São Paulo, 2002.

_____. **Contribuição ao planejamento ambiental em zonas de desenvolvimento do turismo**. Artigo, 2004, 13 p.

SONEIRO, J. C. **Aproximación a la geografía del turismo**. Madrid: Síntesis (Espacios y Sociedades), 1991.

TUAN, Y. F. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Tradução: Lívia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1980.

_____. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. Tradução: Lívia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983.

ZANONI, M. e RAYNAUT, C. Meio ambiente e desenvolvimento: imperativos para a pesquisa e a formação? Reflexões em torno do doutorado da UFPR. **Cadernos de desenvolvimento e meio ambiente**. Curitiba: UFPR/GRID, nº. 1, 1994, p. 143 – 165.

OBRAS CONSULTADAS

LÓPEZ, D. R. **Gestión integral de playas**. Madrid: Síntesis (Espacios y Sociedades), 2001.

NEGRELLE, R. R. B.; LIMA, R. E. (orgs.). **Meio ambiente e desenvolvimento no litoral do Paraná**: subsídios à ação. Curitiba: NIMAD – UFPR, 2002.

OMT – Organização Mundial do Turismo. **Desenvolvimento de turismo sustentável**: manual para organizadores locais. Brasília: EMBRATUR, 1995.

RUSCHMANN, D. **Turismo e planejamento sustentável**: a proteção do meio ambiente. Campinas: Papirus (Coleção Turismo), 1997.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

ANEXO 1 – QUESTIONÁRIO DE APLICAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

PESQUISA: Impactos sócio-ambientais do turismo em áreas litorâneas:
um estudo de percepção ambiental nos balneários de Praia de Leste, Santa
Teresinha e Ipanema – Paraná.

PESQUISADOR: Neumar Berguerand Ribeiro da Costa
ORIENTADOR: Prof. Dr. Marcos Aurélio Tarlombani da Silveira

Questionário n.º _____

DADOS DO ENTREVISTADO:

Local de moradia:

Tempo de moradia:

Gênero: () Masculino () Feminino

Faixa etária: () até 29 () 30 a 39 () 40 a 49 () 50 a 59 () 60 ou +

Grau de escolaridade:

Ocupação principal:

QUESTÕES:

1) Como você avalia a situação do meio ambiente (natureza) nesta região?

Boa () Regular () Ruim ()

2) Você acha que o turismo influencia esta situação?

Não ()

Sim () Em quê?

.....

.....

.....

.....

3) Em sua opinião, o turismo traz algum tipo de desenvolvimento econômico e social para essa região?

Não ()

Sim () Por quê?

.....
.....
.....

4) Você acha que o turismo trouxe para esta localidade mudança(s) significativa(s) nas últimas duas décadas?

Não () (*Ir para a questão 7*)

Sim () Qual(is)?

.....
.....
.....

5) A(s) mudança(s), vista por você, trouxe impacto(s) positivo(s) para o local?

Não ()

Sim () Qual(is)?

.....
.....
.....

6) A(s) mudança(s), vista por você, trouxe impacto(s) negativo(s) para o local?

Não ()

Sim () Qual(is)?

.....
.....
.....

7) Você percebeu mudança(s) na paisagem local?

Não ()

Sim () O quê?

.....
.....
.....

8) Em seu modo de vida, o turismo trouxe algo de positivo?

Não ()

Sim () O quê?

.....
.....
.....

9) Em seu modo de vida, o turismo trouxe algo de negativo?

Não ()

Sim () O quê?

.....
.....
.....

10) Em uma escala de 1 (um) a 10 (dez) – sendo mais alto o valor 10, que valor você atribuiria para:

_____ Acesso aos balneários

_____ Infra-estrutura da região (transporte, rodovias e serviços públicos)

_____ Oferta de serviços ao turista*

_____ Disposição de dejetos e lixo*

_____ Segurança do turista*

_____ Segurança do morador

_____ Condições das praias (limpeza, saneamento)*

_____ Beleza cênica das praias

_____ Comportamento do turista/visitante*

* Itens de referência às temporadas de veraneio.

11) Em sua opinião, o quê deve ser feito para se buscar uma maior harmonia (conciliação) entre a conservação do meio ambiente e o crescimento do turismo neste local?

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

ANEXO 2 – DECLARAÇÃO

PONTAL DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL / GESTÃO 2005 - 2008
Bela e Justa!

Município de Pontal do Paraná
DIMUTUR
Diretoria Municipal de Turismo

DECLARAÇÃO

O departamento Municipal de Turismo declara, para os devidos fins, que o Município de Pontal do Paraná aderiu ao Programa de regionalização do Turismo do Governo Federal e ao Projeto de Turismo do Sebrae "LITORAL EMOÇÕES O ANO INTEIRO".



FRANCISCA MOURA KAMINSKI
Diretora Municipal de Turismo
Pontal do Paraná, 26 de junho de 2006.